Ata da assembleia municipal de Tondela de trinta de abril de dois mil e quinze

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze reuniu a Assembleia Municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos que se anexa.

Foi apresentada uma credencial do senhor presidente da Junta de Freguesia de Lajeosa do Dão, à luz da qual se fez representar pelo secretário Firmino dos Santos Melo, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das catorze horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes deputados: Abílio dos Santos, João Carlos Figueiredo António Ferreira, Luís Fernando Pereira, João Paulo Tavares, Jorge Soares.

Justificaram a falta os deputados: Luís Fernando Pereira e Jorge Soares.

1- Período de antes da Ordem do Dia:

1.1.Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro

Iniciado o ponto, e não tendo havido intervenções, foi colocada à votação a ata de 28 de fevereiro, sendo a mesma aprovada, por maioria, com duas abstenções dos deputados Carlos Cunha e Jorge Marques por não terem estado na sessão de fevereiro.

1.2.Leitura de expediente geral pela mesa da Assembleia, ao abrigo do número 1 alínea a) do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

Foram apresentados pela mesa os seguintes documentos: ofício do Tribunal de Contas com despacho judicial nº 3/2015, ofício da CPCJ sobre integração de novo

membro na comissão Restrita, relatório anual de atividades de 2014 e plano de ação da CPCJ de Tondela para 2015, moção enviada pela assembleia municipal de Viseu aprovado em 27 de fevereiro, relatório de atividades e relatório com situação financeira do município de Tondela, jornal do "Stal".

O presidente da mesa informou a assembleia que no dia anterior, dia 29 de abril, tinha-se realizado uma reunião com a administração do Centro Hospitalar de Tondela Viseu e com os representantes dos grupos parlamentares da assembleia municipal, fruto da moção aprovada na sessão de fevereiro.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia, ao abrigo do número 2 do artigo 26 do Regimento de Funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

O presidente da mesa iniciou o ponto, dando a palavra ao deputado Jorge Henriques, do PSD. (anexo 1).

Seguidamente, interveio o deputado José António Dias, com o voto de congratulação que se anexa com o nº 2.

De seguida, o deputado Sérgio Rodrigues tomou da palavra. (anexo 3)

O mesmo deputado, continuou dando nota que os lideres parlamentares da assembleia municipal de Tondela tinham tido uma reunião com a administração do Centro Hospitalar de Tondela -Viseu e salientou a forma como tinham sido recebidos e a excelente explicação técnica facultada pela parte do corpo da administração do centro Hospitalar. Destacou que a administração se comprometeu que os utentes não terão gastos suplementares no domínio da recolha de análises clinicas, o principal assunto abordado.

O deputado Arménio Leite Marques continuou os trabalhos:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, colegas, senhores presidentes de junta, comunicação social.

Venho, aqui, só para fazer um pedido às juntas de freguesia. Os eleitos do povo servem para resolver os problemas ao povo, nas tarefas inerentes à competência da junta. Tenho andando a ser subjugados por malfeitores da vida e agora, há pouco tempo, apareceu mais um, que tem a ver com um descuido da junta de freguesia ou até da câmara. Houve dois cidadãos que a pedido de outro, resolveram transferir o baldio de Tondela, que faz extrema com Canas de Santa Maria, para o meio de outra propriedade. O apelo que vos venho fazer é que façam o levantamento dos baldios. Em todas as áreas que intervim, enquanto eleito pelo povo, sempre tive o cuidado de conhecer para falar, discutir e resolver. A junta de freguesia tem tido pouco cuidado com os baldios. A junta de freguesia e a câmara municipal, em 1979, teve oportunidade de localizar e resolver onde estava o baldio, mas não receberam a desapropriação da parcela 143, cuja junta de freguesia e câmara não deram andamento aos ofícios rececionados, tendo ficado para as Estradas de Portugal, porque nunca foi levantado o processo. Agora já sabem onde é o baldio, porque lhes forneci a informação necessária."

Foi a vez da bancada do grupo parlamentar do Partido Socialista, com a intervenção da deputada Rita Rosa, com o voto de pesar a Gaspar Rodrigues Fernandes. (anexo 4)

Continuou a deputada Marta Franco. (anexo 5)

De seguida, interveio o deputado Joaquim Santos. (anexo 6)

"Como já foi falado, ontem, ouve uma reunião com os líderes parlamentares e a administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, foi uma reunião pacífica e cordial com conclusões, em que o importante já foi dito pelo Sérgio. O conselho de administração compromete-se em que as análises sejam feitas, aqui ou em Viseu e que não haverá nenhum custo acrescido para o utente. Foram-nos explicadas as razões, até em certo ponto compreensíveis, do que aconteceu no laboratório.

Houve dois compromissos assumidos pelo conselho de administração, e isso para mim foi o mais importante, que irá fazer todos os possíveis, salvaguardando as questões financeiras, que Tondela mantenha as mesmas valências, reforçando-as. O outro compromisso, e muito importante, tem a ver com o que na passada semana foi

notícias de primeira página do Diário de Viseu, em que o senhor presidente da câmara de Viseu anunciava que uma unidade de radioterapia, que há muito vem sendo reclamada, iria ser instalada numa unidade privada. Confrontado com isso, o senhor presidente do conselho de administração disse que não sabia de nada, que a responsabilidade daquelas declarações eram exclusivamente do senhor presidente da câmara de Viseu e que ele, enquanto for presidente do conselho de administração faria tudo para que essa unidade fosse instalada no edifício do Hospital de São Teotónio. Muito obrigado"

O deputado Sérgio Rodrigues afirmou que o que foi dito pelo presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu foi que faria tudo, se a unidade de radioterapia viesse para cá, e que também tinha afirmado que quem definia a política na área da Saúde era o Ministério da Saúde, não eram os conselhos de administração. Se vier para cá, entrará no circuito do Centro Hospitalar.

O deputado Joaquim Santos informou que a senhora Drª Helena Pinto, também tinha afirmado que: "Se houver qualquer problema na instalação da unidade de radioterapia no distrito de Viseu nós contamos convosco, para lutar por isso". Disse que não tinha assumido o compromisso por todos, mas que entrava nessa luta, se fosse caso disso, para exigir que fosse instalada no distrito de Viseu essa unidade de radioterapia.

Os trabalhos continuaram com a intervenção do deputado António Dinis, da bancada do CDS:

"Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros membros, publico, comunicação social.

Começarei por fazer um elogio ao que foi o trabalho da elaboração da ata, não o fiz no ponto da apreciação da ata, mas queria fazê-lo publicamente, ao conteúdo da ata. É notório o esforço que foi feito para retratar o que se passou na assembleia. Da mesma forma, quando entendia que não era retratado, hoje quero dar esse elogio e reparo.

Sobre o 25 de abril, revejo-me sobre o que foi aqui afirmado.

Também foi abordado o voto de louvor ao Clube Atlético de Molelos e ao Clube Desportivo de Tondela, tinha, aqui também dois votos de louvor no mesmo sentido."

(anexo 7 e 8). De seguida apresentação a moção que se anexa com o número 9.

De seguida, o presidente da mesa deu a palavra ao grupo parlamentar da CDU, com a intervenção do deputado Manuel Veiga:

"Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores membros da mesa, senhores deputados, membros da comunicação social, restante publico.

Foi com algum agrado que ouvi o relembrar e louvar o 25 de abril, data essa que alterou por inteiro o nosso País e trouxe para além da liberdade, da discussão democrática, trouxe também o fim da censura à comunicação social. Foi com alguma surpresa que assisti a uma proposta do PSD, CDS conjuntamente com o PS para se fazer controlo da comunicação social acerca da cobertura das legislativas. É interessante e curioso. Não é mais do que uma forma de censura à comunicação social, se são os partidos que vão discutir o que passa em termos de comunicação social sobre a campanha eleitoral. Para isso servem os tempos de antena.

Queria, também, fazer uma nota em relação ao encontro com o conselho de administração, que houve ontem. Veio, aqui, provar-se que a moção que foi aqui aprovada trouxe algo de benéfico. Trouxe alguns compromissos, embora não se tenha conseguido tudo o que se pretendia, mas trouxe alguns compromissos em não prejudicar os utentes do serviço nacional de saúde, ao qual esta unidade serve. Acabou por haver um recuo de algumas medidas tomadas, nomeadamente no pessoal que se teria de deslocar a Viseu para fazer as análises desde que a consulta fosse em Viseu. Poderá, agora a resposta ser dada aqui. Congratulamo-nos que tenha havido este compromisso, como o alargamento por parte do atendimento. Foi, também, com alguma curiosidade dado nas notícias ter surgido o tão falado serviço de radioterapia para Viseu, foi questionado o conselho de administração da abertura desse serviço e como iria funcionar, ao qual nos foi informado que eles não tinham conhecimento nenhum. Ou seja, daqui posso depreender duas coisas, ou seja ou não foi falado com o conselho de

administração ou há ideias diferentes para essa radioterapia, e poderá eventualmente cair para a privada". Continuou fazendo uma saudação ao Dia do Trabalhador. (anexo 10)

O presidente da mesa da assembleia tomou, de novo a condução dos trabalhos e, de seguida, colocou à votação o voto de congratulação apresentado pelo deputado José António Dias, sendo este aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi colocado à votação o voto de pesar apresentado pela deputada Rita Rosa sobre Gaspar Rodrigues Fernandes, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Continuaram-se os trabalhos, com a votação do voto de louvor ao escalão sénior do Clube Atlético de Molelos, entregue pelo deputado António Dinis, tendo este voto sido aprovado por unanimidade.

Foi a vez, de seguida, da votação do voto de louvor, apresentado pelo deputado António Dinis, ao CDT, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Antes da votação da moção apresentada pelo deputado António Dinis, o presidente da mesa concedeu um momento de debate, que se iniciou com a intervenção do senhor presidente da câmara:

" Tem sido habito colocarem-se moções no período antes da ordem do dia, sem que para tal haja o devido debate. Julgo que deveriam ser transpostas para as atividades da câmara para que aí possa haver um debate mais alargado."

O deputado António Dinis não concordou com a posição do presidente da câmara, não tendo prescindindo de que a moção fosse votada no período da ordem do dia, e o presidente da câmara pediu a palavra de novo. O senhor presidente da mesa concedeu-lhe a palavra:

"Senhores membros da assembleia, caros membros da comunicação social.

Julgo que esta questão deve merecer reflexão por estar ferida de inverdades. Quando se tenta juntar tudo numa mesma moção com alguns pontos que até são

positivos e há entendimento e outros que não correspondem por uma questão de princípio, não é muito adequada esta forma de fazer as moções. É negativo dizer que há disponibilidade no quadro "Portugal 2020" para financiamento de rodovias como esta que está aqui referida. Por mais que se diga que será desejável num momento de reprogramação estratégico que haja condições para isto, aqui há acordo. Dizer que no quadro "Portugal 2020" ela tem de ser financiada, não há acordo, porque isso é estar a mentir às pessoas. É bom aqui recordar o que sempre dissemos sobre esta matéria. Defendemos desde sempre que qualquer requalificação /transformação do IP3 em autoestrada, em cujos troços houvesse sobreposição sobre o atual IP3, não defenderíamos essa solução se correspondesse a portagem nesses troços. Que troços novos, construídos de raiz, legitimamente poderiam ser portajados, por haver alternativa no IP3. Sempre dissemos que não queríamos uma solução igual à A25. Outros, porventura, diziam que queriam uma autoestrada para chegar mais rápido a Lisboa. Nós queremos uma autoestrada que facilite a circulação de pessoas e bens, que corresponda a um indicador mais elevado de segurança, mas que não seja um constrangimento económico ao desenvolvimento da nossa região. Esta é uma grande diferença. Também, é sabido, está publicado, particularmente no PET 3+, que a eventual construção de uma autoestrada terá de passar por investimento privado. Não é uma solução, havendo uma parceria, todos pagamos, quer passemos ou não. O tempo mudou e o mundo mudou. Verdadeiramente o que está previsto é que haja um operador privado que, por sua conta e risco, queira assumir essa responsabilidade e é nesse quadro que nós nos posicionamos. Neste quadro e para o concelho de Tondela em concreto, o maior constrangimento que tem o IP3 é a sul de Santa Comba Dão. Isto porque o troço que existe entre Tondela e Valverde não é IP3, construído nos anos 80 e construído antes do IP3, tem naturalmente um perfil que exige outro tipo de cuidado, de requalificação, seja num quadro de dupla via, seja no quadro do IP3 atual. A sul de Santa Comba Dão, sim, estão os atuais constrangimentos, em particular no acesso a Coimbra.

Não temos nenhum problema de centralidade. Temos um problema de desenvolvimento e não queremos que haja constrangimentos a esse desenvolvimento. Dizer-se construa-se e financia-se com fundos comunitários é uma falácia, porque não há, no atual quadro, essa oportunidade. Que desejaremos, todos, que alguns

investimentos que estão impedidos por excessos do passado, possam ser reavaliados, isso é outra questão.

Segunda questão, que não corresponde à verdade dos factos. Um autarca do município vizinho teve uma ideia, após uma conversa, que foi questionar os demais municípios se uma solução de um corredor de mobilidade que ligasse Santa Comba Dão a Viseu tinha algum sentido. O que o presidente da câmara de Tondela e o de Santa Comba Dão responderam, nessa circunstância, com articulação de pensamento, foi dizer que estão previstas nos documentos estratégicos do "Portugal 2020" soluções de mobilidade sustentável e ecologicamente amigas do ambiente. Isto é, quaisquer soluções como corredores verdes, vias que permitem uma mobilidade apoiada em meios não poluentes, são projetos que tem acolhimento no quadro europeu. Nunca ninguém defendeu o dito "TGV de casa", só eventualmente alguma distorção de pensamento. Mas, soluções de transporte pendular e foi a expressão que o presidente de Tondela utilizou, do tipo metro de superfície, são soluções, hoje, desenvolvidas em muitas cidades europeias, se para tal houver sustentabilidade económica. Há algumas cidades de maior dimensão que tem transportes ou viaturas elétricas. Os fluxos que existem em função da centralidade económica de Tondela fazem com que haja alguma circulação rodoviária de acesos a zonas industriais ou a polos de desenvolvimento. Não tenho muitas dúvidas em admitir a possibilidade de, num futuro, desde que economicamente sustentável, se pensem em soluções de mobilidade sustentável e amigas do ambiente. Daqui ao TGV é a mesma distância que separa a visão da ilusão.

Isto tudo para dizer que, quando se coloca uma moção nós queremos saber se queremos ter um momento politico para construir consensos ou se queremos pensar que algum está distraído e que se deixa aprovar uma moção nos termos que ela é configurada e depois se tem cá fora uma pequena vitória politica. Comemorar abril é ter realismo e seriedade. Não há fundos comunitários para rodovias desta natureza.

Quando sugeri para deslocar a moção para as atividades da câmara, era por o período antes da ordem do dia ser da responsabilidade dos partidos e não ter a indelicadeza de estar a intervir num período onde algum possa entender que não é um

período devido. Julgo que a não verdade nos pressupostos desta moção poderiam feri-la a apreciação que os demais pudessem fazê-la. Muito obrigado".

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

"O período antes da ordem do dia é obviamente para apresentar moções. Discuti-la agora ou no período do interesse para o concelho, vamos perder ou ganhar o mesmo tempo, quando digo perder não é no sentido imperativo da palavra. Não vejo qualquer inconveniente.

Quanto à moção, começando pelas palavras do senhor presidente da câmara, já discutimos, aqui, este assunto acerca da A24, também já manifestei a minha posição que é a do partido Socialista. Seremos a favor de uma via portajada numa condição, é que não passe em sítio nenhum do IP3, para não corrermos o risco do que aconteceu na A25. Mesmo que haja pequenos troços na A25, como há na A24, á saída de Fail até São Pedro do Sul que não se paga nada, mas o que é certo, é que ninguém vai sair da autoestrada para Coimbra para apanhar troços do IP3 para depois regressar à autoestrada. Isto não tem logica nenhuma. Ou se faz uma autoestrada nova e de raiz ou então que se deixe estar como está e que alguém assuma a responsabilidade pelos acidentes.

O que peca na moção do Dinis e é por isso é que nos vamos abster. Essa história do TGV, eu chamar-lhe-ia micro TGV. Não vejo sustentabilidade do metro de superfície entre Viseu e Santa Comba Dão, quando por exemplo, numa zona muito mais densa que é o caso de Coimbra e Lousã, que destruíram uma linha para construir um metro e nunca mais o fizeram e duvido que alguma vez o façam. Não vejo que seja sustentável mesmo sendo amiga do ambiente. Que o peso da sustentabilidade verde se sobreponha à parte económica e que torne isso viável.

Senhor presidente, gostaria de saber quem são os saudosistas das parcerias público privadas? Convinha saber quem são, porque se vamos falar nisso, pois vamos falar mais á frente concretamente nas da câmara municipal de Tondela.

Para concluir, sei o espirito da proposta do Dinis, como está escrita não concordo, mas também não discordo, portanto vamos abster-nos a não ser que o Dinis

queria corrigir um pouco para ela ser pratica, inclusivamente que atire algumas responsabilidades a este governo, que não soube negociar para que neste quadro comunitário não tivesse previsto este investimento e concretamente aos membros do governo que são da nossa região, a começar o senhor Secretário de Estado dos Transportes. Muito obrigado."

O deputado Manuel Veiga interveio, de seguida:

"Mais uma vez boa tarde.

Só uma nota prévia, gosto deste trocar de galhardetes entre as parcerias público privadas, para quem fez mais parcerias publico privadas. A gente sabe que elas são danosas e quem está a pagar somos todos nós, isso sabemos. Agora, podem bem dividir bem as culpas a meias e se calhar cabe a cada um de vós, na representação dos partidos.

Em relação à moção, acho que as moções que não se enquadrem dentro da ordem de trabalho se devam apresentar neste período. Se calhar devemos é, depois, ser breve na discussão.

Nunca poderei votar a favor desta moção. Desde que esteja ali, o utilizador /pagador. Isto vai subcarregar mais em termos da economia local. Em vez de vir beneficiar, vem prejudicar mais. Quanto aos melhoramentos, obviamente que se concorda. Se for para se melhorar o atual traçado, desde que não traga custos adicionais para o utilizador, acho bem, porque traz ganhos para a comunidade, ganhos em termos de segurança. Quanto aos privados serem eles a fazerem o troço, não vejo incómodo a ver o privado a fazê-lo e a arriscar o seu capital, desde que não seja mais uma coisa que a gente pague novamente a fatura.".

O deputado Sérgio Rodrigues tomou da palavra:

"Às vezes dizemos, aqui, coisas que não vemos onde caiem. Isto das culpas só se podem assacar a quem faz, a quem teve coragem de agir. Sempre ouvi dizer: só se fala de quem faz. Normalmente não se lembra quem não faz. Há uns que erram, há uns que acertam, mas há sempre a imperiosidade de agir, contudo não pode ser descurado o

facto de se analisarem as questões devidas, para mais tarde não haver derrapagens ou supérfluas alterações.

Sobre a moção, só tenho de me centrar num aspeto. Temos aqui debatido esse assunto do "Portugal 2020" e há um ponto que ciclicamente debatemos que é: não há dinheiros para estruturas rodoviárias. Não está comtemplado naquele programa de apoio à economia a alocação de verbas para estruturas rodoviárias. Isto é já uma coisa que estamos cansados de ouvir. Podem dizer que não foi acautelado a nossa posição nos apoios vindos de Bruxelas. Não? Sim? Talvez? Mas não há. Não vale a pena estar a procura que venha a haver alterações. Aquilo que temos apoiado é que a autoestrada Viseu Coimbra, deverá ser concretizada segundo alguns parâmetros que consideramos essenciais. Se o IP3 funcionar em pleno e em paralelo, tudo bem. Se alguém conseguir decidir e pagar esse investimento, no foro privado e tiver condições de suportar essa despesa, tudo bem, visto o estado não o poder fazer.

Mas também não estou a ver privados a criarem uma autoestrada, investirem forte numa rodovia e serem confrontados com uma alternativa, não paga, ao lado. É nesse sentido que não podemos apoiar esta moção. Para nós pode e deve haver uma autoestrada, mas se ela tiver uma sobreposição sobre o IP3, tem de deixar de ser portajada nesses troços. No entanto, e preponderante que para nós todo o outro espaço restante do IP3 deve sofrer uma requalificação.

Sobre o metro de superfície, entendo que deve ser feito uma análise séria, um estudo de sustentabilidade, mas não se deve colocar de lado, porque as ideias são dinâmicas. As estratégias hoje são umas, amanhã poderão ser outras, poderá haver outra forma de suportar esses investimentos e nós não nos colocamos de lado. Mas que fique aqui expresso, como foi referido, há situações, como a da Lousã, que nos deixam de "cabelos em pé".

O deputado António Dinis voltou ao debate:

"Senhor presidente.

A primeira nota tem a ver com ser ou não extemporâneo a moção ser neste ponto. As moções sempre foram, aqui, colocadas e discutidas. Ser agora ou mais tarde,

ir-se-ia gastar o mesmo tempo. Acho mais logico, dentro do espirito do regimento ser neste ponto.

O senhor presidente da câmara diz que isto não corresponde à verdade. Isto corresponde a decisões políticas. Isto é que é a questão de fundo. Não vale a pena enganarmo-nos à cerca disso. Vimos, recentemente, na comunicação social, o senhor presidente da câmara de Viseu, que ainda não desistiu, assim como o presidente da câmara de Coimbra, que tiveram uma reunião, não sei o que foram discutir, se calhar excentricidades. Mas a verdade é que forma discutir a possibilidade de terem essa ligação e de lutarem por financiamento comunitário, porque tudo isso são decisões políticas. Vamos ter 20 mil milhões de euros para gastar nos próximos anos. Vão ser decididos os apoios, onde haverá privados, investimentos empresariais, infraestruturas, etc. não vale a pena dizer que não vai haver dinheiro. A questão é quais vão ser as prioridades políticas, e estratégicas. Nesta assembleia, já aprovamos documentos a defender o que estou a defender. Foi só trazer novamente, porque houve desenlaces acerca desta temática, por isso voltei a trazer o assunto. Claro que não vou cair na estratégia do Quim Santos, de colocar, no documento, que a culpa é do PSD e do CDS. Não vou fazer o favor de comprar o vosso voto, não faço isso. Estou, aqui, no sentido de, construtivamente, dizer: não podemos deixar cair isto para depois de 2020. Continua a morrer gente e não é só de Santa Comba para baixo, continua a morrer gente no nosso concelho. Diz respeito a pessoas que passam cá e vivem cá. Não é como o senhor presidente diz que não é verdade, é verdade. Agora, pode é dizer que está fechado, o senhor secretário de estado fechou o dossier, acabou. Depois, fiquei clarificado. Li, mas não quis acreditar, o metro de superfície, vamos ser claro, temos de abrir um canal, uma infraestrutura. Tira-se a ecopista ou coloca-se algo ao lado. Não podemos vir para aqui defender uma ligação entre Santa Comba Dão e Viseu numa ligação ferroviária, foi o que o deputado Sérgio, também veio defender, sinceramente tenho grandes dificuldades em perceber essa sustentabilidade, mas se calhar estou enganado. Se em 1988 foi encerrada a linha, não vejo qual será a sustentabilidade hoje."

O deputado Sérgio Rodrigues voltou ao debate:

"Ao deputado Dinis quero elucidar: sobre o metro de superfície, o que eu disse foi que, se houver estratégia politica para avançar com este assunto devem, antecipadamente, ser feitos estudos de sustentabilidade."

O presidente da câmara interveio, de seguida:

"Há matérias que são de natureza mais políticas que a seguir abordarei.

Vamos lá ver: "não acautelamos os apoios". Não quero começar a dizer quem começou a negociar o quadro Portugal 2020. Os fundos comunitários não é uma bênção divina. Eles não existem só porque Bruxelas entende que temos esse direito. Os fundos comunitários em particular o FEDER existe para promover coesão europeia. Julgo que ninguém vai entender que se chegue a Bruxelas, se diz que se quer mais dinheiro para autoestradas, junto de países financiadores, quando temos mais km do que eles. O problema não é saber se foi acautelado, é sim discutir posições estratégicas do passado. É saber se foi mais relevante construir três autoestradas em paralelo a chegar ao Porto, se foi mais relevante construir uma A13, ou construir alguns troços de autoestradas onde sobre a sustentabilidade nunca ninguém se preocupou. Todos os estudos de mobilidade davam uma frequência de viaturas excecional, sempre mais de 15 mil. Hoje estamos a pagar os erros que foram cometidos. Não aceito que se diga que não houve cuidado de acautelar a negociação. Os fundos comunitários não são um bolo a que se tenha direito por herança, é um pacto de desenvolvimento assente na coesão e fundamentalmente assente no equilíbrio que deva existir entre países. Bruxelas não quer ouvir duas coisas, que é autoestradas e escolas, infelizmente. Já expliquei, várias vezes, o quanto é injusto este argumento, principalmente para quem viu em alguns sítios obras da Parque Escolar, em escolas, com orçamentos elevados e haver outras escolas onde não há, agora, orçamento para mudar a cobertura, porque é de amianto ou porque não há laboratórios a funcionar. Isto não é promover a justiça entre as nossas comunidades. Julgo que isto é a grande verdade e julgo que não é possível continuar a alimentar a ilusão das pessoas. Julgo que era obrigação de quem teve os meios, no passado, para tomar as posições estratégicas, porque os estudos de mobilidade estavam feitos. Se funcionaram para uns sítios, também teriam funcionado para outros. Gosto de pragmatismo e realismo e a última coisa que quero é que haja decisões infundadas.

Haverá, como em todos os quadros comunitários um período de reprogramação, que não é este o tempo, visto este ainda nem sequer estar a arrancar. Nesse tempo será avaliada muita coisa. Neste tempo não há dinheiro. Ou há privados, sem financiamento público, e por sua conta e risco querem construir troços ou na totalidade e aí são os estudos de mercado que vêm dizer a sua localização, porque se o privado coloca o seu dinheiro tem de saber como o vai recuperar. Em paralelo devemos exigir e de forma gradual, tentar a requalificação dos troços mais críticos do IP3, porque o país não tem 600 milhões de euros para investir nesta requalificação. Não vou tecer comentários de que outros presidentes de câmara têm vindo a evoluir nas suas posições, porque desde a primeira hora temos tido uma visão sustentada, equilibrada e ponderada.

Sobre eventuais ligações de superfície, podem chamar de metro de superfície ou outro nome. Esta questão que fique clara, referi-me a soluções de mobilidade sustentável, ecologicamente amiga do ambiente. É um projeto que se existirem fundos comunitários para a sustentabilidade da mobilidade verde, deve ser discutido. O que está em causa é percebermo-nos em cada momento, na dinâmica da sociedade, as ideias que fazem ou não sentido.".

Passou-se de seguida à votação da moção do deputado António Dinis, tendo a mesma sido rejeitada por maioria, com os votos a favor dos deputados: António Dinis e António Almeida Dias. Os votos contra dos deputados: Carlos Cunha, Felisberto Figueiredo, Marina Leitão, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio rodrigues, Cristiana Ferreira, Sandra Coimbra, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Dias, António Lopes, Isaac Almeida, Armando Laranjeira, José Hélder, Luciano Costa, Ventura Goncalves, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes. As abstenções dos deputados: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Marta Franco, Ana Rita Rosa, Alfredo Cabral, Jorge Marques e António Sérgio Almeida.

O deputado Sérgio Rodrigues entregou uma declaração de voto, que se anexa com o número 11.

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O presidente da mesa da assembleia deu a palavra ao presidente da câmara:

" Senhor presidente, membros da assembleia, comunicação social.

Houve, hoje, algumas referências ao 25 de abril e todas elas, ainda que de partido diferentes, tocaram num ponto comum, o facto de a participação hoje estar muito diferente da participação de há 40 anos, nas 1ª eleições livres, sendo de cerca de 95%. É normal, de quem sinta uma opressão, no primeiro momento tenha vontade de com um exercício de um poder que lhe estava negado se exprimir através do voto. Mas democracia não é só votar. É acima de tudo a capacidade de ter intervenção, participação e construir decisões que no passado estavam resignadas à esfera de muito poucos. Julgo que não podemos diminuir a democracia só porque há uma diminuição do acesso as urnas de voto. Dizer isso é dizer que democracia não é, e em particular, a liberdade de expressão. Essa, felizmente, cada vez mais prolífera. Uns abusão dela, porque não sabem respeitar a opinião diferente. Dizem ter a capacidade de ser democratas, mas têm um tom arrogante, provocador e malicioso. Isto já não tem a ver com a culpa da democracia, mas com o caracter de cada pessoa. Abril é acima de tudo participação e liberdade de expressão. Nesse em particular, não está ferido o nosso 25 de abril.

Um conjunto de intervenções com os votos de congratulação seja sobre a subida dos juniores do CDT, do Clube Atlético de Molelos à divisão de honra, seja eventualmente outro desfecho, muito positivo, histórico diria eu, que possa ocorrer nas próximas semanas dos séniores do CDT.

Tomei nota da referência do senhor Arménio, confesso que não tenho informação do que o município possa ter na sua gestão de algum baldio. Presumo, que todos estão na esfera das juntas de freguesia. Mas para todo o caso, todo o contributo que seja necessário para a delimitação ou demarcação aí for solicitado o município está disponível, para defender o interesse publico e em particular o bem que a todos pertence.

Naturalmente, que me associo ao voto de pesar.

Julgo que há uma questão que aqui devemos novamente colocar. Estamos na verdade perante dois caminhos e é bom que saibamos que caminhos temos pela frente. Dizia o deputado Joaquim Santos que um é um caminho enfadonho de um circo. Mas eu diria, que nada melhor para a democracia do que saber que temos dois caminhos. Em particular para perceber do índice de pobreza que hoje falamos, o risco de pobreza tem de ser percebido. Se durante uma década, até 2010, o país cresceu em média 0, 5% ao ano numa década, o país teve um crescimento em média de 0,5%, com os cofres não era cheios, era a transbordar. Não havia falta de investimento público, não havia falta de crédito ao consumo, à conta do endividamento externo, como nós sabemos. O que foi feito com essas politicas para que esse investimento tivesse um efeito reprodutivo? Não há crescimento, não há riqueza. Não há o eliminar da pobreza, se não formos geradores de criação de riqueza. Por mais que me esforce, tenho de reconhecer que o elemento zero é o elemento neutro, não se consegue distribuir aquilo que não se tem. Hoje, estamos a crescer acima da média europeia, não é muito, mas estamos a crescer, que se aproxima de 2%,. Diria então: como é possível, depois de um período de recessão dos mais graves que tivemos, crescer num ano, aquilo que num período de abundância demoraria 4 anos a crescer. É, também, bom ter noção de que enquanto não tivermos o deficit a aproximar-se do valor nulo, nós invariavelmente se as demais condições de mantiverem, teremos sempres aumento de deficit. O deficit tem uma percentagem da divida sobre o PIB, se o PIB estiver estabilizado, o denominador é igual. Quanto maior é a divida mais ele se vai refletir. O deficit que está em vigor não são os 135% que referiu, chamo atenção para ler o relatório publicado no publico, " a divida portuguesa finalizou o ano de 2014 em 128, 7 do PIB, um valor que fica acima das previsões feitas pelo governo". Comparativamente faz uma descida aos 134 registado no 3º trimestre de 2014. Verdadeiramente, só conseguiremos ter a divida publica a baixar à medida que o nosso deficit se aproximar do zero. Na última assembleia, procurei exprimir a minha opinião, porque é que a divida tinha de aumentar, depois de Portugal ter pedido ajuda para empréstimo dos 78 mil milhões do resgate financeiro. Será que ainda se pensa que as dividas não são para se pagar e são para se negociarem? Os credores não acreditam

nessa tese, eles sabem que tem de ser paga. Se pudermos poupar nos nossos juros renegociando divida, naturalmente que o país está a ter um ato de gestão.

Julgo que foi oportuna a visita que ocorreu, ontem ao Centro Hospitalar Tondela Viseu, unidade de Tondela e em que, depois, tive oportunidade de acompanhar o conselho de administração num contacto que tiveram com a imprensa local e regionais, onde ficou bem claro, face a informações que se suponham que tinham prestado, que as pessoas para fazer uma colheita para uma análise teriam de se deslocar, eventualmente, a Viseu e irem uma segunda vez à consulta, que seria um constrangimento, hoje a situação está regularizada. É possível fazer uma colheita em período previsto, marcado. Também ficou demonstrado que de 2011 para hoje, duplicaram as intervenções feitas em ambulatório na unidade de Tondela. As consultas externas na área da psiquiatria, da orologia e eventualmente, no futuro, na dermatologia serão incrementos importantes para esta unidade. Como é importante sabermos, em toda a área do Centro Hospitalar Tondela Viseu, toda a área de ambulatório de ortopedia é feita na unidade de Tondela. O hospital ganha escala integrado num Centro Hospitalar. É bom lembrar, quando esta unidade foi integrada, estaria um senário que estaria quase confiando a uma unidade de cuidados paliativos.

É importante sabermos, que no XVI governo constitucional, o ministro Dr. Filipe Pereira à sua saída tinha um despacho para a constituição da unidade de radioterapia na unidade de Viseu. Também é bom dizer, que o ministro que seguiu, Dr. Correia de Campos criou-a de imediato em Vila Real. É importante lutar por esta unidade. Estaremos atentos á evolução deste cenário.

Continuou com a intervenção escrita (anexo 12) e a visualização e explicação das atividades desenvolvidas pela câmara desde a última sessão da assembleia municipal.

O deputado Felisberto Figueiredo interveio, de seguida:

"Boa tarde a todos.

Queria agradecer desde já ao presidente da câmara pela exposição que fez aqui e pelo trabalho desenvolvido ao longo destes dois meses.

Os investimentos privados que aqui foram apontados, logicamente que têm o mérito dos seus empresários, mas, muitas das vezes, os seus empresários procuram investir e escolher espaços em função daquilo que a própria administração central e local facilita aos seus investimentos. O facto de termos aqui a empresa Royal Dahlman, uma empresa com investidores exclusivamente estrangeiro a escolher Tondela para fazer este investimento é com certeza razão para um natural orgulho. Tratando-se de uma empresa que é inovadora na área do ambiente, que é um grande problema o qual resulta da sociedade consumista, na produção de lixo, as vezes criando problemas graves na própria qualidade do ambiente.

Nessa qualidade do ambiente, congratulo-me com o trabalho que foi realizado na florestação da serra do Caramulo, no que ficou com resultado do lamentável e trágico incêndio, que todos nós conhecemos, e que até levou vidas humanas. Assim como esse trabalho de interpretação da Serra do Caramulo que é um trabalho assinalável e que merece o nosso aplauso. Os responsáveis dos Agrupamentos de Escolas que o levam à prática de Escolas e a própria Câmara vai dando o apoio a estas iniciativas o que é de louvar.

No caso dos recursos naturais, queria destacar, aqui, a rentabilização das termas de Sangemil.

Também, em relação às ETAR´s que estão prestes a entrar em funcionamento, mostra-nos que problemas graves de ambiente podem ser ultrapassados, nomeadamente com os resíduos industriais que muitas das vezes trazem consequências terríveis para todos.

A nossa cidade começa também a ganhar algum estatuto de cidade verde que nos agrada muito. Felicito a câmara, os trabalhadores da câmara e os responsáveis pela manutenção dos espaços verdes. Começamos a encontrar no nosso concelho, não só em

Tondela, mas noutras localidades espaços muito agradáveis para lazer e descanso que fazem parte da marca identitária do concelho.

A dinâmica desportiva que nós encontramos no nosso concelho, é também ela, mérito dos dirigentes associativos e dos próprios atletas, mas muito, também da relação sustentada que a câmara estabelece nos apoios que lhes dá, na proximidade que mantém com as atividades, tanto nas associações desportivas, como na solidariedade social. Com a população que nós temos progressivamente envelhecida, com ausência de reposição no tecido demográfico, as nossas instituições de solidariedade social vão ser cada vez mais importantes, inclusivamente neste tempo de crise.

Uma referência a atividade do Polifónico da Casa do Povo de Tondela nos Açores. Foi muito gratificante para nós a presença do senhor presidente da câmara naqueles dois dias que esteve connosco. Foi muito interessante e é de exaltar o acolhimento que tivemos por parte da câmara municipal da cidade da Horta que foi de uma gentileza e de uma atenção extraordinária para com o Polifónico da Casa do Povo de Tondela, para além do facto de aquela população ser de uma simpatia e de uma capacidade de acolhimento ímpar. Tal como a ilha do Pico, são ilhas lindíssimas que valem a pena visitar. Nós muitas das vezes andamos a procura de destinos turísticos mais longínquos e provavelmente fora do território nacional, quando temos cá dentro algo de fantástico.

Queria, também, fazer, aqui, uma abordagem na área da educação e felicitar o senhor presidente pela forma como tem vindo a conduzir o processo de transferência de responsabilidades para a autarquia. Fico espantado, às vezes, na forma como vejo reagir a este tipo de iniciativas e estava habituado a ouvir no antigamente a chamar reacionários aos indivíduos de direita, mas vejo que reacionarismo neste momento acontece exatamente à esquerda, de uma forma pungente, porque me dá a impressão que reagem primariamente a algo que como projeto que é não esta suficientemente conhecido e reagem antes de conhecer ou antes de querem saber. Dá-me a sensação que, por aquilo que vou lendo e que aparece nas redes sociais, que as pessoas reagem, porque não conhecem ou porque têm medo do desconhecido. Recordo-me, quando estava com

responsabilidades, como vereador do setor da educação e cultura na câmara municipal, ter também feito uma reunião do género destas que o senhor presidente da câmara está a levar por diante. Naquela altura, eu fiz uma reunião com as educadoras de infância e comecei a reunião por dizer que aplaudia com as duas mãos um projeto que estava a ser proposto às autarquias e que não eram de um partido e de um governo que eu tivesse apoiado, na altura era nosso primeiro-ministro o engenheiro António Guterres. Foi quando se criou o programa de alargamento de funcionamento dos jardim-de-infâncias com a possibilidade de lhe servir o almoço nos próprios jardim-de-infâncias. Fiz essa reunião no edifício que é hoje da escola profissional, na altura era lá que funcionava o jardim-de-infância de Tondela. Convidei as pessoas e foram de uma reação terrível das próprias educadoras e eu fiquem desiludido e triste por não aceitarem. Decidi que só avançaria quem quisesse. Curiosamente, o avanço aconteceu no jardim-de-infância de Vila Nova da Rainha, com pouca frequência, e só avançou, porque a senhora educadora, contra a vontade de todas as colegas, viu que o seu lugar de trabalho estava em risco. Aquele jardim-de-infância iria fechar passado pouco tempo devido ao reduzido número de alunos. Como tudo que começa, que pode até não começar da melhor forma, a transferência de verbas demorou a vir e a senhora educadora adiantou do seu bolso o pagamento das refeições do 1º trimestre, à instituição fornecedora. O exemplo dela, acabou por levar à evidência de que não havia outra forma de garantir os postos de trabalho e melhor qualidade aos pais e às crianças. Julgo que não podemos reagir à primeira hora, sem discutir um projeto, que como projeto que é, não é algo que esteja assente definitivamente. Devemos ter calma e abertura ao diálogo para dar a conhecer as vantagens de fazer a desconcentração de competências. O concelho de Tondela tem sido um exemplo em comparação com outros municípios na relação que tem mantido com as escolas do concelho, não devem deixar dúvidas a ninguém que todos estamos empenhados em dar o melhor para a população e seus protagonistas.

Regozijo-me com tudo o que está a ser feito nas "mini lojas do cidadão" com a preocupação de não centralizarmos tudo em Tondela, tendo ponto de atendimento em freguesias, que corresponde com aproximação da administração à população em geral.

A festa do livro foi muito interessante e quero assinalar a aproximação com a Universidade Sénior do Rotary Clube, com a representação de uma peça teatral. Quero, também referir o nome da Drª Teresa Calçada atribuído à biblioteca escolar de Tondela. Acho que é merecido, pois para além de ter relações e origens a Tondela, foi uma pessoa que se dedicou imenso a este projeto a nível nacional e uma pessoa sempre disponível para com a biblioteca municipal, abrindo-nos portas e possibilidades.

Uma nota pela colaboração que a câmara mantém com as IPSS e ao trabalho da CPCJ.

Termino com uma referência ao projeto "Tondela +10", julgo que estamos no bom caminho, estamos a contribuir para o desenvolvimento local com inovação.

Para finalizar, queria dizer que comprei uma oficina de sapateiro com recheio que ofereço ao Museu".

O presidente da mesa da assembleia de seguida, deu a palavra ao deputado Isaac Almeida para a sua intervenção:

"Boa tarde. Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, caros colegas.

O edifício do Clube Cruz Maltina, há três anos, ardeu. Juntámos esforços, da junta de freguesia, da direção do clube e dos dirigentes, e avançámos com as obras de requalificação, mas isto, também, graças à grande colaboração do município. O nosso muito obrigado pelo apoio disponibilizado".

O deputado Carlos Viegas continuou os trabalhos. (anexo 13)

Seguidamente, o deputado António Dinis tomou da palavra:

"Quatro referências apenas.

A primeira tem a ver com o projeto "Aproximar" acho que é iniciativa importante do governo, de forma a maximizar infraestruturas já existentes e tentar

aproximar a administração central do cidadão. Felicitar o município e a CIM, por ter estado na linha da frente deste projeto.

Segunda nota, tem a ver com o projeto "Tondela + 10". A promoção do empreendedorismo individual é muito importante e se daqui resultarem projetos consistentes e ideias de negócio, ficamos todos contentes e o concelho mais rico. Cinco destes jovens serem do nosso concelho é muito encorajador. Espero que o projeto consiga singrar.

Em relação à questão do Estádio, tenho algumas preocupações, mas deixarei para mais tarde.

O último ponto, tem a ver com o Siadap. Não foi, aqui, referenciado, não está na página do município essa informação, é obrigatório por Lei. Penso que a Lei ainda está em vigor, e não fazendo esta avaliação os funcionários acabam por ser penalizados em termos de promoção. Se na última assembleia, vim cá elogiar o facto de abrir a oportunidade de funcionários irem a concurso de dirigentes e normalmente o mapa de pessoal acompanhar sempre o orçamento e o plano de atividades para o ano seguinte, desta vez não veio. Tudo bem, não critico, o importante é resolver o problema e encaminhar o processo para que os dirigentes consigam ter oportunidade de carreira. Agora, preocupa-me o facto de o Siadap não ter sido, aqui, referenciado. Causa-me alguma apreensão, porque não vai permitir aos funcionários acumularem os pontos que deveriam para as futuras progressões, quando estas descongelarem. Sempre defendi a progressão e a implementação do Siadap, com exclusivamente o desempenho de excelente, tendo sido uma batalha única".

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

" Em primeiro lugar, queria, também congratular-me pelo avanço do programa "Aproximar" que é uma candidatura da CIM, que envolve vários municípios. Mas acerca disso, queria fazer uma pergunta ao senhor presidente, se a estes cinco centros, nas freguesias que indicou, também podem recorrer cidadãos de outras freguesias vizinhas. Penso que sim, que deve estar informaticamente ligado, mas gostaria de ter a certeza.

Falou, aqui, na sua exposição que estaria a repavimentar algumas obras de 2013. Queria saber se é para repavimentar todas ou se algumas vão ficar para trás, sabe a que me estou a referir, na situação que existe na União de Freguesias de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fraguas, com o estado das pavimentações que foram feitas em 2013.

Acerca das considerações que o senhor presidente fez na sua intervenção. Penso que o senhor não ouviu bem o que eu disse, aqui, na minha intervenção, quando falei no 134% do PIB do deficit orçamental, não falava até dezembro, falei claramente até fevereiro, porque só em janeiro e fevereiro a divida publica aumentou em 9 mil milhões de euros, talvez por isso os cofres estejam cheios. Os cofres não estavam a transbordar não foi nos anos 2000 a 2010, transbordaram foram nos anos 90 e toda a gente sabe o que aconteceu, com o dinheiro que transbordava e quais foram as consequências que agora temos e nas condicionantes que temos neste quadro comunitário "Portugal 2020". Também recordar-lhe que os anos não foram assim tão gloriosos, porque não sei se sabe qual foi o deficit orçamental atingido, quando o primeiro governo de José Sócrates entrou, quando abandonou "o barco" para ir para a União Europeia, o então primeiro-ministro e foi substituído por outro provisoriamente, que hoje está na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Não me estava a referir ao relatório de 2014, que foi publicado no Publico, mas sim as contas referentes até ao mês de fevereiro de 2015. Não percebi muito bem, na sua intervenção, quando referiu o Centro Hospital Tondela Viseu e porque é que foi mais uma vez abordar os cuidados paliativos. Talvez fosse para justificar, e muito bem, que houve uma duplicação das intervenções cirúrgicas no Hospital Cândido de Figueiredo, isso é um facto. Mas quero recordar-lhe que foi precisamente esta a missão, quando foram feitas as obras no hospital em Tondela, que na altura as obras que os senhores tanto criticaram, e que levaram a estes resultados. Não quero, aqui, discutir se a posição é boa ou má dos cuidados paliativos ou não. Mas o que é certo, é que era uma deficiência para o País. Tondela, hoje, é uma referência em termos de cuidados paliativos. Se estamos sempre a dizer que temos de promover o concelho, isto é uma forma de promoção, bem que não sejam por motivos mais agradáveis, mas essencial.

Quanto à radioterapia, dizer-lhe, que há um estudo feito pelo regulador da saúde em que aponta que Viseu terá de ter uma unidade de radioterapia. Agora se estamos apenas perante uma manobra política do presidente da câmara de Viseu, penso que o presidente da câmara de Tondela, como parte interessada, também deveria ter alguma informação sobre isso, dizer se concorda ou não com o que foi dito nos jornais, da unidade de radioterapia para uma unidade privada, ou qual é a posição do município ou do presidente da câmara de Tondela. Se deseja ou não uma unidade de radioterapia para o Centro Hospitalar de Tondela Viseu ou se entrega a privados.

Outra coisa que falou e ainda bem que falou, que deve ser claro e não nas entrelinhas como falou o senhor deputado Jorge Henriques, em relação ao contrato na área da educação. Não foi o líder do Partido Socialista, embora não tenha medo disso, que fez o comunicado, foi um órgão chamado secretariado da comissão politica. As palavras podem ter sido duras, admito que o tenham sido, em política não vale tudo, mas também não vale em política, na minha opinião e do secretariado do PS de Tondela, o conteúdo daquela carta que o senhor presidente endereçou aos professores e cujo conteúdo teve repercussão. O senhor presidente ouviu uma intervenção, que achei muito correta e saudável, de um professor, no dia de uma reunião que houve na ACERT, em que se sentia ofendido, apesar de não fazer parte dos quadros do Agrupamento de Escolas Cândido de Figueiredo. Como resposta ao senhor deputado Felisberto Figueiredo, não sei a quem se dirigia, certamente não era ao Partido Socialista, porque o PS teve conhecimento deste processo, oficialmente, na última assembleia municipal. Fiz uma intervenção, onde justificamos porque dizemos não. Esta posição não é só do Partido Socialista de Tondela é do Partido Socialista a nível nacional. O PS em Tondela fez um documento, com sete páginas, onde diz quais são as razões, não estamos aqui a dizer não, porque nos apetece. Dizemos não de forma sustentada. Não queremos que haja confusão, como se tem augurado, o PS e eu sou a favor de uma regionalização e de descentralização, agora isto não é descentralização nenhuma, isto é perda de competência das escolas em favor das câmaras municipais, porque as competências verdadeiras continuam no ministério. Isto é um contrato de delegação de competências, não é descentralização nem desconcentração. Delegação de competências que vamos ver se a câmara municipal de Tondela tem condição para

receber essas competências, pessoal qualificado e a troco de quê? Não é de mais dinheiro, porque o Decreto 30/2015 diz claramente que um dos objetivos é poupar dinheiro. O resultado líquido em termos práticos do concelho, contando que engloba toda a comunidade escolar, não é nenhum, há até prejuízo. Inicialmente, na matriz estava dito, como disse na assembleia, se houver alguém que se vá embora divide-se a coleta. Esse ponto foi retirado, porque era vergonhoso demais.

Por ultimo e acerca do Clube Desportivo de Tondela, pede um consenso politico. Nunca tinha ouvido que a câmara iria aumentar o IMI para pagar as obras, mas gostava de saber de onde vem essa informação. Mas queria saber o que o senhor espera, hoje, que decisão espera desta assembleia. Certamente não vai pedir a esta assembleia municipal que autorize a promover uma assembleia extraordinária para virmos discutir este assunto de empréstimo ou não. É uma competência da câmara. Hoje não me encontro em condições, não dialogámos, não tenho nenhuma posição a tomar acerca disso. Muito obrigado."

O deputado José Manuel Mendes interveio:

"Boa tarde a todos. Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Agradecer à câmara e ao senhor presidente pela alteração dos sinais de trânsito na cidade, nomeadamente, na Praça do Comércio. As pessoas já tomaram consciência que podem parar os carros temporariamente e em nome dos comerciantes na zona antiga da cidade o nosso reconhecimento.

Agradecer a presença e colaboração nos eventos que forma realizados por iniciativa da União de Freguesias Tondela Nandufe, nomeadamente na inauguração da Casa da Alicinha. Quero também afirmar que aquele espaço vai funcionar, para que não fique duvidas a supostos jornalistas, que às vezes colocam em dúvida as coisas. Como qualquer instituição, quando abraçamos uma iniciativa, temos um objetivo criado.

Para responder ao senhor Arménio, a junta está atenta e salvaguarda o seu património. Se aparecer algum que não é do conhecimento da junta recebemo-lo com agrado. Muito obrigado".

Continuou o deputado Sérgio Rodrigues. (anexo 14)

Seguidamente, o deputado Manuel Veiga interveio:

"Mais uma vez boa tarde. Só relembrar relativamente à municipalização do ensino. Primeiro, relembrar que em novembro, nesta assembleia, foi proposto um amplo debate, assembleia esta que achou que não seria necessário. Congratulo-me que depois foi repensada esta forma de atuação e que tenha feito este debate alargado à comunidade educativa. Temos de ver se este projeto é para avançar contra os participantes envolvidos nesta estrutura. Se uma das peças fundamentais na escola são os alunos, também o são os professores. Se os professores estão ou não estão de acordo com esta forma orgânica nova, se calhar o projeto nasce coxo e dificilmente vai andar direito. Achei interessante ouvir-se falar aqui, na defesa do seu próprio emprego. E dizer-se que se adianta, porque ouve dificuldade do próprio ministério não vem com as verbas. Será que não nos temos de preocupar com esta questão? Vamos estar sempre à espera que as verbas venham, teremos nós de avançar com as verbas? Defendemos o posto de trabalho ou vamos perde-lo? Como de facto acabou por perder essa educadora, mesmo na defesa do seu posto de trabalho. Criar-se essa expectativa de que essa reorganização se vai fazer com que estes funcionários a mais, não se vai mexer no seu posto de trabalho, será real e podemos assumir isso? São legítimas preocupações por parte do pessoal que trabalha na educação quer por parte dos pais que ficam preocupados, no sentido em que os professores não estão adeptos deste projeto, se isto não vai ser mais prejudicial do que benéfico. Acho que não está fechada a porta para o município ser parceiro da escola, de participar e de desenvolver na comunidade educativa. Penso que no atual enquadramento legal não está fechado essa hipótese. Pode haver intercâmbios de algumas situações que até se podem dizer que são positivas, venham elas".

O presidente da câmara continuou, respondendo as várias intervenções:

"Procurarei fazer uma síntese ou agrupar algumas questões colocadas.

A intervenção do Dr. Felisberto percorreu várias áreas e não deixo de registar os de denoto de maior importância. Em relação às termas de Sangemil, à Royal Dahlman,

ao Ceis Caramulo, em todas elas temos a preocupação de olhar oportunidades, ajustar estratégias e procedimentos e acima de tudo a preocupação de atrair investimento.

Na área do ambiente julgo, que a referência que fez aos espaços verdes, são importantes para o bem-estar comunitário.

Agradeço a preocupação com o património, com a referência do espólio da oficina de sapateiro, é importante para a preservação da atividade, no museu.

No Tondela + 10 o que pretendemos é captar inovação e empreendedorismo e acima de tudo ideias de negócio.

Ao Isaac, a parceria que temos mantido com a junta de freguesia foi o que permitiu a intervenção e também à boa relação com o Cruz Maltina Lobanense.

Ao Carlos Viegas, registo a intervenção feita, em particular pela estima de quem em mandato anterior exerceu funções de vereador, e dizer que estamos a acompanhar este processo de classificação de património cultural e material. Mas ao mesmo tempo não deixo de sublinhar que a ação que, aqui, ocorreu no dia 23 de fevereiro, está a produzir importantes resultados na área de olaria. A 23 de fevereiro promovemos uma ação que envolveu quatro chefes de cozinha de renome nacional, um deles com duas estrelas Michelin, outro com uma estrela Michelin. Fruto desse acontecimento, hoje os nossos oleiros não só já estão a incrementar a venda de olaria negra para serviço de confeção e mesa nestes projetos e em parceria com a empresa Sangue na Guelra, já foi utilizada louça de Molelos em Lisboa, neste evento. Julgo que estes indicadores económicos são muito importantes para os nossos oleiros. O património material, percebo que tenha essa importância mais forte em Bisalhães, porque está perante a eventualidade de desaparecer a produção de olaria negra. Felizmente, aqui em Tondela, não estamos nesse cenário. Há uma escola de oleiros, relativamente jovem e mais do que isso criativa e que está a criar redes de negócio apoiada nesta estratégia.

O deputado Dinis referiu-se ao programa "Aproximar", Tondela +10 e ao Siadap. O Siadap não foi aplicado em 2014 nos termos em que estão referenciados, mas diz também a Lei que no caso da não aplicação, deve ser aplicada a avaliação por ponderação curricular. É isso que está a ser aplicado aos funcionários, na articulação

que os serviços próprios estão a ter. A decisão do CCA foi por questões de harmonização, entender aplicar fórmulas adequadas a esta circunstância, o método, previsto na Lei, de ponderação curricular. Em todo o caso, também é bom saber, sou daqueles que acho que devemos fazer uma reflexão ponderada sobre aquilo que dizemos e fazemos, é saber se o mais importante é saber que se cumpriu uma estatística ou se moveu um ato de justiça. Avaliações de Siadap feitas por métodos estatísticos, são discutíveis. Julgo que a administração pública no seu sentido mais lato, toda ela, precisa um dia interiorizar que a avaliação de desempenho deve associar-se a indicadores de produtividade e necessariamente de retribuição em função da produtividade. Enquanto assim não for, teremos uma administração igualitária. Com isto não estou a dizer que não valorize as carreiras e as progressões. Precisaríamos de ter algum complemento, associado ao grau de produtividade, porque a base de retribuição deve ser a base negocial e a diferenciação deve ter um pequeno estímulo associado à produtividade. Nenhum funcionário é prejudicado pelo facto de ter ponderação curricular. Hoje está tudo congelado, mas amanhã haverá descongelamentos. No dia que descongelar todos os funcionários estão em condições de progredir.

Deputado Joaquim Santos, a obra que está a acontecer em Alvarim, é uma obra que ficou incompleta. O que refere são reparações por má execução de trabalhos, são coisas diferentes. Tivemos de tomar uma posição estratégica com esta empresa. Sabemos que não lhe podemos abrir três ou quatro frentes de trabalho, porque dispersamos e nada se faz. O primeiro objetivo, concluir a estrada ER 230, Fungão – Campo de Besteiros – Caramulo. Segundo objetivo, a estrada nº 2 em Canas de Santa Maria tem em algumas passadeiras, tem da proximidade do corte do cemitério, deficiências que se começam a notar. Terceiro, obras feitas na freguesia de Lajeosa do Dão, toda a conduta elevatória tem degradação na vala que foi reposta, e na então freguesia de Vilar de Besteiros. Todos esses trabalhos estão identificados e estamos a começar a trabalhar nisso. Tal como a estrada de acesso, desde a rotunda do Feol para Vila Nova da Rainha e Mouraz até à 230, está com fissuras longitudinais. Temos garantias, vamos aciona-las. O que fizemos, foi tomar uma opção de prioridades.

Para não haver dúvidas podemos usar os números que quisermos. Os dados que lhe dei, são os dados reais. O deficit de um ano avalia-se quando chegamos a 31 de dezembro, nunca se avaliou o deficit pela evolução do comportamento de um mês. Julgo que como tudo na vida, temos de ter legitimidade para falar. A mim causa-me grande perplexidade saber que o nosso país, aceitou um programa de memorando, em 2011, que foi desenhado com base nos indicadores oficiais do deficit de 2010. Qual foi o deficit até abril de 2011, relativamente ao ano de 2010? Rondava os 5,5%. O deficit que se desenhou o programa de ajustamento. O deficit oficial que o país teve em 2010, reconhecido depois da entrada da Troika rondou os 10%., porque todo o sector empresarial estava camuflado, não era real e portanto questiono o que é que isto induziu nas nossas vidas. Já levou o líder do PS dizer que para o seu programa do governo reconhece que não quer ter deficit excessivo, que não ultrapasse os 3%. Precisamos de em Portugal fazer a discussão séria. Temos de saber o que podemos atingir, sem pisar o risco ou pesando-o. Não quero que o meu país tenha 4 anos de sacrifício, porque alguém vai-se lembrar que já é possível viver como se não tivéssemos dificuldades e que para o próximo ano é possível restituir os salários aos funcionários públicos que ainda tem cortes. Que é possível aumentar o rendimento das pessoas. Também quero isso, mas também não quero que as gerações vindouras paguem aquilo que hoje por egoísmo quero ter.

Também sobre o Centro Hospitalar, o Joaquim Santos diz que as obras que tanto criticaram é que levaram a esses resultados. Que eu saiba nas últimas e referidas obras não foi feito nenhum bloco operatório. O que foi feito foi transformar grande parte do hospital para ser uma unidade de cuidados paliativos. Curiosamente, até 2011, a taxa de ocupação dos cuidados paliativos foi menor do que 75%, aquilo que é considerado o patamar mínimo de sustentabilidade da rede. Até 2011, a produção de ambulatório era metade do que foi em 2014, porque houve um investimento sério no ambulatório. Com isto não quero mais nada do que reconhecer evidencias. Hoje, esta unidade hospitalar tem uma projeção nacional por ser uma unidade de cuidados paliativos ou por ser uma unidade de ambulatório que serve toda a região de afluência do Centro Hospitalar Tondela Viseu? Esta é a pergunta. Eu respondo, o hospital tem uma projeção regional

diferente, porque serve de ambulatório, em particular na ortopedia toda a área de influência do Centro Hospitalar.

Radioterapia, Relembro o que disse, há um estudo que apontava para a necessidade de radioterapia, na governação do ministro Luís Filipe Pereira; depois o ministro Correia de Campos levou-a para Vila Real. O município de Tondela, como qualquer munícipe deste concelho, deseja ter uma unidade de radioterapia que corresponda aos desejos e as necessidades da população que carece deste tipo de intervenção e, acrescento, que seja preferencialmente em equipamento publico. A quem compete estes equipamentos é ao Ministério da Saúde. Tal como ontem ouviram pelo senhor diretor, ele disse que tem na sua missão esse desejo, como tem a ampliação da urgência do Hospital de Viseu. A rede de cuidados primários e a rede hospitalar tem de ser financiada pelo Portugal 2020. Por decisão da Comissão de Mapeamento de investimentos, entre a ARS e entre a CCDRC, estão alocados 2,2 milhões de euros para investimentos na área da urgência e unidade de diagnóstico complementar invasivas na área de oncologia, eventualmente na unidade do Hospital de São Teotónio. Nenhum de nós sabe, se a unidade de radioterapia está ou não assegurada.

Educação. Para desfazer mitos ou situações menos claras, consequentemente à reunião que tivéssemos nesta assembleia municipal, iniciei um conjunto de reuniões. Não é verdade que um professor, numa reunião onde o socio Joaquim Santos e o socio José António, estiveram nessa qualidade na ACERT, tenha dito que se sentia escandalizado com o que quer que fosse. O que essa pessoa disse foi que não gostaria de ouvir dizer que os professores tomaram uma decisão por uma visão sindicalizada. Ocorreram várias reuniões e, numa delas, com professores, num Agrupamento, foi diferente a evolução da reunião com professores noutro Agrupamento. Neste último, a exposição decorreu com debate, apenas de haver 3 ou 4 professores que não estavam com vontade em debater fosse o que fosse. A reunião que tive no outro agrupamento, porque já tinha tida uma outra em novembro, em consequência de um abaixo-assinado que o sindicato teria andado a passar de mão em mão, em que as perguntas que eram colocadas eram estas: concorda com a municipalização? Concorda com o despedimento de professores? Propositadamente até hoje, não mandei retirar as tarjas que estão em

vários sítios para que as pessoas olhem bem para o que lá está. Nessa altura, sim, estavam algumas matrizes e até uma fórmula de cálculo que os municípios iriam receber por cada professor que se considerasse não necessário. Disse-o, aqui em novembro, quando o enfermeiro Veiga colocou a questão nesta assembleia, e acrescentei que me surpreendia que só 75 professores tenham dito que estavam contra o texto. Quando vou a esta reunião, no início de março, sabia que ia para um cenário, onde havia pessoas com quem tinha reunido dois meses antes e que estavam condicionadas à visão do problema. Acho que a reunião correu bem, houve vários professores que queriam aprofundar esse debate, mas chegamos a essa fase, como não foi possível o debate, saí. Não estive lá depois disso, mas li o que escreveu um professor, que até nem é da minha área politica direta, diz claramente que tinha sentido aprofundar o debate, mas que um grupo tinha abruptamente bloqueado e passaram à votação. Como disse a Marta, a escola deve ser o palco privilegiado para a reflexão. Não tenho nenhuma reserva, desde que me demonstrem que estou errado. Ontem, num conselho geral, disse que se achavam que este projeto não tráz nada de novo para a escola, o processo deve parar. O que se passou, é que mandei uma carta a estes professores a dizer qualquer deste género: que a escola deve ser um espaço privilegiado para expor argumentos, elucidar duvidas, avaliar receios, explicitar estas ou outras questões e concluí que o debate não existiu. Os programas resultam do dinamismo das coisas. Todos somos eleitos para tomar decisões em função das circunstâncias, dos problemas e das oportunidades que temos. Todos os dias tomamos decisões que, quando fomos eleitos, nem nos passavam pela cabeça para abordar alguns problemas. Agora não somos autistas, a tomada de decisão não é um ato isolado. Devemos alarga-la tomando a capacidade de audição.

Dizia que numa noite mais tenebrosa, o senhor presidente da Comissão Politica do PS de Tondela, não é o membro da assembleia municipal que aqui está e perceberá porque é que lhe deixei de lhe dar relevâncias a coisas que diz, geralmente respeitamos e temos consideração quando sentimos que do outro lado estão pessoas que também nos respeitam, mas quando sentimos que do outro lado está uma pessoa que não avalia as palavras e nem sabe se está ou não a ferir terceiros com aquilo que diz, nesse dia deixo de ter o mesmo sentimento de consideração, porque quem ofende voluntariamente é porque o deseja fazer. E passo a citar: " O presidente da câmara de Tondela teve um

comportamento que envergonha os tondelenses, não há adjetivos para classificar a atitude em que se assume, como não há, não como um defensor dos seus munícipes e filhos, contra os demandes e experiencias fracassadas na área educativa perpetrados nestes quatro anos.... Mas como um vulgar "agente da agitação e propaganda" com laivos de totalitarismo, uma vergonha local e nacional".

Digo que tenho dois caminhos perante isto, ignorar ou ignorar, foi isto que fiz. Mas ainda acrescenta: " demonstra com esta atitude que nestes anos em que andou à boleia da atividade politica, não aprendeu nada, falta-lhe tudo: independência, capacidade, formação, predisposição para o bom senso, distanciamento e cultura democrática".

Acho que comentários nisto não vale a pena. Senti-me ofendido quando tinha consideração pessoal e institucional. Tenho pelo membro da assembleia municipal. Pelo líder do Partido Socialista, deixei de ter nestas circunstancia e por estas razões, porque são ofensivas. Não contente com isto, acrescenta na dita carta:" É claríssima a ausência de conhecimentos nesta área, de quem? Porque o município não tem quadros técnicos ou políticos com mais-valia técnico pedagógico, capaz de assumir funções nas condições a que se propõe? Responde o próprio: não, não tem. É claríssima a ausência de competência de conhecimento nessa área, como sempre é notório que a ignorância torna as pessoas atrevidas prejudicando invariavelmente quem não tem culpa, toda a comunidade educativa.

Perceberá, agora, uma citação ao 25 de abril, sobre esta situação. Mas não contentes ainda com isso, vamos às matérias de facto, julgo que também relevante, poder-lhe facultar, se necessitar, "Encontro Nacional, Valorizar o Território, Centralizar e Aproximar" -o Partido Socialista, Santarém Alcanena 28 de Fevereiro de 2015, documento de trabalho. O Partido Socialista propõe-se concretizar as medidas seguintes no decurso no decorrer do ano 2016, visando a sua implantação durante o círculo eleitoral autárquico 2017 a 2021. É giro isto. Continua e só vou citar alguns: "seguindo estes princípios e no quadro do âmbito de consenso auscultação de autarquias e avaliação das experiências piloto em curso". Portanto, quer dizer que não são suspensas.

"Passarão a ser exercidas pelos municípios competências nos seguintes domínios". Várias, eu só vou ler uma que está mais sublinhada. Educação ao nível da gestão dos equipamentos, a ação social escolar, transportes escolares, pessoal não docente e articulação com agrupamentos de escolas de todo o ensino básico e secundário garantido a igualdade e oportunidade dos diferentes territórios". Eu julgo que podemos fazer um debate sério ou não queremos, junto isto para dizer o quê? Se há área que é consensual, o aspeto de quem julga ter, ou quer vir a ter responsabilidades governativas é a descentralização na área de educação. Agora a pergunta é sim mas não esta, sim mas não esta. Essa é outra parte da conversa, "isto não é de descentralização isto é uma delegação". Sim eu já expliquei várias vezes que isto é uma delegação de competências por uma razão, nós estamos perante um projeto-piloto. Um projeto-piloto é uma delegação de competências, quando é que se transforma em descentralização? Quando este processo, resultar num processo legislativo que irá dar origem á descentralização no decorrer, deste projeto-piloto isto é que está em curso.

Segunda questão: "este projeto retira competências às escolas. Deixa no ministério, tudo o que o ministério quer. Dá ao município, mas retira á escola". Já disse em todas as reuniões e por isso é que o debate é com as pessoas, julgo que são os autores deste processo, toda e qualquer competência que julguem que está ferida neste processo digam qual é, porque esta matriz é uma base de trabalho. Dito isto, qual o caminho a seguir? Outra pergunta que o Veiga faz nesta perspetiva. Eu disse, aqui, na última assembleia municipal que este projeto nunca avançaria se não tivesse votação favorável nos dois conselhos gerais. Quando disse, não estive a inventar a nova composição dos conselhos gerais, a lei que regula a composição dos conselhos gerais é de 2008 e nem fui eu nem um partido que me é próximo que a definiu. Se essa lei de 2008, dá um peso de um terço dos professores nos conselhos gerais e dois terços para pessoal não docente, pais, alunos, comunidades, entidades cooptadas que sejam convidadas, quem definiu a lei em 2008 talvez, penso eu, que deviam fazer a lei desta forma é porque entendia que era importante a participação dos demais agentes educativos no processo da escola. Mais, deu competências ao conselho geral entre outras, para definir os critérios de seleção e de eleição do diretor. O estranho que desde 2008 até 2015 nunca se tenham questionado porque é que o presidente do município de

Tondela na altura vereador e já depois presidente da câmara não só esteve sempre nos conselhos gerais, como por solicitação dos conselhos gerais fez parte da equipa de trabalho que definiu as normas conversais, o modelo de concurso, a seleção, e a avaliação dos candidatos. Acho estranho que só agora é que se descobriu que há um conselho geral em cada escola. Os factos são estes. Mas à pergunta que eu hoje faço é qual é a avaliação deste processo. A avaliação que eu faço é muito simples, julgo que em ambos dos conselhos gerais há condições para haver um voto favorável a este processo. Por razões diferentes, por avaliações diferentes, e não estou a dizer que é um voto expressivo ou não expressivo pode ser por onze pode ser por doze. Há condições. É a minha perceção. Mas tem sentido avançar num processo se os principais intervenientes no domínio pedagógico, que são os professores não estiverem implicados no processo? É a pergunta que se coloca. Eu se estivesse perante resultados financeiros colocaria um gestor na escola, porque era ele que me iria garantir os resultados financeiros. Como tenho afirmado e ontem reafirmei ainda, que um cêntimo se rentabilize é para aplicar na escola. Como já disse várias vezes que todas as receitas que estão previstas, são receitas consignadas às escolas que no início de cada período ficam os valores associados ao cabimento, indexados a cada uma das escolas, e a haver ganhos e ganhos de onde? Eles serão replicados nas escolas. Eu não quero ter um cêntimo que seja, mas quero é poder otimizar, aquilo que podermos otimizar em particular no pessoal não docente. Hoje há défice de pessoal não docente no primeiro ciclo. Explico qual é esse défice para não haver dúvidas. Nós temos no Agrupamento Cândido Figueiredo menos dez pessoas do que as que eram necessárias e a responsabilidade era dos Agrupamentos em coloca-las no primeiro ciclo. Nós temos dois caminhos a fazer. Podemos só contratualizar a responsabilidade do primeiro ciclo, vamos buscar pessoas quando for para o pré-escolar e amanhã quando estes forem para mobilidade não temos onde os colocar. O que propusemos foi neste quadro, durante o período de vigência do projeto, mesmo estando em número excedentário não haverá mobilidade para fora dos concelhos destas pessoas. São condições que negociámos, ou que nos propusemos a atingir. Como é verdade, também que nos propusemos, que neste modelo, haverá uma majoração no acesso a fundos comunitário para reabilitar escolas. Podemos não querer, não queremos, tudo bem. Mas claro, eu não fico indignado com isto, aceito as decisões.

Mas voltando á questão dos professores. Como nós o que queremos é atingir resultados pedagógicos é possível avançar para este processo com apoio dos dois conselhos gerais e com um grupo expressivo esse sim é expressivo de professores que não concordam com o projeto, têm receios de projeto, temem o poder político de proximidade, tem sentido avançar? Eu ontem expliquei que não tem sentido avançar nestas condições. Mas nós temos uma última oportunidade para oferecer, muito simples, se as questões são de natureza pedagógica, porque eu compreendo este argumento, porque a escola não esteve envolvida na construção das soluções das naturezas pedagógicas, a escola defende uma cultura participativa, colaborativa, reflexiva e essa cultura não foi dinamizada dentro da escola, se é essa a questão. Porquê aquele que diz ideologicamente não, porque não, então eu respeito mas saiu do processo. Mas se a escola sente que é esse o problema há condições para dizer, então fechamos o protocolo, o modelo de acordo com estas condições e aquilo que é de dimensão pedagógica pode ser trabalhado partir de setembro, principalmente para quem julga que o poder muda em setembro, maior prova de garantia não pode haver da dependência do processo. Entre setembro e fevereiro de 2016, a escola pode construir esse modelo. Vamos á grelha e colocar na área da escola tudo o que pedagógico. A partir dai, constrói-se. Irei formular essa proposta ao órgão pedagógico. Ontem, um conselho geral das escolas, legitimou digamos o membro do conselho, da presidência geral da câmara dizendo sim, da nossa parte deve ser ouvido o conselho pedagógico. Pedagogicamente a escola quer ir neste caminho, vamos, com um documento assinado do ministério da educação a dizer que a partir de setembro podem trabalhar nas dimensões pedagógicas, fica escrito. Não querem, da mesma forma livre e independente com que entrei neste processo também concluirei as conclusões do processo e naturalmente explicarei porquê que mesmo tendo condições para ter votação maioritária nos conselhos gerais, entendo que não devo fazer um percurso que traria um esforço enorme para demover ou para corrigir o posicionamento de alguns parceiros que são necessários

Respeitarei, porque aqui sim, democracia é saber interpretar e olhar não é agredir voluntariamente. Saberei respeitar estes sinais. Sairei da mesma forma como entrei, convicto de que é nossa obrigação não só gerir o dia de hoje mas acima de tudo projetar as opções de governança em relação aos modelos futuros. Antevejo que seja

mais laranja ou mais rosa mas o futuro irá ter na sua agenda a descentralização de competências da área na educação, acredito que temos melhor oportunidade de gerir o processo se estivermos dentro do processo, do que amanhã recebermos aquilo que nos seja imposto. Eu penso isto, acredito que é possível dar melhor oportunidade aos nossos alunos se pedagogicamente a escola ganhar competências. Acredito que é possível recuperar edifícios escolares. Caso contrário vamos continuar e aí sim, mais um bom par de anos distantes de outros que têm os tais laboratórios da Parque Escolar, e nós não temos.

Saio tal como entrei, com a consciência plena, de que promovemos um debate sério. fui a todas as secções, as horas que foram precisas, não há ninguém que diga que não respondi a uma pergunta, ou que me indispus a ir aos debates que fossem precisos, a todos. Provavelmente, nos últimos três meses, devo ter tido alguns dias, em que reuniões começaram as oito e terminaram à meia-noite, porque eu estou desprendido, não é à vontade no conhecimento da arrogância não, é desprendido nesse sentido portanto acho que mais claro que ao que disse não posso ser a nossa proposta é esta, explorei tudo até ao limite.

À pergunta o que é que hoje é expectável, em relação ao desporto. Obviamente que não está na ordem de trabalho nenhuma votação sobre isto. Agora a opinião que eu espero ouvir das várias intervenções é se há acolhimento para abrir um processo de empréstimo ou se não há, por uma razão simples, a celeridade das decisões vai ser muita rápida, eventualmente na próxima quarta-feira, podemos estar perante a necessidade de tomar decisões. Para explicar que as decisões são célebres, o volume de trabalhos e a obra a lançar ainda que seja num concurso público de conceção e execução, implica ter decisões. Não avançarei para um concurso público sem ter a convicção de que a assembleia não é o grupo parlamentar do PSD ou do CDS ou do CDU ou do PS, a assembleia entende que este modelo de financiamento é o melhor, porque á outros modelos. Posso fazer um protocolo a vinte anos em que as taxas de juro estão lá diluídas que os empréstimos estão lá diluídos, é uma opção.

O município fez um contrato de direitos de superfície com o Clube Desportivo de Tondela em 2003 ou 2004 a 25 anos, por conta desse contato direito de superfície o

município lançou mão de um financiamento comunitário para realizar obras de requalificação do estádio João Cardoso. Este contrato é a vinte e cinco anos, do qual nós pagamos uma renda mensal, por força desse contrato e dessas obras em dois mil e oito foram reabilitadas aquelas obras. Hoje a mim não me restam dúvidas, de que seja o município o dono da obra seja o clube o dono da obra não há outra entidade financiadora que não seja o município.

O clube se for para a primeira liga, não tem condições para que a Liga mantenha os jogos do atual estádio e, por isso, ou avança com a obra ou vai jogar fora. Não há duas leituras para problema, há investimento quem é que financia? Todos nós. Não há investimento, o clube também dirá eu também não vou lá meter dois milhões, não tenho dinheiro para isso, portanto vou fazer uma coisa vou pegar na equipa e jogar todos os jogos fora. É uma opção, portanto eu acho que devo ser claro para não haver duvidas a esse propósito. Não trago cá, hoje, o modelo de empréstimo.

Ontem, num encontro que tive com a comunicação social, foi-me perguntado se ia aumentar os impostos, porque constava que iria aumentar os impostos nomeadamente os IMI, para cobrir o financiamento que viesse a ser necessário.

Nós, hoje, financiamos o custo sedentário das AEC´s, se temos uma receita do estado insuficiente. Nós hoje financiamos a ocupação dos horários não preenchidos no primeiro ciclo recorrendo ao programa "Mentes Ativas" e que nos custa de janeiro a julho, quinze mil euros. Hoje financiamos os "Minis em Ação". Financiamos um conjunto de atividades e mais do que isso temos quarenta e seis pessoas em escolas em contratos de inserção de emprego ou em estágios, porque não conseguimos não podemos ter mobilidade entre pessoal não docente das escolas 2 .3. e secundaria e a faltarem aos primeiros ciclos a realidade é esta que hoje temos. Segunda questão, após a requalificação das escolas e na nossa proposta está, até 1 de Setembro identificar quais as escolas a recuperar. E eu digo as que temos: Escola Secundaria de Tondela, Escola Básica do Campo de Besteiro e a Escola Básica de Tondela, por esta ordem de prioridades. Após a reabilitação, com base do quadro comunitário, nós teremos um valor que roda os vinte mil euros, além daquilo que são hoje as despesas, para conservação. Campo de Besteiros, Caramulo, Lajeosa, Tondela, Secundaria e a de

Molelos, seis, logo, cento e vinte mil euros é dinheiro que eu julgo que nós podemos aproveitar bem ao serviço das escolas como? Hoje temos muitos professores que estão na escola em quadro zona pedagógica, estes professores em teoria podem ter turmas ate vinte e duas horas letivas semanais mas se tiverem oito horas, dez horas como estão em QZP, o seu vencimento é igual, ter mais uma turma o que é que isto permitiria? Aquele professor de português que tem doze horas passa a ter mais uma turma e são mais são mais três horas. Quinze horas está dentro do seu horário está a ser pago para isso pode dar mais ajuda ao português. Este professor de inglês tem doze horas mais quatro são 16 pode dá-las na sua aula e assim sucessivamente podemos ter mais uma, duas turmas não quer dizer que é eterno, que é elástico nós podemos ter mais turmas coisa que hoje nos é permitido, porque os trabalhadores têm uma regra que diz a nossa turma tem que ter vinte e seis alunos ou vinte e sete ou daí para cima um e meio isto é gestão. É ingerência do município? Não. O agrupamento é que há-de dizer se quer ou não fazer isto. Mas se no meio disto tudo houver necessidade de contratar o professor de matemática que é o mais importante como sabe para aquela disciplina e que já não tenho mais horário preciso de mais quatro horas e tiver que lançar mão dum concurso para quatro horas e indo á base nacional, isto custar-nos-á, no final do ano doze mil euros e é bem investido. Nós temos uma folga. A diferença que está aqui financeiramente, é que nós podemos fazer esta gestão base local.

Respeitarei, por princípio aquele que me diz não, porque não. Há já quem me tenha dito: educação, saúde, segurança, proteção social, são questões nacionais. Não deve haver ingerência municipal, é caciquismo político, já ouvi e respondi. Nessas pessoas é um problema de dogma e de princípio, então não há como demonstrar mais nada, cada um segue o seu caminho e respeitamos. Mas já ouvi pessoas a dizer não e até acham virtudes no processo, o senão é que isto não favoreceu uma cultura de envolvimento da escola, queremos abrir essa porta e eu digo que há uma solução para isto.

Isso é que é um processo piloto, cada um, procura adapta-lo á sua realidade. Julgo que nestes quatro anos vai haver monitorização destes projetos, perceber virtudes de um lado, constrangimento de outro e o que se pode provar no meio disto. Que ira dar

origem a um quadro legislativo que será uniforme e aí já por legislação será uma descentralização. Por isso é que eu julgo que nós podemos ter ou não esse instrumento. Agora se me demonstrarem que não há ganhos financeiros não é para mim município, porque a pergunta é e o município tem estrutura para isto? O município tem é que ter a gestão de plataformas, é o que hoje já fazemos. Já cruzamos várias plataformas do Ministério da Educação, regime da fruta escolar, nas AEC´s, as refeições, a ação social escolar, transportes escolares, fundo social municipal, só vamos é na mesma plataforma em vez de já ter 800 refeições que é o que eu tenho no primeiro ciclo e pré-escolar ou mil e duzentas passar a três mil iguais que é o que engloba às outras a plataforma esta criada de gestão documental. Agora eu não é que o presidente da câmara ande, ou que o diretor da escola ande atrás do presidente da câmara para assinar uma requisição, porque se partiu um vidro. Era o que faltava. Nós queremos, é verbas que entram a uma cadência que está no protocolo, vão ser verbas para fins e que ficam consignadas aquele fim. A escola fica com um compromisso e com número de cabimento das despesas. No final de cada período, vamos fazer ajusto de contas. Teremos liberdade para deslocar de uma rubrica para outra. No Ministério não há esta liberdade, porque tem que remeter ao Ministério do Tesouro e pedir depois a revalidação. Este instrumento só tem sentido se for uma mais-valia para a escola. Se me dizem estamos bem assim, eu direi ótimo. Melhor exemplo de democracia, não pode haver, respeitar a opinião, compreendendo as razões. Mas têm de me dar o direito de explicar as minhas e de demonstrar, porque acho que este caminho é o mais positivo. Ao contrário do que se diz tenho muito mais cultura democrática do que o que se pensa, senhor Joaquim Santos".

O deputado Arménio Marques voltou ao debate:

"Liderei o Clube Desportivo de Tondela com três clubes na terceira nacional. Quando tomei posse do imobiliário do CDT era uma caixa de sabão com papéis e dos rapazes que se dizia que nunca ganhavam nada, encontrei os recibos dos estudantes que vinham ao fim de semana para jogar à bola. Sei que há pessoas que pensam que o Desportivo por estar localizado na sede do concelho tem mais privilégios em relação aos outros clubes.

Queria dar os parabéns ao senhor presidente da câmara, porque nunca pensei que fizesse, hoje, aqui, uma apresentação do custo necessário para a realização da requalificação necessária à subida à primeira liga.

Acho que o Desportivo foi longe demais, hoje está em vias de subida, mas para o ano poderá estar na terceira divisão. Se a câmara fez mal, não foi agora, quando se gastou o dinheiro vindo de fundos comunitários, dever-se-ia ter projetado para uma possível acensão. Fiquei admirado que para se assistir ao futebol da 1ª divisão, só se tenha de gastar 2 milhões de euros, é pouco. Atualmente o concelho é divulgado para cerca de 10 mil pessoas, quando o clube jogar na primeira divisão vai ser noticiado todos os dias para milhões. A câmara municipal é proprietária de instalações desportivas. O senhor presidente está de parabéns por trazer o assunto á assembleia, porque se o clube sobe de divisão, o tempo é escasso."

O deputado Alfredo Cabral continuou:

"Muito boa noite. Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores e amigos.

Este argumento que o senhor Arménio, aqui, levantou sobre a possível subida do Clube Desportivo e daqui a poucos anos poder descer, passa-se um pouco como o clube da minha terra. Quero dizer que manifesto todo o meu apoio ao presidente da câmara de Tondela, porque neste contexto remeter esta necessidade ao clube seria uma desgraça. Depois outro argumento, o sentido de poupança. Se para votar, votarei a favor para que seja o município a assumir esta despesa.

Em relação à questão da educação, quando vi estas quezílias, bem que não sabia que tinham sido assim tão propagadas. Oh! Quim deve haver moderação, penso que és capaz de fazer uma revisão de vida e hoje se tivesses de dizer não dirias nos mesmos termos, foram muito pesadas e muito graves no sentido de pessoa. Fiquei muito triste, porque o senhor presidente da câmara disse que a partir de agora "refiro-me ao Joaquim Santos, enquanto membro da assembleia é uma coisa, enquanto membro da comissão política é outra". Notei que estás a bater no coração no sentido de dizer *mea culpa*, porque te encontro um pouco moderado. Peço-te, que revejas o que escreveste em

relação à pessoa do Dr. José António, nenhum de nós ficaria com isso. Peço desculpa por estar numa atitude paternalista, mas chocou-me. Muito obrigado".

Os deputados Carlos Viegas, Marina Leitão, Isaac Almeida e José Hélder por razões pessoais ausentaram-se da sessão e comunicaram o facto ao presidente da mesa.

2.2. Análise, discussão e votação da Conta de Gerência de 2014

O presidente da câmara tomou da palavra para explicitação da Conta de Gerência de 2014:

"Procurarei ser claro nos dados. Julgo que têm diante de vós o relatório de gestão que procuramos que fosse explícito na interpretação de um documento que tem mais de 300 páginas. Importa dizer que os resultados que aqui apresentamos ão altamente demonstrativos da capacidade de gestão que temos no exercício destas funções.

O ano de 2014 continuou a verificar-se uma situação macro económica que ainda evidenciou a consequência das sequelas do quadro de ajustamento macro económico do nosso país. Quer no volume de receitas, quer dos constantes constrangimentos e restrições das transferências do Poder Central ainda se verificaram essas implicações. Julgo ser importante lembrar a todos, que consequente ao processo de ajustamento, foram diminuídas em dois anos consecutivos, 15% do montante das transferências do Poder Central, nomeadamente 2011 e 2012 com consequências ainda em 2013. Hoje, em 2015, o nosso nível de receita de transferência do Poder Central em média é de um montante menor em 20% do que era há cinco anos. Associado a este facto, durante o ano de 2014, não tivemos nenhuma abertura de concursos para financiamento no quadro do QREN. A única coisa que ocorreu, foi em fevereiro, foi uma abertura de hoverbooking e outra no final de 2014. Como compreenderam, isso representa um constrangimento muito forte no financiamento de obras que temos em curso. Mesmo com estas dificuldades todas, o nosso grau de execução da receita aproximou-se de 85%. Neste quadro tínhamos varias implicações a atingir, desde logo o município tem a obrigação de reduzir em 2% ao ano o volume dos seus trabalhadores.

Reduzimos os nossos colaboradores em 14 trabalhadores, alguns por recurso à diminuição do número de professores das AEC´s consequente ao facto de termos menos alunos, cerca de 80 alunos por ano. Julgo, também, ser importante referir que temos estruturada a nossa receita no sentido em que não podemos utilizar receita de capital para financiar despesa corrente. Em 2014, tivemos receitas correntes de 17 milhões de euros e despesas correntes de 12 milhões de euros. Com receitas correntes financiamos investimento. Este é um princípio importante na ótica da gestão. Se olharmos para estes números nos últimos quatro anos, a relação de saldo de avaliação de receita corrente e despesa corrente em 2011 foram 476 mil, em 2012 de 1 657, em 2013 de 2 755 e em 2014 de 4 milhões e 53. Estamos a apertar cada vez mais a nossa despesa corrente para libertar recursos. No que diz respeito à divida bancária, reduzimos em 4 280 738€ para 2 798 000€. Este ano de 2014, é o primeiro ano em que se aplica a nova Lei das Finanças Locais, deixou de existir o que se chamava de endividamento liquido e agora como os ativos não são relevantes, passamos só a ter a divida total. A nosso divida total, neste momento, são o somatório de duas componentes de divida, uma é a nossa divida própria a terceiros e a outra é das entidades onde participamos, cujo dividas proporcionalmente se refletem nas dividas do município. Desde logo, Planalto Beirão, CESAB, Escola Profissional, Tondelviva, nestes casos todos somam uma proporção de divida que cai sobre o nosso universo de 1 078 mil. Por isso a importância de termos colocado em situação de não deficitária a Tondelviva. Hoje perceberam por que é que tivemos de tomar opções necessárias em 2013 e 2014. Porque se a Tondelviva apresentasse durante três anos consecutivos resultados negativos, ao município não assistia outra opção que não fosse, ou cobrir esse resultado com capital próprio ou assumir na proporcionalidade essa divida. O valor da divida do município, neste principio, é de 6 400 032€, neste ano contribuímos para abatimento de divida no montante de 1 482 000€. Neste relatório está evidenciado o registo de um fator ocorrido em 2003 e considerado no saldo de gerência o montante que tinha sido objeto de alcance. Apesar de constar no relatório todos esses anos, estava incluído no saldo, porque se considerava como estando em depósito à ordem, em disponibilidade, no pressuposto de que fosse cobrável no futuro. Ora, entendemos proceder a uma alteração e esse alcance passou para os resultados transitados, por ser diminuta a possibilidade de

haver a restituição deste valor. Comparativamente ao saldo da conta de gerência que foi de 3 222 311,25€ se lhe deduzíssemos, em 2013, o montante do produto do alcance 1 121 742,51€. O resultado de gerência real seria de 2 100 000€ desde 2013 que a opção tinha sido considerar este valor como estando nas disponibilidades. Neste momento o nosso saldo de conta de gerência, mesmo tendo colocado esta importância em resultados transitados, é de 2 494 000€, dos quais grosso modo 500 mil são operações de tesouraria e 1 969 000€ entram na revisão que hoje aqui trazemos.

Os resultados que apresentamos quer no exercício da avaliação das receitas correntes, quer no resultado de gerência, quer na transparência e na clarificação deste relatório de contas, deve merecer a vossa análise e apreciação, mas do nosso lado temos a consciência plena de que fizemos do ponto de vista de gestão financeira um exercício da melhor forma que sabíamos, na defesa daquilo que é o rigor e a exigência de que se esperar de quem tem a gestão dos destinos da autarquia."

O deputado Joaquim Santos interveio, de seguida:

"Este é um documento longo, com cerca de trezentas páginas, que me suscitou algumas dúvidas. Uma delas, o senhor já respondeu, concordo plenamente que o resultado do alcance tenha transitado, porque não tinha logica nenhuma. Lamento é que na devida altura ninguém tenha assumido as responsabilidades deste ato, não estávamos na assembleia, mas não houve pelo menos nenhuma consequência politica para isso.

Fala, aqui, no endividamento liquido, 6 432 367€, incluídas entidades participadas. Quais são elas? Porque as entidades participadas que eu vejo no município é a Tondelviva, a AMRPB, Escola Profissional de Tondela, acho que são estas três?

A propósito da Tondelviva, disse no relatório que esta entidade tem a sua atividade centrada no plano de pagamentos e prende-se aos compromissos assumidos. Entretanto tem resultados positivos. Gostaria que me explicasse de onde provém esses resultados positivos.

Já agora aproveito, para lhe perguntar, não hoje, porque certamente não terá esses dados, mas quando puder, que se munisse dos seguintes dados: do ponto da situação das parcerias publico privadas que existem no município de Tondela; quanto

custou cada uma; qual é a taxa de juro que cada uma está a pagar; porque é que não há hipótese de renegociado a questão das taxas de juro. Sobre esta ultima questão já falamos particularmente sobre ela, e na altura disse-me que era complicado, porque era com o BES. Seja como for, o BES acabou, mas existe outro banco que o substituiu. Acho que é possível renegociar da mesma forma que fez o governo com outros bancos, e muito bem. Acho que neste momento, são escandalosas as taxas de juros, já na altura era, mas agora são muito mais devido à taxa de juro atual. Mas penso que também haverá da parte dos participantes da Tondelviva essa vontade para diminuir as rendas, porque sabe estamos a pagar este ano 900 mil euros de rendas. Gostaria que me dissesse qual é o valor. Gostaria se fosse possível que tivesse um quadro, a partir de valor base das obras feitas calculando a taxa de juro, como se chegou aquela renda. Ou contrário, tendo em conta a renda com a taxa de juro, vamos ver qual é o valor base. Quero ter uma opinião à cerca de qual foi o verdadeiro custo das obras. Se me disser, por exemplo, o Parque Urbano custou 1 milhão de euros, aceito. Se me disser 4 milhões de euros, já tenho as minhas dúvidas. O campo de futebol de Molelos custou 580 mil euros. Se fizer as contas tenho de ter uma taxa de juros muito mas muito alta, mais do que aquela que foi negociada para as parcerias, para chegarmos a uma renda que temos neste momento. Gostaria que me fornecesse estes dados, tanto destas duas obras como das outras.

De resto, visto ter sido auditoriado, se bem que os auditores não tenham todos os dados da câmara, não me imiscuo de votar favoravelmente, tendo em conta que me estou a basear num relatório de uma entidade terceira. Muito obrigado."

O presidente da câmara respondeu:

"Há uma questão prévia, e gosto de ser claro. Quando um assaltante assalta uma ourivesaria, não posso pedir consequências políticas ao polícia. Uma fraude, um roubo é um ato criminoso. Aconteceu, em 2003, num determinado exercício autárquico, nenhum de nós, na nossa atividade pública, pode estar impedido de haver um desvario de alguém. Responsabilidade politica, nunca a pedirei, porque é algo incompreensível. Outra coisa é, que instrumentos temos hoje e tínhamos à época? Hoje, o cruzamento de dados, a forma como se presta contas fazem despistar muito mais rapidamente situações

como esta. Mas, o caso BES, não surge por falta de auditorias. É bom dizer e pela forma que coloca, os auditores, este ano, estão a remeter em parecer, em que começam que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, agora os levou por defesa da Classe a dizer: " avaliamos com base nos documentos que nos foram dados e se não estiver certo não nos responsabilizamos", acontece por defesa em todos os municípios.

Entidades participadas, no nosso relatório está bem claro, em 31 de dezembro de 2014, Ecobeirão, Tondelviva, Escola Profissional. E outras não societárias: Associação de Municípios do Planalto Beirão, CIM Viseu Dão Lafões, Cesab, Turismo do Centro de Portugal, Associação de Termas de Portugal, ADICES.

Porque é que a Tondelviva tem resultados positivos? Qualquer empresa se não tiver resultados positivos tem que ser dissolvida. O que estive a dizer foi que uma empresa participada pelo município, ainda que 49%, equiparada a setor empresarial local, por força da Lei 50/2012, se tiver consecutivamente o histórico de três anos com resultados negativos obrigará a um de duas decisões, ou há extinção e aí seria a assunção da divida na sua totalidade ou o município terá que cobrir a sua parte sobre o prejuízo. Quisemos afastar os fatores de gestão que colocariam a Tondelviva em situação de prejuízo. Tem resultado positivo, porque o valor da renda que recebe é superior ao valor da renda que paga ao banco. A ideia é convergir este procedimento nem que seja por um euro. O valor das rendas que o município paga à Tondelviva é superior por várias razões. A Tondelviva não paga só rendas ao banco. Tem de pagar o IMI sobre os bens imobiliários que estão registados do seu domínio. Tem operações e custos de funcionamento, como seja TOC e ROC, entre outros. E tem operações bancarias, que está a solucionar. Explicando uma operação técnica: o contrato de direito de superfície para a construção do Parque Urbano pressupunha a intervenção no Parque Urbano e no espaço da feira. A dada altura o município entende que a feira poderia ser candidatada a fundos comunitários, portanto houve a necessidade de resgatar o direito de superfície daquele espaço. Como o banco pagou direitos de superfície sobre aquilo que recebeu, a Tondelviva teve de contrair um empréstimo para pagar ao banco aquilo que teria de devolver para obter o direito de superfície. Esta situação está a ser toda clarificada e esperamos que nos próximos meses fique a gestão da Tondelviva

simplesmente resumida a valores a receber e a valores a pagar e nessa circunstancia o município de Tondela está empenhado em reformular os contratos de sublocação comercial para os ajustar à expressão mínima, que no limite deixe só um euro de lucro. Deixem-me lembrar, porque que foram atos públicos aprovados por unanimidade em assembleia municipal e câmara municipal, como é que foi constituída o modelo de concurso público. Como diz os participantes da Tondelviva podem diminuir o valor, não há nenhum outro sócio na Tondelviva que pague o valor da renda, quem é paga é o município. Os demais sócios associaram-se para fazer uma obra e receberam o valor da obra. A entidade que tem uma sublocação comercial é o município com a Tondelviva e é que tem de pagar as rendas dos investimentos que foram efetuados ao serviço da comunidade. O concurso publico internacional que selecionou o consórcio é que escolheu esses parceiros, que se apoiaram num projeto. Decorrente desta metodologia os bancos à época têm nos seus contratos valores de juros, amortizações e como sabemos há contratos de trinta anos. Já disse, aqui, que nesta como noutras parcerias em média por cada euro de investimento no final do decurso da parceria pagam-se três euros. Em 2007 e 2008 o modelo que se fomentava, visto o financiamento estar barrado, era a constituição de parcerias público-privadas em vários domínios. Hoje existe 23 parcerias público-privadas que estão com vontade de se agrupar num processo. Duas são com o BES, curiosamente Tondela e Santa Comba Dão. As outras 21 são com a Caixa Geral de Depósito. Entendo que um município por si não tem poder negocial, só teremos poder para negociar em bloco. Isto obrigará à constituição de um agrupamento de municípios que possa ter peso negocial, matéria esta que está em avaliação em esfera governamental. Se hoje extinguíssemos a Tondelviva o valor, incluindo juros e obrigações, representaria sensivelmente dezoito milhões.

Sobre o Parque Urbano, o que o presidente anterior disse foi que o terreno não tinha custado um cêntimo ao município, por força da operação de loteamento do Vale das Perdizes e por direitos de compensação urbanística, os 26 mil m2 em vez de ficarem em bolsas foram agrupadas no atual espaço. Não disse que a obra não tinha custado um cêntimo ao município, a obra é paga por uma parceria público-privada. Mas o senhor, sabendo isso, não deixou de fazer comentários que são da sua responsabilidade.

A renda nunca pode corresponder ao valor da obra vezes a taxa de juro. Está associada a essas operações modelos de financiamento, direitos de superfície, IMI, bem este seja uma receita do município. Isto não é um empréstimo como se faz para a comprar de uma casa. "

Não havendo mais intervenções foi colocada a conta de gerência à votação que foi aprovada por unanimidade.

2.3. Análise, discussão e votação da 1ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e quinze

O presidente apresentou o documento:

"A questão principal e estrutural que aqui está pretende-se com a inclusão do saldo da conta de gerência, que ronda 1.9 milhões de euros. Procuramos fazer alguns ajustamentos em relação á nossa gestão e á distribuição de valores. Desde logo reforçar uma rubrica ligada à iluminação, pois como é sabido estamos perante um contrato de fornecimento de energia que alterou o modelo que vinha do passado. No modelo anterior o pagamento era calculado com base até ao dia 15 do mês seguinte. A partir de janeiro passamos a ter, por força do contrato lançado pela CIM, uma nova operação de pagamento e tivemos de reforçar esta rubrica para saldar a conta do anterior fornecedor.

Do ponto de visto de distribuição, os reforços estão evidenciados. E como disse há pouco, está aqui com valor simbólico a abertura da rubrica do Estádio João Cardoso. Reforçamos alguns caminhos. Criamos o projeto das comemorações do Foral de Besteiros. Reformulamos a conta da ETAR de Caparrosinha para fazer a ligação ao Fial, antes tínhamos duas obras: ETAR de Caparrosinha e ligação de Fial e Caparrosinha. Face à estratégia que reformulamos fundimos numa única obra. Temos algum reforço na área social, porque não tínhamos dotação necessárias para os Centros de Animação Local".

O deputado António Dinis interveio:

"O meu contributo é muito positivo e vai-se enquadrar com o ponto de análise, discussão e votação do regulamento para atribuição de tarifa social e familiar, parece-me que nesta revisão não está contemplada essa verba, porque no regulamento que iremos aprovar diz lá que sairá por uma rubrica específica ".

O presidente da câmara informou:

" Nesse processo vamos ter uma conta de custo que ficará como uma imputação que nos será feita por parte das Águas do Planalto. Um cidadão que tenha tarifa reduzida, ele irá ser quantificado e no custo que as Águas do Planalto nos irão debitar. Nós iremos assegurar o somatório do custo do serviço. Saíra por "Pagamento de Serviços"

O deputado Felisberto Figueiredo continuou:

"Só uma interrogação de uma das obras que referiu, a questão do saneamento do Fial vir para Caparrosinha, não sei se não seria mais prático ir para a ETAR de São Miguel do Outeiro. "

O presidente da câmara explicou que o problema coloca-se para onde está a convergir a rede do Fial em termos de coletor e otimizar a infraestrutura de Caparrosinha.

Não havendo mais intervenções foi colocada a 1ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e quinze à votação, tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Manuel Veiga.

O deputado Manuel Veiga clarificou que a sua abstenção se devia ao facto de ter havido abertura das verbas para as obras do Estádio João Cardoso, antes de ter havido discussão. Gostaria de tivesse havido uma discussão antes de ter sido versado em documento.

O presidente da câmara disse que estando perante uma revisão orçamental, quiseram abrir a rubrica, senão teria que fazer outra revisão orçamental. Afirmou, também, que a opção de contração de empréstimo terá de vir à assembleia municipal.

2.4.Análise, discussão e votação do inventário de bens e direitos patrimoniais

O presidente colocou-se disponível para responder a dúvidas que os membros da assembleia tivessem sobre o documento.

Não tendo havido intervenções, o inventário de bens e direitos patrimoniais foi colocado à votação pelo presidente da mesa, tendo sido aprovado por unanimidade.

Por lapso, do senhor presidente da câmara, explicitou, neste ponto, o regulamento que se encontrava na agenda sob o ponto 2.6, pelo que foi alterada a ordem de agenda.

2.6 Análise, discussão e votação do Regulamento para Atribuição da Tarifa Social e Tarifa Familiar (Água, Saneamento e Resíduos Sólidos)

O presidente tomou da palavra:

"Senhor presidente, julgo que quer um, quer outro regulamento se cruzam. Só para explicar e julgo não necessitar de detalhe de profundidade, porque está na nossa memória a discussão que há um ano a essa parte temos vindo a ter, mais talvez na assembleia já de Fevereiro de 2014 e na de Dezembro de 2013 sobre razões que então todos discutimos. Tal como na altura disse, hoje, continuo a desejar que rápida e celeremente o Tribunal de Administrativa Fiscal se prenuncie sobre as matérias que tem na sua mão. Entendo que a discussão deste ponto não deve estar associada de novo á discussão do modelo de 2007 ou de 1997. O que aqui se trata é de uma coisa simples mas com grande significado social. É reconhecer que o valor que é solicitado a um agregado familiar ainda que constituído por uma pessoa singular que tenha pensão mínima rural ou pensão mínima social, para satisfazer as obrigações de ter o seu contador de água, pagar a respetiva tarifa resíduo sólidos urbanos e saneamento em média representa nos seus duzentos euros de rendimento ou de disponibilidades quase ou mais que dez por cento. Tal como disse, há um ano atrás, julgo que é algo que do ponto de vista social me deixa não realizado e tal como então referi tinha sentido trabalharmos num documento onde se pudesse desenhar um modelo de apoio, quer às tarifas socais, quer às famílias numerosas, embora estas por força da lei tivessem que ser

integradas e acomodadas no âmbito do que resulta do enquadramento legal que lhes tá associado.

Sobre as tarifas sociais, entendemos que não deve ser um projeto ou um processo que se limitasse ao nosso concelho. Por isso, no contexto da ação dos municípios e dos cinco municípios que têm a concessão do serviço da água entendemos trabalhar num documento que fosse aplicado nos cinco municípios em situações de alguma proximidade. O regulamento que temos diante de nós tem esse propósito e essa intenção. O que é que aqui procurámos fazer no primeiro momento? Classificar e caracterizar quem pode aceder ao sistema, qualquer agregado familiar que cujo rendimento *per capita* seja menor ou igual ao valor da pensão mínima rural ou social pode aceder ao sistema. Acedendo ao sistema vamos então agora graduar a natureza do apoio, se esse rendimento mesmo sendo diminuto ainda está abaixo de oitenta por cento do montante da pensão mínima social, então a proposta que aqui está é isenção da tarifa, que são de grosso modo sete euros e possibilitar-lhe um escalão de consumo até ao de montante que aqui está terminado. Se o rendimento está entre oitenta por cento da pensão mínima e o valor da pensão mínima, neste caso o valor da tarifa é reduzido em cinquenta por cento. A primeira pergunta é qual é o impacto financeiro desta medida? Não sei qual é, porque nenhum de nós sabe qual é o universo de pessoas que vão aderir ou solicitar este apoio, e mais do que isso quantas pessoas existem no concelho cujo rendimento *per capita* seja menor ou igual á pensão mínima rural ou social. Por esta razão sendo o ano de arranque deste projeto, nós entendemos ter uma malha de acesso que nos permita ter algum controlo sobre o sistema. Se eventualmente, no final deste ano, chegarmos á conclusão de que o esforço financeiro que estamos a fazer ainda pode ser alargado, admito rever este regulamento e alargar a malha. Agora seria um lapso imprudente insensato, irresponsável não sabendo o impacto da medida, tenho uma estimativa que é diferente mas não sei o impacto da medida, estar desde já a abrir a porta. Aprovado o documento, hoje aqui, é intenção publicitar esta decisão, em particular os serviços da ação municipal serão sensibilizados para durante o mês de maio, acolherem e auxiliarem a instrução de todas as pessoas que queiram aceder a este apoio. Para que no mês de junho, possamos ter uma avaliação de todos interessados. A concessão deste apoio, não tem carácter eterno ou permanente. Implica como acontece

por exemplo com as tarifas da PT, que anualmente, se faça prova de vida da situação económica e dos requisitos que me levaram á concessão de apoio ainda se mantêm. Haverá aqui algum carácter discricionário ou que possa não ser tão objetivo? Há. Está aqui previsto que uma das condições depois de aderir à intenção, que haja uma graduação dos bens patrimoniais imóveis suscetíveis de gerarem rendimento. O que se pretende com isto, é por exemplo, eu poder ter como propriedade em São João do Monte, em Mosteirinho ou em Silvares uma habitação em bom estado de conservação uma tipologia T3 ou uma casa, que tem valor comercial e que poderia ser arrendada, poderia se houvesse quem a arrendasse. Mas eu tenho aquele bem, mas ele não me produz rendimento, porque apesar de estar em bom estado e de ser um ativo não é suscetível de gerar rendimento, porque não há lugar para ele. Esta situação é diferente de quem tenha, no centro de Tondela, uma loja comercial e não pretende coloca-la em arrendamento. Nesta circunstância, se o mercado tivesse aquela procura é um ativo que tem que ser contabilizado, porque se tem e não quer pôr a render então não tem que pedir, porque tem um ativo que pode realizar. È neste sentido de justiça social que os técnicos habilitados para tal têm que exercer. Julgo que é o bom senso tem que entrar. É o ano de arranque, é pioneiro, temos que ter a devida prudência, mas ao mesmo tempo o entusiasmo necessário para estimular que aqueles que têm dificuldade possam beneficiar desta medida e ao mesmo tempo fazer pedagogia para que as pessoas possam aderir ou possam solicitar, mesmo que não saibam recolher todos os documentos ou preenche-los devidamente. É para isso que os nossos serviços também servem, para as apoiar a instruir o pedido".

O deputado Manuel Veiga interveio, de seguida:

"Tenho duas perguntas, relativamente a isto. Em questão de custos, qual é a expectativa? Não há um levantamento, mas qual é uma expectativa? A outra questão, é como é que vai ser feito este processo de avaliação dos tais supostos ativos?"

O senhor presidente da câmara informou:

"Pode rondar os setenta mil euros. O processo de candidatura está aqui bem explícito como é que ele é identificado e depois quais são os critérios. Verdadeiramente, o único critério que eu considero mais subjetivo é o que se prende com a avaliação do património suscetíveis gerar rendimento. Este critério foi muito refletido, há uma regra

que nunca se consegue escrever ou melhor que se escreve mas cujo a interpretação e á comunicação, chama-se bom senso. O que eu quero dizer com isto, é se cá não estivesse o critério, julgo que o dano era muito maior do que estando cá. Digo isto convictamente precisamente por saber que há património que em determinado sitio tem valor, mas não há apetência comercial e no outro sítio pode ter. Ponderamos, com os demais presidentes a possibilidade de ter ou não ter este critério. O risco de não o ter é superior ao risco do que não ter. Agora, é o bom senso a funcionar, é isto que eu digo aos nossos técnicos. Não deixarei de dizer: atenção esta cá o critério, porque eu posso ter necessidade de o utilizar, mas ele não deve ser a regra principal de avaliação. Sabemos como estão os mercados, como é que as coisas estão.

O custo estimado, aquele que estimamos numa expectativa de poder estar perante um universo que se pode aproximar das quatrocentas pessoas é um universo estimado, percebendo nós que temos no nosso concelho cerce de onze mil clientes das Águas do Planalto, estamos a apontar para uma avaliação que rondará as quinhentas ou quatrocentas pessoas que possam aderir ao sistema".

Seguidamente, interveio o deputado Joaquim Santos:

"Senhor presidente, obviamente que este regulamento veio na sequência de um documento aprovado. Só que isto não vai resolver o problema de ninguém, nem daqueles que tem pouco, nem daqueles que pagam muito. Não sabemos quanto é que vai custar isto ao município, é um risco, mas se tivermos em conta que a redução da taxa de tarifa da água é de cinquenta por cento e a concessão no saneamento é de vinte por cento a que conclusão é que chegamos? Mesmo com esta redução aqueles que têm menos pagam muito pela água, pelo saneamento e pelos resíduos sólidos urbanos. Esta é a conclusão a que chegamos. Continuamos a pagar uma das águas mais caras do país. Uma taxa de resíduos sólidos urbanos mais cara do país e uma taxa de saneamento mais cara do país. O problema não está aqui, o problema está na raiz. Tendo nem conta os preços atuais, este regulamento é pouco ambicioso. Diz mais á frente no regulamento, no artigo 16, que remeto para o artigo 69 do regulamento que vai estar aqui em discursão. É que o artigo 69 do regulamento que vamos discutir a seguir diz que: "Tarifários especiais os utilizadores podem beneficiar da aplicação de tarifários

especiais nomeadamente tarifa social e tarifa familiar nas condições definidas pela entidade concedente em anexo ao presente regulamento". A entidade concedente não é a câmara de Tondela é a Associação de Municípios do Planalto Beirão então porque é que há- de ser a câmara municipal de Tondela a ter este encargo e não o Planalto Beirão? Qual é a proposta que neste momento existe, no município, da entidade concedente a propor os tarifários especiais? Há, aqui, uma grande confusão e é isto que eu queria ver esclarecido. Certamente que este regulamento da tarifa familiar e social merecerá a nossa aprovação, mas fica muito aquém daquilo que se é espectável. Muito obrigado"

O deputado António Dinis interveio, de seguida:

"Os contributos eram um bocadinho no sentido daquilo que já foi aqui referido, da avaliação da alinha d) do artigo 4º, "Os bens imóveis passivas gerarem rendimento", já está aqui explicado pelo Dr. José António. Agora o processo parece um bocadinho democrático e eu tenho algum receio que as tais trezentas candidaturas ou quatrocentas tenham dificuldades, se não as auxiliarem neste processo que é relativamente complexo. Nós temos que perceber que muitas das pessoas têm algum nível de iliteracia, se calhar não conseguem fazer isto, sozinhas, tão facilmente. Por isso queria deixar aqui o repto. Dado aquilo que foi o processo de candidatura, artigo 7º, que me pareceu um bocadinho complicado e com conjunto de documentos. Compreendo que tenha de ser um pouco exigente, por uma questão de transparência e justiço mas apelava aos presidentes de junta para que auxiliam, senão duvido muito que se chegue as trezentas ou quatrocentas candidaturas. Vamos votar favoravelmente este ponto, 2.6, embora eu iremos fazer uma declaração de voto, porque entendemos também que não exigindo que se vá mais além, mas temos pelo menos que continuar a lutar para que o preço de água seja mais baixo para todos os munícipes do nosso concelho. Não vamos deixar esta revindicação que consideramos justa. Sobre o ponto 2.5. voltaremos cá uma conversa sobre um outro assunto."

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

" Não há impacto para as pessoas que tem poucos rendimentos e pagam muitos. É isso que nós estamos a tentar auxiliar. A solução ideal, naturalmente, é baixar a água

para toda a gente. Isso nós sabemos todos, julgo, que nenhum de nós precisa ser convencido desse caminho. A pergunta óbvia, legítima e devida: como atingir esse objetivo? Já o disse várias vezes não me parece que possamos estar a confundir as coisas. Em primeiro lugar temos que saber o que é que os tribunais pensam sobre a operação 2007. Depois disso, temos de saber o que é que desejamos ou não fazer. Espero que não haja duvidas: numa família, uma pessoa que tenha rendimento *per capita* entre oitenta por cento e o valor da pensão mínima, qual é o impacto no final do mês e o que lhe vai produzir este apoio? Com o rendimento *per capita* de cerca de duzentos e catorze euros, são cinco euros e vinte no custo mensal. Mas se tiver rendimento *per capita* inferior a oitenta por cento, já se aproximará dos nove euros o valor de redução. Se tiver rendimento a abaixo de 50% são isenção da tarifa, que são cerca de seis euros e noventa e é trinta por cento sobre RSU, de trinta por cento sobre os rendimentos. Admitindo que RSU são três euros e meio, admitindo saneamento se consumir água, porque senão consumir são cinco euros, admitindo que consome a situação menor, sete oito nove euros. Em duzentos, poupar dez euros é dinheiro. Acho que temos que fazer aqui um exercício para perceber como isto funciona. Está aquém da expectativa, vamos ver no que isto pode dar. Agora eu julgo que nenhum de nós quer a irresponsabilidade que é meter aqui coisas que não sejam compatíveis. Do ponto de vista da função do modelo social está cá. A complexidade das pessoas que não sabem preencher e não podem, já o disse que estaremos atentos isto. E naturalmente, que na terça-feira temos marcado uma reunião com os senhores presidentes de junta, obrigado pela sugestão, mas aceito e é positiva, mas estava marcado para terça-feira já uma reunião, às 19h. Porque o nosso objetivo é apoiar. Eu sei as pessoas que atendo á segunda-feira e me dizem que tem duzentos euros e preferem cortar a água e ir busca-la ao poço, porque não têm como pagar no final do mês vinte euros. É para estas pessoas, em primeiro lugar, que esta medida se destina.

À pergunta que o Quim Santos colocava sobre a da triangulação. É verdade que as Águas do Planalto não têm nenhuma relação contratual com o município, tem com a Associação de Municípios do Planalto Beirão, mas eu sou um concedente de um concedente. Quem concedeu ao Planalto Beirão foram os municípios que, por sua vez, fizeram a subconcessão às Águas do Planalto. Portanto, indiretamente eu, município,

tenho que intervir neste processo, porque quanto mais não seja quem vai pagar o custo que aqui está na operação é o município. Se não for este caminho eu tenho uma impossibilidade material de aplicar este regulamento. O regulamento tem incidência municipal e como nós sabemos está na esfera deste órgão. Também convêm acrescentar que não esteve em discussão pública apesar de nós o termos disponibilizado para tal, porque é aprovado até 7 de abril, em reunião de câmara. Como tal foi dispensado da discussão pública. Hoje, estamos em condições de o divulgar publicamente e com os senhores presidentes de junta articular as melhores estratégias de divulgação, para apoiar quem precisa. Este é o grande objetivo.

Eu sei que é muito caro para toda a gente, mas felizmente quem tenha um rendimento *per capita* de 700 ou 800€, não tem o mesmo esforço ao pagar 12 ou 20€ de água, resíduos e saneamento. Note-se, que aqui também metemos, por opção nossa, a dedução das despesas da saúde, porque também há muita diferença entre uma pessoa que tem uma doença continuada crónica e confirmada clinicamente. Há pessoas que dos 200€ paga 70€ por mês na farmácia, isso faz diferença, em relação a outro que tem 200€, não mas tem despesas de saúde. Julgo que estão aqui um conjunto de indicadores que estão muito ponderados, quando eu há meio ano atrás disse que estávamos a trabalhar neste documento, não foi por estar a brincar. Acho que este documento tinha que ser bem pensado para tentar atenuar eventuais situações de injustiça, embora elas possam acontecer"

De seguida, foi colocado o regulamento de tarifa social e tarifa familiar à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

O deputado Manuel Veiga apresentou uma declaração de voto:

"Obviamente que em termos sociais estamos a favor, mas deixar aqui dois pontos: a diminuição do custo final da água é importante também e não perder isto de meta e esperamos que este apoio social seja alargado que sejam avaliadas também outras situações e mais famílias"

O deputado Joaquim Santos entregou uma declaração de voto. (anexo 15)

O deputado António Dinis entregou uma declaração de voto. (anexo 16)

2.5. Análise, discussão e votação do Regulamento do Serviço Publico de Distribuição e Fornecimento de Água

O presidente da câmara interveio:

"Peço desculpa, pelo lapso de ter saltado o ponto 2.5. O regulamento de serviço que aqui está em grande parte resulta de uma obrigação. A concessionária na legislação vigente, em particular o Decreto-Lei 149/2009 abriga-a a adequar no regulamento de serviços e nele a prever a existência de tarifas sociais para famílias numerosas o que encaixa no regulamento municipal que agora vimos. Mas eu diria que aqui está confirmado e que em grande parte regula a prestação de serviços. É uma obrigação única legal da concionaria ter um regulamento desta natureza".

De seguida, o deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

Certamente que este regulamento veio alguns anos atrasados. É extemporâneo, porque como se sabe há neste momento um processo judicial, nos TAF de Viseu e Coimbra, acerca da concessionária. Este regulamento começa logo mal pelo próprio preâmbulo. Nós ao aprovarmos isto se estamos a validar, a branquear, estamos a dar o nosso aval aos erros que foram feitos, no passado onde não foram consultadas as assembleias municipais nem em 97 nem em 2007. E mais, se seguirmos, porque o preâmbulo evoca que a entidade gestora é a empresa Águas do Planalto, estamos a assumir e que isto foi tudo feito nas melhores condições, que eu não duvido, mas que foi tudo em conformidade com os interesses de todas as partes. Depois, ele peca, também, por vicissitude de alguns artigos, para efeitos de presente regulamento, área de concessão que é correta, diz aqui no artigo que a entidade gestora é as Águas do Planalto o que veda a que este contrato termine daqui a um ano e daqui a dez ou quinze se tenha de fazer outro regulamento, porque este já não é valido porque remete concretamente para a entidade concessionada. Aqui havia de estar em abstrato empresa concecionária, na minha opinião. Depois fala aqui na estrutura tarifária, o calculo da estrutura tarifária, que se aplica nele a forma de revisão dos preços prevista no contrato de concessão, isto é mais uma vez temos aqui assumido que o contrato de conceção foi

muito bem feito se aprovarmos isto. A inspeção, na alínea i) do artigo 2º "A inspeção é conduzida por um funcionário da entidade gestora", isto é eles são juízes em causa própria, não há uma entidade independente ou municipal que regule se este regulamento está ou não a ser cumprido. Depois, fala aqui numa tarifa fixa. No artigo 7º remete aqui para o "Princípio da sustentabilidade económica financeira do sistema", o que é certo é que esta conceção que está feita não é apenas para garantir o princípio da sustentabilidade económica financeira é muito mais do que isto, é para ter lucros fabulosos e escandalosos. A alínea g) eu acho que é uma alínea que tendo em conta a alínea e), deveria sentir vergonha, porque diz que o "Principio da promoção da solidariedade económica e social do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional", aqui é que havia de ser da responsabilidade da concessionária de ter aqui parte da despesa para as famílias mais carenciadas. A alínea c) do artigo 13º, diz que compete à concessionária assumir a responsabilidade da "Concessão, construção e exploração das redes distribuição nos termos previstos no contrato de concessão", e o que é que se prevê no contrato de concessão acerca disto? Nada. A responsabilidade das construções das infraestruturas de abastecimento de água é dos municípios. É isto que se passa. "Promover a atualização anual do tarifário previsto no contrato de concessão", mais uma vez isto reforça que a atualização anual tarifário é promovida pela concessionária e sendo feita a divulgação junto dos utilizadores. A divulgação aparece depois na fatura, a dizer quanto temos que pagar naquele mês, porque a agua já subiu. É o que tem acontecido. Fala, também, na alinha f) de disponibilizarem aos utilizadores um tarifário especial estando previsto no contrato de concessão. Não sei se este tarifário especial se refere a empresas, a autarquias ou a tarifário social.

Depois fala, aqui, numa coisa que não percebo muito bem, acerca da prestação de cauções. As cauções já acabaram e são proibidas para tudo, não é só em algumas circunstâncias, quando o cliente deixou de pagar a água. Está aqui uma trapalhada grande, sobre isto. Depois fala aqui nos abatimentos dos depósitos de garantia que são as tais cauções que se elas não existirem não podem ser levantadas. Portanto eu penso que este regulamento foi retirado de alguma coisa que já tinha muito tempo.

Artigo 66- sobretaxa "Pode a entidade gestora nos termos de contrato de concessão e por ordem de identidade concedente, alterar o tarifário para fazer faces a investimentos na rede de distribuição pública de água". Nós continuamos a dizer uma sobretaxa é uma taxa. Uma taxa não pode ser revista, nem imposta por uma entidade concedente. Tem que ser pelo órgão deliberativo, ou seja, pelas assembleias municipais. Quero para isto recordar que em 2005 numa reunião de câmara onde isto foi discutido a concessão, um dos vereadores perguntou ao seu presidente: "senhor presidente não corremos o risco de termos os preços excessivos da água?". Resposta do presidente que foi o mesmo que passados dois anos fez o acordo de concessão: " não há problema nenhum, porque os preços serão sempre votados e recebidos nas assembleias municipais". Isto esta escrito na ata da câmara municipal. E mais, já o estava em 1995, a uma pergunta semelhante feita por um vereador do partido socialista, o senhor presidente então, que era outro de 2005, também disse a mesma coisa que não havia esse perigo, porque as taxas seriam sempre de acordo com as camaras municipais. Fomos completamente traídos nestes pressupostos. Depois das taxas estarem referidas as receitas destas tarifas revertem a favor da entidade concedente. A câmara paga as obras, isto é a sobretaxa é para obras a câmara paga as obras o beneficiário é o Planalto Beirão.

Remeter para os tarifários especiais do artigo 69, em que o senhor presidente já explicou que é concedente, convinha aqui referir porque não é muito claro. Neste momento não pode haver duas concedentes sem numa sub-concedente. Há uma concedente que é o Planalto Beirão e há a concessionária que é a Águas do Planalto.

Senhor presidente e senhores membros da assembleia municipal, o Partido Socialista opem-se totalmente a este regulamento, por motivos já explicados. Nós ao votarmos isto, tenham consciência que nós iremos certamente tomar uma posição pública acerca disso, se esse regulamento for aplicado na assembleia municipal. Não nos podemos calar, porque é uma nossa luta. É uma luta que eu não queria que fosse só do Partido Socialista, mas de todos nós. Estamos aqui para defender os direitos dos nossos municípios, dos nossos próprios interesses. Todos já reconhecemos e sentiram isso que nos também pagamos a quarta água mais cara do país, além das taxas de

saneamento e resíduos urbanos, mas estamos a discutir a água. Como eu digo, a aprovar este regulamento, é ratificar aquilo que foi feito. Que cada um assuma a sua responsabilidade, eu assumirei as minhas e o Partido Socialista irá votar contra este regulamento. Muito obrigado".

Continuou o deputado António Dinis:

"A minha intervenção enquadra-se no mesmo princípio, em particular a questão do artigo 66, da sobretaxa. É evidente que das duas uma, ou nós não aprendemos nada com o que já fizemos ou então vamos reincidir no erro. Se na primeira vez foi por distração, não estávamos cá, ou não ouvimos com atenção. Agora reincidir o erro aí já não é desculpável, porque não há limites e, supostamente, se não houver aqui limites ou regras, eles atribuem uma sobretaxa. Isto implica, do ponto de vista de decisão nossa, coletiva da assembleia, uma grande responsabilidade e portanto o CDS/PP vai votar contra.. Se retirarem este artigo, poderemos ponderar o nosso voto. Agora com a sobretaxa, achamos que fere os princípios que andamos todos a discutir ao longo de várias assembleias e por uma questão de coerência não podíamos concordar com isso. Mais, acresce, que certamente por lapso com qualquer razão oculta, no artigo 57 nem aparece a sobretaxa. Mas se calhar era algum sinal para o PSD em consciência não aprovar ou suspender este regulamento. Se se mantiver como está, o CDSPP irá votar contra e portanto queria aqui registar essa posição".

O presidente da câmara replicou:

"Começar, pelas questões de forma. Os vereadores do partido socialista em reunião de câmara tiveram a argumentação que o Joaquim Santos articulou sobre esta matéria. Tive o cuidado de fazer uma declaração de voto na reunião de câmara, para dizer qual era a tese dos vereadores do Partido Socialista. Era o facto de estar aqui um parágrafo que recuava a 2007 e à prorrogação do contrato sobre essa matéria, dizendo claramente que daqui se podia intuir um sanar de oficio que na altura tinha sido feito. O que me causou estranheza nessa perspetiva e nesse quadro. Tive o cuidado de dizer em declaração de voto:" seguidamente o presidente da camara apresentou uma declaração de voto explicitando que a necessidade de existência deste regulamento de serviço

publico de distribuição do fornecimento de agua, bem como em momento posterior, idêntico regulamento do saneamento e RSU, decorre do Decreto-Lei 194 de 20 de agosto". Decorre uma imposição legal. À pergunta é de onde isto foi decalcado? É a base do documento que é a ERSAR construiu para este efeito. Este regulamento tem que ser objeto da apreciação por parte da ERSAR, a qual construiu uma matriz tipo e no qual este documento se apoiou. Acrescentei ainda nestes termos," rejeitou em absoluto qualquer ideia, sugestão ou leitura indevida de que com a aprovação do regulamento, que é uma obrigação legal, se pretenda dar cobertura ou branquear ou validar qualquer interpretação que possa pôr em causa o processo que decorre no âmbito do TAF quer no Tribunal Constitucional, acerca da legalidade ou conformidade do adiantamento introduzido em 13 de Dezembro de 2007. Este aspeto é absolutamente determinante para que ninguém pretenda fazer aproveitamento político ou pessoal com este ponto. A referência no preâmbulo ao citado aditamento é necessária, na medida em que o atual sistema de abastecimento é suportado no mesmo, mas em momento algum contribuirá para qualquer ruído que possa por em causa o interesse do presidente da câmara na absoluta clarificação do processo ocorrido em 2007. Reiterou o firme desejo de, com a máxima celeridade, os tribunais onde decorre a analise do citado aditamento de 2007 se pronunciem para que decididamente saibamos o caminho a seguir". Foi isto que disse. O que é que eu quero dizer com isto? Um regulamento de serviços tem que dizer porque é que ele se aplica. Isto é, o que é que hoje à luz do quadro existente, dá o direito à concessionária para fazer a operação da exploração da água? Foi do adiantamento de 2007. Ele é indevido? Se é devido há-de, o órgão competente, demonstrar a ilegitimidade. Sugiro, tal como disse no voto expresso em reunião de camara, que não haja a tentativa de dizer que com isto se está a branquear, porque isso levará, naturalmente às devidas interpretações que cada um queira fazer. Disse e repito, porque na altura já me pareceu estranho, uma posição política dos vereadores sobre esta questão, desde aí intui compreensivelmente que haveria outro intuito por detrás, intuito político, da parte do Partido Socialista. Quero ser claro a este propósito em momento algum, quero com isto que haja qualquer leitura do branqueamento do quer que seja. O regulamento é uma obrigação legal decorre da Lei 149 de 2009. Tem que existir. A concessionária, Associação de Municípios, tem essa obrigação, em articulação com a

concedente. Se quiserem cortar não tenho nenhum problema em que cortem dizendo que regula com o adiantamento de 2007, cuja legitimidade decorre em sede do processo em Tribunal Constitucional, escrevam lá isso, não tenho nenhum problema nessa perspetiva.

Segunda questão, a confusão entre artigo 57 e artigo 66. O artigo 57 diz, em bom português, como dizia ontem o senhor primeiro-ministro, nos termos definidos num contrato de concessão a entidade gestora cobra, para si, as seguintes taxas de tarifas, e numeras todas. O artigo em causa da sobretaxa artigo 66, "Pode a entidade gestora nos termos do contrato de concessão e por ordem da entidade concedente alterar o tarifário para fazer face a investimentos da distribuição pública da água". Isto não é novidade nenhuma em relação ao que hoje está no adiantamento de 2007, é precisamente o que lá está. A câmara paga as obras e a concedente fica com o dinheiro. Não. A concedente só pode lançar a sobretaxa, o que hoje existe, para financiar obras da rede de gestão ao serviço da concessão. Se for o município a custeá-las não as pode colocar na esfera da concedente.

Vou-lhe explicar novamente sobre que matérias pode ser aplicada à luz do adiantamento de 2007, a sobretaxa. Pode ser aplicada para custear investimentos que a concedente, Associação de Municípios, fez ou faz no sistema. Já disse aqui várias vezes e repito que na contabilidade da Associação de Municípios do Planalto Beirão com centros de custo explicitamente separados, o subsistema da água ainda tem um défice 4.3ou 4.4 milhões de euros. Mas quantas vezes já disse isto. Já disse aqui, várias vezes, que se tem esse défice quer dizer que a aplicação dessa sobretaxa tem sentido existir a não ser que os municípios digam por si, "A estrada x y e z que na altura foi custeada através da Associação de Municípios, para reparar valas ou para repor pavimentos que não estavam previstos na concessão inicial vai ser o município a pagá-los",. Não queremos que seja a Associação de Municípios. A sobretaxa pode ser aplicada para custear obras executada no sistema e que têm que estar anualmente identificadas. AERSAR já perguntou várias vezes à Associação de Municípios: "Muito bem, o senhor esta a aplicar a sobretaxa, o produto desta receita que deve rondear ano 600 mil euros, destina-se a quê? A esta obra, àquela e àquela Isto é o que lá está previsto. Em momento

algum, esta obrigação legal, que é ter um regulamento de serviços, porá em causa a legitimidade do tribunal na apreciação que já tem em causa. Que os senhores digam, eu não quero votar por uma questão de princípios, não quero votar favoravelmente é uma questão. Que se diga, isto é para branquear um processo, isso não aceito. Que isso é induzir que há outro interesse por trás principio do que este que aqui está. Se mantiverem essa perspetiva de dizer que é branquear, eu solicito então que apresentem uma proposta de regulamento de serviços. Não há nenhum problema em a aprovar aqui. Agora, eu não gosto é de interpretações indevidas, mal fundadas ou com outro espírito. Se os senhores acham, convictamente, que o que está aqui em causa é um branqueamento do processo, digam qual é a proposta que querem aqui colocar, porque eu não vos vou dar o espaço politico para amanha fazerem aproveitamento de algo que eu não aceito. Não aceito que se diga que o presidente da câmara quis branquear uma situação vivida em 2007. Se o Partido Socialista tem essa opinião, terá na minha perspetiva a legitimidade de apresentar uma proposta de regulamento de serviços, porque é necessária, em que diga o que é que não deve constar. Eu esperarei atá nova assembleia municipal por esse parecer. Aqui não há comissões, porque o documento não é nosso. Este é um documento que terá que regular, por isso é que é um regulamento de serviços, a relação de entidade concessionaria com os munícipes onde se aplica este regulamento. Se os senhores entendem que há uma cláusula ou outra que pode ferir esse vosso princípio digam-no qual é. Este regulamento foi trabalhado no conjunto dos cinco municípios da Associação de Municípios perante uma proposta que a concessionária nos fez chegar e que se apoiava no documento base da ERSAR. Estou a ser claro para não haver dúvidas. É que eu aceito discutir politicas mas não aceito discutir intenções. Este documento foi elaborado pelos cinco municípios, envolvendo os seus técnicos e os decisores políticos, eu próprio e os demais presidentes de câmara. Eu não permitirei que se diga que haja aproveitamento em branquear uma situação, isso não. Se os senhores insistem nessa leitura, por mim não há votação de documento.

Tudo depende da interpretação jurídica do que é que eu concedi. Em 1997, como sabe os cinco municípios concederam à Associação de Municípios a concessão de três domínios: aguas, resíduos sólidos urbanos e saneamento. Se nesta concessão, essa entidade lançou um concurso para encontrar um parceiro, encontrou a concessionária.

Se neste modelo está incluído a delegação da responsabilidade / competência para introduzir taxas, eu não sou juiz nessa matéria. Se interpretar isso, é legítimo a aplicação. No contrato de 2007, pressupõe a existência de sobretaxas para efeitos específicos, diz quais são. Que não restem duvidas a este propósito, o que eu julgo que qualquer um de nós deseja é que rapidamente os tribunais se pronunciem. Há mais de um ano que está nas mãos dos tribunais, esta matéria. Que digam se a renegociação, se a revogação de 2007 tem suporte legal ou não tem. É isto que eu acho, que espero de entidades que têm o poder de interpretar, de avaliar e ajuizar. Eu acho que não posso ser mais claro. É precisamente por isto que me repugna a ideia de admitir a possibilidade de alguém dizer que a assembleia municipal, por proposta da câmara municipal, quis branquear uma situação. Isso eu não aceito. Digam em que forma querem pegar neste regulamento de serviços e fazer nova proposta. Como sabem a assembleia municipal não tem competência para alterar uma proposta de regulamento, mas tem competência para sugerir ao presidente de câmara e ele tem elasticidade politica e democrática para aceitar sugestões".

O deputado António Dinis voltou ao debate:

"O Zé António fez, aqui, uma brincadeira, com o saber ler ou não saber ler. Não gostei. Fez a citação do senhor primeiro-ministro. Somos todos inteligentes e de vez em quando faz esses jogos de palavras. Normalmente, não venho cá retorquir aquilo que dizes. Agora fiquei um bocadito chateado, porque sei ler e tenho em mão. Fizeste a habilidade de ler só o cabeçalho e não elencaste aquilo que aqui disse, que era não está descrito as taxas a aplicar, que estão depois descritas nos artigos a seguir e que tu fizeste a habilidade ardilosa de dizer vai aprender a ler. Fiquei com pouco zangado, com este remoque, acho que fica mal, porque também sei ler e se lesses isto tudo verias que não está cá e aquilo que tinha dito está correto. Se estamos a discutir a legalidade e do que estamos a fazer nesta assembleia, o Joaquim nisso tem alguma razão, porque estamos a dar carta branca para estes indivíduos estarem a brincar com a sobretaxa. Não há, aqui nenhuma regra. No artigo 57, viram cá a sobretaxa?

A nossa votação será contra, se se mantiver a sobretaxa".

O presidente da câmara interveio:

"Não está esclarecido. Uma brincadeira é uma brincadeira, outra coisa é dizer que fui ardiloso. E passo a ler: Artigo 57 "A entidade gestora cobra as seguintes taxas e tarifas", cobra para ela, por isso é que a sobretaxa não pode cá estar, da alínea a) a alínea k). Lê a sério, bem, não estou a brincar estou a dizer a sério. Olha o cabeçalho: "A entidade gestora cobra as seguintes taxas e tarifas", para quem? Para ela."

O deputado Joaquim Santos continuou:

"Senhor presidente, eu não tenho aqui agora os documentos todos, mas tenho aqui alguns, concretamente os últimos da assembleia municipal que pedi à assembleia municipal. Isto é um pouco como se diz, onde é que está a transferência de competências? Isto pode ter várias interpretações. Mas aqui uma proposta que foi da câmara municipal 4 de Abril de 1996: "Considerando que a reunião da assembleia municipal 28 de abril de noventa e cinco, foi autorizada nos termos do nº 2 do artigo dos estatutos do Planalto Beirão, alargar o âmbito da Associação ao setor das águas, dos esgotos e resíduos sólidos. Considerando que o alargamento tinha como intenção tratar dos problemas da água dos esgotos a nível regional. Considerando que estão previstas verbas avultadas para investir no setor em termos de intermunicipalidade, propõe-se que a câmara municipal delibere transferir a competência para a AMRPB. Qual competência? De tratar o problema das águas, porque o problema das águas não é por taxa. Nem a assembleia municipal, como órgão deliberativo, pode transferir uma competência que é intransferível, que é indelegável, que é a questão das taxas. Isto é na minha opinião.

Tenho, aqui, também a situação daquelas questões que foram feitas, numa reunião no dia 28 de 1995, o senhor presidente da câmara disse que a empresa não fica com o monopólio de aumentar as taxas. As taxas tem que ser aprovadas nas assembleias municipais. Isto não fui eu que escrevi. Isto está aqui, em documentos oficiais do município de Tondela. Senhor presidente, chame branquear, goste da palavra branquear ou tornar branco, eu continuo a dizer que não é o senhor, somos nós a aprovar este regulamento, estamos a branquear tudo o que foi feito. Isso é que está em causa. Não é

com esse desafio, eu aceito, mas não faço isto sozinho. A minha vida não é esta e não sou especialista, mas eu participo num grupo em que haja um regulamento sério e que não ponha em causa, o estamos aqui a fazer e o que está nos tribunais. Agora tenha paciência o senhor diz que não vai permitir que se faça um aproveitamento politico. Isto não é aproveitamento político, se for aproveitamento politico, lutar pelo baixo do preço da água, desafio o PSD a também ter também esse aproveitamento político, por favor. Aproveitem politicamente isto. Como nós estamos a fazer se assim o entendem. Tudo o que mexa é para pagar. Não pode ser assim, desculpem mas não pode ser assim. Desafio mais uma vez o PSD a fazer o aproveitamento político e a lutar ao lado daqueles que lutam, há muitos anos, por esta luta que é de todos nós. Todos os munícipes vão agradecer. Continuo a dizer que esta assembleia municipal ao aprovar este regulamento está a branquear o que foi feito no passado. Essa é a minha opinião."

O deputado Arménio Marques interveio, de seguida:

"Senhor presidente da câmara, de facto isto é um problema diabólico, para a assembleia existe um regulamento aprovado para distribuição de águas. Existe um pedido aos tribunais para esclarecimentos. Não ter vindo nada até agora, porquê é que se vai alterar o regulamento com esta discussão de regulamento? Não existe o regulamento? Não há mal nenhum para a câmara. O mal já está feito, é a gente estar a apagar mais do que os outros. Enquanto não vier a resposta do tribunal a câmara mantêm aquilo que estava até agora. Quando vier a informação do tribunal então voltaremos ao debate. Pedia ao senhor presidente da câmara que retirasse este regulamento e espere que venha a resolução do tribunal."

O presidente da câmara tomou da palavra:

"Senhor presidente da assembleia, distintos membros.

Vou procurar ser muito objetivos nesta questão. Para mim é uma distinção clara e absoluta entre o processo de 2007, entre a avaliação técnica ou jurídica que está a ser feita e este momento. Isto é, em momento algum, para mim, existiu outra intenção com a aprovação do regulamento de serviços que não fosse regular uma obrigação legal que a concessionária. Até que provem o contrário. Tem que é a prestação de serviços aos

nossos munícipes. Até prova do contrário e essa prova do contrário só pode surgir por decisão judicial. É um contrato que existe. Podemos discutir as condições do contrato, isso é outra coisa. Mas até prova em contrário, por decisão judicial, a concessionária tem o poder ou a obrigação de prestar um serviço de concessão.

Estando em causa uma falha de uma regulamentação, e é disto que se trata, imposição legal que surge da ERSAR, a concecionária há vários meses que solicita que seja avaliada o regulamento de serviços. A nós nada impede de dizer que tendo em conta um processo judicial em curso e que não foi emitida nenhuma opinião, não nos pronunciamos neste momento. A concessionária irá responder á ERSAR que elaborou um regulamento, mas que a concedente não emitiu parecer. Até aqui, não vejo mal maior.

A pergunta que eu não sei responder é: se a inexistência de um o regulamento de serviços pode permitir a existência de um regulamento municipal de tarifas sociais para famílias carenciadas ou famílias numerosas. É outra discussão, porquê? Porque eu vou aplica-lo a um determinado contexto. Tenho total abertura para juridicamente solicitar apoio aos serviços que nos prestam acessória, no sentido de se saber se isso é compatível ou não. Se o risco de aplicar tarifas sociais existir, nós teremos uma assembleia municipal proximamente, nós teremos que avaliar as consequências disso. Se esse risco não existir, não tenho nenhuma reserva em que a decisão da assembleia municipal seja comunicar à câmara para que a câmara comunique que a assembleia municipal que pelo facto de ter um processo em avaliação espera decisões judiciais e que por essa razão entende esperar. Não quero, e repito outra vez que haja a mínima insinuação que eu tenho a intenção de branquear este processo. Isso não. Que fique isto claro, porque é uma questão de princípio. A primeira decisão que tenho que avaliar é que juridicamente se a inexistência de um regulamento de serviços nos impede a aplicação de um regulamento municipal de tarifas sociais? Primeira condição, se impedir temos que rever e reposicionar os termos que aqui estão. Se não impedir, o que a assembleia municipal dirá é que, tendo presente o regulamento proposto, entende não se pronunciar sobre o mesmo, enquanto existir um processo na avaliação jurídica dos tribunais. Não tenho problemas nenhuns a esse nível. Mas que fique claro, em momento

algum, houve outra intenção que não fosse dar cobertura à pretensão de ter um regulamento serviços. Qualquer prestador de serviços tem que ter o regulamento de serviços para com os seus municípios, como nos vamos ter que de serviço na área de resíduos de sólidos urbanos. É imposição da ERSAR".

O deputado Manuel Veiga continuou:

"Na questão da obrigatoriedade legal, para o regulamento estar em funcionamento, proponho que seja reformulado o texto para que não vincule a relação com as Águas do Planalto"

O presidente da câmara respondeu:

" Não vou entrar num campo de conjeturas que seriam infundamentadas, da minha parte."

O deputado José Manuel Mendes interveio:

"Senhor presidente, eu penso que está aqui a haver o aproveitamento da parte do Partido Socialista e do CDS. É confundir as coisas, porque se vão atrasar mais isto penso que as pessoas que vão beneficiar das taxas sociais é que vão sofrer. Tenho a impressão que é isto. Somos paternalistas, somos generosos, mas quando chega a proposta da câmara municipal para fazer face às dificuldades que as pessoas têm, nós é que estamos aqui a criar dificuldades. Eu voto a favor do regulamento".

O presidente da câmara tomou da palavra:

"Nós aprovámos o ponto dois seis. Temos um regulamento municipal de atribuição a tarifas sociais a famílias carenciadas e numerosas. A pergunta que agora se coloca é: a não aprovação, neste momento e nestes termos, deste regulamento impede a aplicação de tarifas sociais ou não. Porque, no limite, o facto dos outros quatro municípios o aprovarem no âmbito da associação de municípios, pode abrir a porta ao facto de nós estarmos vinculados e ter essa porta aberta. Vamos estudar isso tudo. O que eu sugiro, ou melhor o que eu irei fazer, e julgo, para que não haja qualquer dúvida, esta história o problema não é parecê-lo ou dizer que se faz, o problema é que os senhores já indiciaram que aqui estava presente, isso tenho que perceber politicamente, tenho essa

obrigação, que é dizer, amanhã, a assembleia, leia-se maioria PSD, leia-se proposta da câmara municipal, quis branquear este processo. E por esse caminho eu não vou. Eu não o colocarei à votação este documento. Irei abrir esse processo, de análise jurídica, das implicações que tem num cenário ou outro. Não correrei o risco infundado de dar numa bandeja aquilo que hoje dizem que não aproveitarão, mas que amanha vão aproveitar".

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

"Eu só quero aqui dizer ao senhor presidente da câmara que nós não estamos aqui de má-fé. Não pense que é sempre a mesma coisa, senhor presidente. Não é esta a minha intenção, nem ninguém disse aqui que o senhor quer branquear. Quem quer branquear é a Águas do Planalto e nos branquearemos se aprovarmos isto".

Por ter ultrapassado o tempo permitido pelo regimento o presidente da assembleia não permitiu que o deputado Joaquim Santos continuasse.

2.7. Análise, discussão e votação do regulamento municipal de urbanização e edificação de Tondela

O presidente da câmara explicitou:

"Este regulamento procura dar resposta a uma imposição legal jurídica no âmbito do urbanismo e edificação. Tem como implicações a classificação clara das obras de escassa relevância urbanística como sabem hoje a agilidade que se pretende centra-se nesta clarificação. Na clarificação, também das obras de impacto relevante e na simplificação de procedimentos. De outra forma possibilita a melhor transparência, melhor clareza e coerência de decisões. Eu diria que em grande parte esta regulamentação é consequente á imposição da alteração do procedimento jurídico da urbanização e identificação produzido por força de legislação especial para o efeito adequado produzível. Esteve em discussão pública, cumpriu os preceitos legais e sobe à assembleia municipal para a sua respetiva implementação".

Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.8. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Freguesia de Parada de Gonta

O presidente da câmara explicou:

"Trata-se de um contrato administrativo, na medida que se prende com uma delegação de competências na junta de freguesia, de forma a otimizar e rentabilizar recursos, nomeadamente na equipa de sapadores florestais, ao serviço de limpeza não em espaços da freguesia ou sobre a responsabilidade da freguesia, mas em espaços que estão sobre a gestão municipal e que por este meio ao invés de contratualizar serviços externos, rentabiliza meios e equipamentos desses sapadores. Se fosse uma empresa não precisaria de ser um contrato administrativo como são meios geridos pela freguesia no âmbito da sua equipa de sapadores carece deste enquadramento legal".

Não havendo intervenções, o contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Freguesia de Parada de Gonta foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.9. Análise, discussão e votação dos contratos interadministrativos no âmbito do projeto "Saúde em Dia"

O presidente da câmara explicitou:

"No âmbito de projeto "Saúde em Dia", há dois grupos de entidades que podem propor projetos e beneficiar deste programa. Um grupo é um movimento associativo, outro grupo são as juntas de freguesias. Para o mesmo efeito o facto de serem entidades de natureza e personalidade jurídica diferente obriga a procedimento diferente. Para o movimento associativo é bastante um protocolo. Para entidades autárquicas, trata-se de uma competência delegada, logo ter de ser um contrato interadministrativo, na medida que o programa é de iniciativa do município".

Não havendo intervenções, os contratos interadministrativos foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

2.10. Outros assuntos de interesse para o Concelho;

O deputado Joaquim Santos interveio:

"Aprovámos, hoje aqui, um regulamento de tarifas sociais para a água para o saneamento e para os resíduos sólidos urbanos. Não temos nenhum regulamento ainda aprovado dos resíduos sólidos urbanos, nem do saneamento. Era isto que queria dizer à bocadinho. Portanto, eu acho se vamos pelo facto de termos que aprovar o regulamento que nos foi proposto para ter a tarifa social, também temos que então aprovar aqui o regulamento para o saneamento e para os resíduos sólidos urbanos. Não é assim senhor presidente?"

O presidente da câmara respondeu:

"Uma diferença, senhor deputado Joaquim Santos, é que as tarifas aplicadas no saneamento e nos resíduos são aplicadas e cobradas pelo município. A prestação de serviço é do município, que por sua vez paga uma prestação de serviços à Associação de Municípios para a recolha e tratamento. Neste caso é uma concessão específica da água. O saneamento é do município, por isso é que eu o disse na informação que levei à câmara e na minha declaração de voto, também nos resíduos de sólidos urbanos temos que criar um regulamento".

3-Período aberto ao Público

Não houve intervenções.

Nada mais havendo a tratar, esta sessão da assembleia municipal de Tondela foi dada por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar.

O Presidente da Assembleia: Carlos Cunha

O 1º Secretário: [signature]

O 2º Secretário: [signature]

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos. Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas. e Exmos. Membros desta Assembleia

Venho hoje e dado o fato desta Assembleia se realizar entre duas datas marcantes, uma a nível interno, o 25 de Abril, outra a nível mundial, o dia do trabalhador, centrar a minha intervenção sobre um dos mais importantes agentes para a consolidação da democracia, os partidos políticos. Tomarei ainda o vosso tempo para vos falar um pouco sobre o exercício da atividade politica quer a nível nacional, quer a nível local.

O País viveu tempos de dificuldade antes do 25 de Abril de 1974. É ponto assente que o regime politico antes Abril, cometeu erros de estratégia e condicionou sobretudo o desenvolvimento económico e cultural desta lusitana pátria. Mas é tempo de o País se pacificar com a sua história, não a temendo nem da mesma se envergonhando. Implantada a democracia, surgiram como cogumelos os movimentos que se consolidaram nos partidos políticos. A 25 de Abril do corrente ano, comemoraram-se os 40 anos da primeira eleição democrática, visando a eleição para a Assembleia Constituinte, naquele que foi o ato eleitoral mais participado do País, com uma afluência às urnas de 91,66% dos eleitores inscritos. Os atos eleitorais para as legislativas, que se seguiram de 1976 e 1979, tiveram também eles uma afluência às urnas acima dos 80%. Em qualquer dos casos citados, os eleitos tiveram a sua eleição legitimada pelo massivo voto popular, como deve ser em qualquer sistema democrático. Comparativamente, os dois últimos atos eleitorais para as legislativas, 2009 e

de 2011, tiveram uma participação na casa dos 59%. É assinalável a quebra de participação popular em 41 anos nestes atos eleitorais, prova inequívoca do descrédito em que caíram os partidos políticos em Portugal. Como refere Francisco Assis, destacado militante do PS, *"para que chegássemos a tal situação em muito contribui a progressiva desenegrecia dos partidos políticos, que não cuidaram de garantir a necessária qualificação interna, desertaram das suas responsabilidades no domínio da promoção do debate cívico e alhearam-se de preocupações culturais e sociais emergentes. Excessivamente centrados na auto-reprodução dos seus minúsculos poderes, os aparelhos partidários subalternizaram-se no espaço público e desprestigiaram-se aos olhos dos cidadãos."* Efetivamente, e pese embora o número dos partidos políticos venha aumentando progressivamente desde 1975, sendo que às eleições legislativas de 2011 concorreram 17 partidos ou coligações, certo é que cada vez menos os portugueses se revêm nos mesmos e nos seus atores.

Os partidos políticos terão necessariamente que fazer uma inflexão no caminho percorrido, abrirem-se à sociedade e promoverem efetivos processos democráticos na escolha dos seus representantes, desde a mais pequena estrutura local, às suas direções nacionais. Lideranças fortes e democráticas não se legitimam em mobilizações por simpatia ou "arrebanhamentos", mas em eleições sustentadas em prévios debates sérios e honestos. **As escolhas dos atores políticos, não podem estar condicionadas por fatores estranhos e de pressão, antes, devem ser determinadas pela qualidade e grau da sua intervenção cívica. É que o exercício da atividade politica e pública deve ser entendido como um efetivo exercício de cidadania, no respeito primeiro por quem nos elege!** Mas exige-se também aos eleitos coerência e respeito pelas instituições. Não é compreensível aos olhos dos eleitores que uma partido se demita em bloco de uma assembleia de freguesia e logo após, outros membros eleitos por esse partido, assumam essas mesmas funções. Não é compreensível, aos olhos do povo, que um líder partidário, num qualquer comunicado, ataque de forma infame o Presidente de uma Câmara, por diferente que seja a forma de pensar e estar. O 25 de Abril permitiu-nos a

liberdade de pensar e expressar as nossas opiniões. Sabemos que há uma classe de atores que vai procurando sempre pensando com quem está no poder, de forma acocorada, esperando aqui e ali que lhe possa tocar algo. Mas há também quem não tenha receio de dizer não, de se expressar, de dizer o que lhe vai na alma. É desses que reza a história! É desses que me lembro neste partido, o meu desde que me conheço como gente, particularmente e olhando para a referida Assembleia Constituinte de 1975, ficarão perpetuados nomes como Barbosa de Melo, Carlos Mota Pinto, Pinto Balsemão, Sá Carneiro, Jorge Miranda, Marcelo Rebelo de Sousa entre tantos outros, **exemplos da cor quente e mobilizadora que envolve o PPD/PSD.**

Todavia esta ousadia de pensamento, não nos dará nunca o direito de desrespeitar as instituições e os seus representantes, sejam eles os chefe do governo da nação ou o presidente da Câmara das nossas terras de besteiros. A luta partidária só mobilizará quando o debate trilhar o caminho dos valores e da seriedade. Os partidos cairão no descrédito total se enveredarem pelo populismo e pela demagogia.

O concelho e o país exigem de nós, atores políticos, sobretudo seriedade e responsabilidade. E é esse sentido de responsabilidade que vejo e vou sentindo a ação politica do atual Presidente da Câmara Municipal de Tondela, e antecipando-nos até um pouco, desde já nos congratulamos com os resultados apresentados na conta de gerência referente ao ano de 2014, bem com pelo regulamento que hoje virá a discussão e votação para atribuição da tarifa social e familiar no âmbito da água, saneamento e resíduos sólidos, na sequência aliás de proposta que apresentamos nesta casa. É esta capacidade de ação e decisão séria, sem demagogias, que esperam de nós os nossos concidadãos, assim permitindo a edificação dos pilares para a construção de uma região de bem-estar!

Mas também a nível nacional como o PSD e o CDS anunciaram no passado dia 25 de Abril o compromisso para uma nova coligação candidata às próximas eleições legislativas, na senda da construção de um País credível e economicamente auto sustentável. É inegável, pese embora à custa de

algumas medidas impopulares, mas responsáveis, que o País readquiriu o caminho do crescimento e do desenvolvimento. Readquiriu sobretudo a sua credibilidade perante os outros países. Há quem queira, novamente enveredar pelo caminho da demagogia e do populismo, esquecendo-se, que o povo, esse não se esquece, de quem quase os levou à bancarrota em 2011.

Por falar em responsabilidade, há também quem no nosso País queira ao abrigo de um direito, direito à greve, colocar em causa a credibilidade de uma empresa pública, mas acima de tudo o interesse e o bem estar dos portugueses, causando milhares de euros de prejuízo. O exercício dos direitos individuais, não pode nunca beliscar o interesse supremo que é o interesse de todo um povo, de toda uma nação.

Por tudo isto, impõe-se pois uma efetiva regeneração do nosso sistema partidário, levando a cabo reformas no âmbito do modelo de organização politica e administrativa, promovendo-se uma relevante alteração do sistema eleitoral, e como já o aqui defendi, com a adoção dos círculos uninominais e a admissão de candidaturas independentes nas eleições legislativas. É que numa altura em que assistimos por essa europa a um acentuar do peso dos partidos extremistas, sejam de direita ou de esquerda, impõem-se efetivas alterações ousadas e até arriscadas, sob pena de a inércia poder conduzir ao retorno de um passado ainda recente.

O perigo existe e é real. Pior que renegar a história é esquecer a mesma!

Jorge Manuel Henriques Rodrigues-deputado Assembleia Municipal

Anexo 2

Voto de Congratulação

Apresento a esta Assembleia um voto de congratulação ao Clube Atlético de Molelos pelo êxito alcançado na presente época.

Realço o excelente trabalho no campeonato de seniores, mas também nos restantes escalões de Futebol, nos escalões de Juniores, Iniciados e Juvenis e, este ano, também na modalidade de Andebol, nos escalões de Minis, Bambis-2equipas e Iniciados.

À Direção e restantes órgãos sociais, equipas técnicas, médico, massagistas, atletas de todos os escalões, colaboradores, sócios e simpatizantes, apresento votos de congratulação pelo esforço e dedicação, dando à ~~esta~~ freguesia de Molelos, à nossa cidade e ao concelho mais um título - Campeão da Zona Sul da 1ª Divisão Distrital de seniores, contribuindo assim para o engrandecimento de toda a nossa região.

Apresento também um voto de congratulação ao Clube Desportivo de Tondela, à sua Direção, equipas técnicas, atletas e colaboradores, pelo título alcançado no escalão de Juniores de futebol e pela subida à primeira divisão nacional.

À administração da empresa GIALMAR, S.A., sediada no Botulho, pela iniciativa e empreendedorismo demonstrado, pela criação de postos de trabalho e pelo contributo para o desenvolvimento da economia local, regional e nacional, desejo os maiores sucessos com a sua nova unidade industrial e apresento também votos de congratulação.

Tondela, 30 de abril de 2015

José António de Oliveira Dias

anexo 3

ASSEMBLEIA DE 30-04-2015

Sr Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Tondela

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Caros Membros desta Assembleia

Caros Munícipes

Comunicação Social

VOTOS DE RECONHECIMENTO E LOUVOR

Vimos hoje, aqui ,reconhecer o trabalho e empenho pessoal desportivo dos jovens, seus dirigentes e colaboradores que fazem parte da equipa de juniores de Tondela e que terminaram o campeonato com a subida aos Nacionais, mostrando a sua garra e alegria e elevando o nome do CDT e do concelho de Tondela pelo país, repercutindo-se depois, por esse mundo fora, sobretudo, onde se encontram os nossos emigrantes.

Também queríamos, aqui mos reconhecer e prestar homenagem ao mérito das equipas sénior do CDT, do Sporting Clube de Nandufe e do Lajeosa pelas boas atuações que vêm realizando expressamos o nosso desejo de que continuem empenhados e na senda do sucesso que tanto almejam.

Ainda no âmbito desportivo, queríamos aqui saudar o Club Atlético de Molelos, colaboradores, atletas, treinadores, dirigentes e massa associativa pela excelente época desportiva realizada e pela subida ao escalão superior, Divisão de Honra. Um reconhecimento e apoio para saudar o nosso amigo Horácio Rodrigues, que, apesar das adversidades no domínio da sua saúde, mais uma vez capitaneou o Club atlético de Molelos para mais uma subida de divisão. na recente final e agora andebol

A estas coletividades o nosso reconhecimento pelo esforço, mérito, fair play e pendor desportivo que colocaram nos seus campeonatos.

XXXX

Queríamos aqui também reconhecer e louvar o empenho das várias coletividades envolvidas e do município, nas comemorações dos 500 anos do Foral de Besteiros, que apresentam um programa recheado de atividades, distribuídas por várias localidades do Concelho, desde festival de sopas, falcoaria, concertos de música, exposições, mercados e feiras á moda antiga, num leque muito alargado de atividades que se estendem de Abril a Julho e que são a mostra do empenho e da força do nosso associativismo.

Parabéns á câmara ao presidente, á sua equipa e às coletividades envolvidas.

XXXX

Queríamos também aqui dar uma nota de reconhecimento e louvor ao mercado (ao sabor), ás pessoas que ali vêm transacionar os seus produtos, aos grupos musicais/cantares que ali atuam. Nem sempre o tempo tem colaborado mas é bom podermos ver produtos de genuína tradicionalidade e de 1ª qualidade pela mão dos pequenos agricultores e artesãos.

Vimos, também aqui fazer memória da data que acabámos há poucos dias de comemorar: o 25 de Abril de 1974. 41 anos de democracia e de liberdade, nos ideias de abril, pelos quais devemos continuar a lutar.

Data emblemática, histórica, de significado superior para os portugueses, abriu-nos o caminho da liberdade, da democracia e muitos outros valores que á muito andavam arredados do nosso Portugal. Hoje, podemos congratularmo-nos com esse ato heroico de um conjunto de militares que nos devolveu a possibilidade de tomarmos em nossas mãos o nosso caminho. Um longo caminho, de 41 anos, com altos e baixos, com mais ou menos sacrifícios, algumas feridas profundas, mas esperamos que valores como a solidariedade, democracia, emprego educação, saúde e justiça, possam cada vez mais dar sentido e força á palavra LIBERDADE.

ORAL

Coligação??????????? VER CADERNO

TAP - GREVE

Hospital - Recebidos - esclarecidos

Anexo 4

1

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

VOTO DE PESAR

Com 85 anos de idade, faleceu, no passado mês de março, GASPAR RODRIGUES FERNANDES.

Natural de Molelinhos, era homem simples e, acima de tudo, era um democrata!

Acompanhava, com interesse, a vida política nacional e local, não se inibindo de manifestar a sua opinião e sempre em defesa do interesse do coletivo.

Foi, na década de 80, membro desta assembleia.

A Assembleia Municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária, no dia 30 de abril de 2015, recorda a memória deste Tondelense e manifesta à família o seu voto de pesar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

anexo 5

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Sr. Presidente da AM Tondela

Sr. Presidente da Câmara Municipal

Caros Deputados,

Há 41 anos, "Grândola Vila Morena" foi o despertar para uma revolução que conduziu a alterações transversais às mais variadas áreas da sociedade portuguesa. A censura e a PIDE, aliadas à pobreza, à fome e à falta de oportunidades, provocaram grandes fluxos migratórios que marcaram para sempre uma geração.

Para os mais jovens, o 25 de abril de 1974 é uma data longínqua, algo até difícil de contextualizar... Só revisitando memórias dos nossos pais e avós podemos ter uma ideia do que seria viver sem liberdade de expressão. Porém, para quem viveu o antes e o depois daquele frenético dia, como muitos de vós aqui presentes, compreende a verdadeira importância do 25 de Abril de 1974, em que Portugal caminhou para a Democracia.

Um ano depois, mais de 6,2 milhões de portugueses foram chamados para ir às urnas. Esperaram, pacientemente, em longas filas, numa jornada eleitoral de 12 horas. Votaram em massa, batendo um recorde - 91.66%, para a história política portuguesa. Foi assim que a 25 de Abril de 1975 foi eleita a Assembleia Constituinte, que redigiu e aprovou a Constituição da República, Constituição essa tão ferozmente atacada pelos actuais dirigentes desta nação, e então aprovada por unanimidade!

Mas é pelos Heróis de Abril que estamos aqui hoje. É devido à sua luta que podemos viver a Democracia. É, acima de tudo, pela sua acção naquela

manhã da Revolução dos Cravos, que podemos escolher em consciência os nossos governantes, manifestar publicamente as nossas preferências partidárias, ser militante de um partido e VOTAR. Esse acto tão nobre e tão poderoso que infelizmente se banalizou e caiu em descrédito por tantos e tantos jovens.

Para quem pôde estar na manifestação do passado sábado em Lisboa, constatou que são os "pais dos nossos jovens" que ainda acreditam nos ideais de Abril de 74. A julgar pelos rostos, cansados e envelhecidos, presentes naquela marcha, são os mesmos rostos de Abril de 74, que continuam a lutar por um Portugal melhor, mais justo, mais democrático!

Meus caros, os nossos jovens tem vindo a demitir-se da responsabilidade de votar, da responsabilidade, direito e liberdade de escolher. Esse poder que nos foi tão nobremente atribuído. Hoje estou aqui para vos pedir que relembremos o que foi o 25 de Abril de 1974 para todos nós e principalmente, que o recordemos por aquilo que nos devolveu: A LIBERDADE!

Desta forma, faço aqui um apelo ao senhor presidente da Câmara e ao senhor presidente da Assembleia Municipal para que, nos anos futuros, se celebre este dia no nosso concelho, com dignidade, tal como na Assembleia da República e na generalidade dos concelhos do nosso país, realizando uma sessão solene comemorativa desta data tão importante da nossa história.

Assembleia Municipal de Tondela, 30 de abril de 2014

Pel'O Grupo Parlamentar do PS

Marta Marques

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

Senhor presidente da assembleia municipal
Senhor presidente da câmara municipal
Senhores vereadores
Senhores membros da assembleia municipal
Senhores representantes da comunicação social
Senhoras e senhores,

Há 8 dias atrás, foi apresentado, em Lisboa, o Relatório da Crise da Cáritas Europa 2015.

Este documento conclui que, em 2014, Portugal foi o país em que mais aumentou o risco de pobreza, seguido da Grécia.

O Relatório é uma análise aprofundada sobre a forma que está a ser enfrentada a crise nos países europeus mais atingidos: Portugal, Chipre, Grécia, Irlanda, Itália, Roménia e Espanha.

Em destaque, e em primeiro lugar, está ainda Portugal, que viu aumentar a taxa de risco de pobreza e exclusão social em 2,1%, seguido da Grécia com 1,1%.

Ora, o dinheiro não desaparece! E nada acontece ao acaso! A verdade é que as grandes fortunas estão, cada vez, mais sólidas e, no caso do nosso país, um quarto da riqueza produzida está na mão de 1% da população. A riqueza está, cá vez mais, concentrada nos mesmos.

Diz-se, em popular convívio, que "os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres estão cada vez mais pobres"! É um facto que não é de agora. Mas é agora, nestes últimos anos, que temos assistido ao maior fosso entre aqueles que têm cada vez mais e aqueles que nada têm!

Dizia, há uns tempos, um jornalista da nossa praça que se tivesse 100 milhões de euros para distribuir, entregá-los-ia ao patrão de uma rede de supermercados, porque se os entregasse a 100 pobres, enquanto o primeiro, com o dinheiro, faria num ano, o dobro, estes, ao fim do mesmo tempo, estariam tão pobres como antes, mas mais infelizes! Só não se percebe porque entregaria todo o dinheiro ao primeiro e apenas 1% desse valor a cada um dos

outros! Enquanto vivermos numa sociedade tão preconceituosa como tenebrosa, que se nega a avaliar a verdadeira razão da pobreza, fechando os olhos às origens da riqueza de alguns, nunca teremos uma sociedade justa!

E ainda há quem diga que não se trata de uma ideologia! Obviamente, que sim! Uma ideologia que tira aos pobres para enriquecer alguns, sem olhar a meios e muito menos, sem qualquer espírito de patriotismo, mas cuja bandeira desfraldam, sem vergonha e com despotismo.

Recordemos o que se passou há dois anos: o governo quis aumentar a TSU dos trabalhadores em 7%, para que pudesse baixar os encargos das empresas. O povo saiu à rua, abrigando a que esta medida fosse metida na gaveta! Sim, metida na gaveta, mas não destruída, porque o inimigo não dorme!

Chamemos, sem escrúpulo algum, que é "roubar aos pobres para dar aos ricos"! Sim, aos ricos, porque as grandes beneficiárias desta medonha medida seriam as grandes, e não as pequenas e microempresas, na maioria das quais os seus proprietários são, em simultâneo, empresários e colaboradores de si próprios. Já os grandes grupos de distribuição alimentar e de energia, as petrolíferas, as empresas de telecomunicações e outras, afiavam os dentes, mas os portugueses souberam, na hora da verdade, travar esta miserável heresia.

Mas o governo, em fim de linha, abriu, de novo, a gaveta do tempo – com uma nova astúcia, pretende baixar a TSU dessas tais empresas, agora à custa das pensões dos portugueses – são mais 600 milhões de euros que quer retirar da economia. Cego de traição, este governo não desarma! Doa a quem doer, custe o que custar!

Vendeu, ainda quer vender mais e vende ao desbarato. Tudo o que mexe e deve ser alienado! Lembraram-se, agora, do Oceanário de Lisboa! Chamem-lhe o que quiserem, mesmo que concessão, mas, por este andar, e já não falamos em tom de ironia, um dia destes vão concessionar o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém, com os patéis incluídos e, porventura, o próprio Palácio de S. Bento, já que fica mal incendiá-lo, como aconteceu ao Reichstag.

Enfim, uma catadupa de delitos de lesa-património, filhos putativos de um namoro, com casamento anunciado, apesar de um irrevogável abandono do lar por parte de um dos consortes, mas com um anunciado divórcio à vista!

Agora, enquanto ecoa, com estrondo, esta marcha nupcial, restam-lhes cerca de 5 meses para digerirem os malabarismos deste enfadonho circo a que os portugueses foram abrigados a assistir e a sentir. A estes portugueses, a nós, portugueses, resta-nos a esperança de uma debandada humilhante destes personagens que, aos poucos, mas em pouco tempo, souberam renegar para

segundo plano os interesses nacionais em proveito de arreganhados poderes económicos que são, afinal, aqueles que já não se contentam com os tais 100 milhões, e cuja saciedade não satisfaz, a não ser com todo o património de uma nação inteira.

E, enquanto isso, anunciam-se cofres cheios! Mas cheios de quê? Certamente da mesma miséria do Estado Novo, enquanto a país se esvaziava de dignidade, escondia-se, envergonhado, com o traficado ouro dos judeus. Agora, esses cofres escondem um aumento de dívida pública em cerca de 9,3 mil milhões de euros, só nos meses de janeiro e fevereiro, atingindo um total record de 234,6 mil milhões, ou seja, 135,57% do PIB. Não, não foi apenas o PIB que baixou, mas a dívida, em valor absoluto, subiu drasticamente, não deixando margem para se desculparem que os portugueses deixaram de comprar, contraindo a economia.

Mas há alternativas! Aquela história, ou teoria, se assim preferirem chamar, de "ou nós, ou o caos" já não produz efeito. Nem com as tais 29 perguntas ao PS que, afinal, são um prenúncio de que o governo já se sente na oposição.

A atual maioria tem de aprender a fazer contas, já que, durante estes últimos 4 anos, nem merecedor é do diploma da antiga 4.ª classe, porque continuam a errar nos cálculos, nunca cumprindo um único objectivo que eles próprios traçaram!

Vejamos apenas três exemplos:

Para 2015, o governo prevê um PIB que está abaixo do que previu em 2011, em 13 mil milhões de euros!

Para 2015, o governo prevê 300 mil empregos abaixo do que previra em 2011!

Para 2015, o governo prevê um défice das contas públicas de 2,7%, quando em 2011, previu 0,5%, já sem falar nas previsões da dívida pública, muito acima do que fora estimado.

Tudo o que este governo prometeu, resultou em frustração, e os objectivos que previu para 2015, atira-os agora para 2019. Foram 4 anos perdidos, em que o governo, além de não aprender a fazer contas, fez com que o país recuasse quase duas décadas, porque não resistiu ao pecado da gula!

Mas outubro já vem perto! A esperança vai regressar!

Assembleia Municipal de Tondela, 30 de abril de 2015

Joaquim Santos

anexo I

ASSEMBLEIA MUNICIPAL TONDELA – 30 de abril de 2015

VOTO DE LOUVOR

O desporto assume um papel relevante em todas as sociedades, independentemente do seu grau de desenvolvimento. Aproxima as pessoas, melhora os indicadores globais de saúde e bem-estar, estabelece laços de fraternidade e desenvolve o espírito de grupo e a competitividade. Para as crianças e jovens a importância da prática da atividade física e desportiva é ainda maior, facto que tem levado a que muitas políticas públicas sejam orientadas na promoção de iniciativas conducentes a estes objetivos.

O movimento associativo assume neste contexto um particular relevo enquanto espaço de concretização destas atividades.

O concelho de Tondela tem vindo a assistir ao longo dos últimos anos a um conjunto muito significativo de sucessos desportivos por parte dos seus clubes, dos seus dirigentes e em particular dos seus atletas, que têm elevado bem alto o nome de Tondela.

O escalão sénior de futebol do Clube Atlético de Molelos conseguiu na presente época desportiva obter o primeiro lugar da sua série garantindo a subida de divisão. Trata-se de mais uma página de glória no livro de memórias desta grande e prestigiada associação do concelho.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS/PP vem propor que a Assembleia Municipal aprove um voto de louvor ao Clube Atlético de Molelos, aos seus dirigentes, ao corpo médico e técnico, e aos seus atletas.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

anexo 8

CDS-PP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL TONDELA – 30 de abril de 2015

VOTO DE LOUVOR

O desporto assume um papel relevante em todas as sociedades, independentemente do seu grau de desenvolvimento. Aproxima as pessoas, melhora os indicadores globais de saúde e bem-estar, estabelece laços de cumplicidade e desenvolve o espírito de grupo e a competitividade. Para as crianças e jovens a importância da prática da atividade física e desportiva é ainda maior, facto que tem levado a que muitas políticas públicas sejam orientadas na promoção de iniciativas conducentes a estes objetivos.

O movimento associativo assume neste contexto um particular relevo enquanto espaço de concretização destas atividades.

O concelho de Tondela tem vindo a assistir ao longo dos últimos anos a um conjunto muito significativo de sucessos desportivos por parte dos seus clubes, dos seus dirigentes e em particular dos seus atletas, que têm elevado bem alto o nome de Tondela.

Os juniores do Clube Desportivo de Tondela conseguiram no pretérito fim-de-semana a subida ao escalão maior da sua categoria, fazendo com que na próxima época vá disputar o campeonato nacional com os maiores emblemas do futebol português. Esperamos que seja o prenúncio da festa que todos aguardamos para breve no nosso concelho da subida do CDT à primeira Liga de Futebol Profissional.

Assim, o Grupo Parlamentar do CDS/PP vem propor que a Assembleia Municipal aprove um voto de louvor ao Clube Desportivo de Tondela – Equipa Júnior, aos seus dirigentes, ao corpo médico e técnico, e aos seus atletas.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Ponto 9

CDS-PP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA – 30 de abril de 2015

MOÇÃO

As infra-estruturas de transporte e telecomunicações são fundamentais no desenvolvimento dos territórios.

O volume de tráfego, as condições da via rodoviária e os níveis de sinistralidade do atual IP3 fazem com que desde há muito tempo seja urgente a conclusão da A24 entre Viseu-Tondela-Coimbra, reivindicada por todos os partidos, pelos autarcas e pelas populações abrangidas.

O próximo quadro comunitário de apoio para o período 2014-2020 fará chegar ao nosso país mais de 20.000 milhões de euros de apoios para os diferentes agentes económicos, sociais e políticos nacionais. Serão vários os projetos que beneficiarão dos apoios comunitários essenciais para o relançamento de investimentos importantes para a modernização e competitividade do país.

As últimas notícias relativas ao desenvolvimento deste projeto estruturante para o nosso território não nos devem satisfazer. Não podemos deixar cair para depois de 2020 a construção de uma via sustentável em perfil de auto-estrada, com apoios comunitários, tal como foi defendido recentemente pelos autarcas de Viseu e Coimbra.

Em contraponto, veio a público a discussão sobre a possibilidade de construir uma nova via ferroviária entre Santa Comba Dão, Tondela e Viseu (o antigo ramal do Dão), ao lado da actual ecopista. Depois de em 1988 se ter encerrado a linha do Dão, há quem defenda agora a construção de uma nova via ferroviária. Se nem a linha Aveiro/Viseu/Guarda/Vilar Formoso merece a concordância dos decisores, que dizer deste "mini TGV" para o nosso território.

Assim, o CDS/PP vem propor a esta assembleia:

1 – Continuar a reivindicar a construção de uma via com perfil de auto-estrada entre Viseu e Coimbra, com a comparticipação comunitária adequada à sua efetiva concretização, devendo a mesma ser com portagens de forma a poder reduzir os encargos futuros do estado, no princípio de utilizador/pagador que sempre defendemos.

2 – Que seja assegurado que o atual traçado do IP3 se mantenha ao serviço das populações, com a tutela das Estradas de Portugal.

3 – Contestar os projetos ou ideias relativas à construção de uma nova via ferroviária entre Santa Comba Dão, Tondela e Viseu, visto a mesma ser absolutamente insustentável e totalmente desajustada das possibilidades do nosso país e das necessidades efetivas das populações.

Esta moção depois de aprovada, deverá ser enviada ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Economia, à Presidente da Assembleia da República e a todos os seus grupos parlamentares aí representados.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP

anexo 10

CDU
PCP-PEV

Assembleia Municipal de Tondela

Saudação

1° de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

No dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, centenas de milhares de operários iniciaram uma luta histórica, fazendo uma greve geral reivindicando o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho, sendo impiedosamente reprimidos pelas entidades policiais e patronais. Os reflexos internacionais desta importante luta determinaram a declaração do dia 1 de Maio como o Dia Internacional do Trabalhador.

Celebrar o 1° de Maio é não só recordar o significado da luta dos operários de Chicago, mas de todos os trabalhadores em geral e, especialmente, dos trabalhadores portugueses e dos seus representantes.

As medidas de austeridade impuseram o aumento do empobrecimento, a redução de salários e pensões, o aumento do custo de vida, o aumento do desemprego e da precariedade e a fragilização das relações de trabalho também no nosso concelho, pondo em causa direitos conquistados e consagrados na Constituição da República Portuguesa. Celebrar o 1° de Maio é lutar pela concretização desses direitos, é afirmar o direito à dignidade de todos os trabalhadores.

A Assembleia Municipal de Tondela reunida em 30 de Abril de 2015:

1 - Saúda todos os trabalhadores e as suas organizações sindicais, manifestando a sua solidariedade com a luta por melhores condições de trabalho e por uma vida digna e com direitos;
2 - Apela à participação dos trabalhadores, trabalhadoras e população em geral nas comemorações e manifestações do 1° de Maio;

Tondela, 30 de Abril de 2015

O Eleito da CDU

Manuel Veiga

Anexo II

Declaração de Voto

O PSD vota contra esta moção por não enquadrar o apoio financeiro para este empreendimento em bases legais e possíveis e sim em putativas ideias de apoio.

Desde há algum tempo que nesta casa se tem debatido o tema dos apoios comunitários, as suas regras e os setores a serem apoiados. Já, várias vezes, aqui, se afirmou que, no Quadro "Portugal 2020", não haveria fundos para a efetivação de corredores rodoviários, nomeadamente autoestradas.

Somos a favor da construção da autoestrada, mas com recursos financeiros privados e com uma requalificação acentuada do IP3 que, tem de se manter com alternativas ao dispor dos utentes.

O Grupo do PSD

Sérgio Rodrigues

anexo 12

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 26 de fevereiro a 24 de abril 2015)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 27 de fevereiro, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão. Ocorreu na semana passada a assembleia intermunicipal do Planalto Beirão onde foram aprovadas por unanimidade e aclamação as contas da instituição. No início do mandato, em novembro de 2013, passivo a divida do Planalto Beirão rondava os 23 milhões de euros. A divida reconhecida, neste relatório de contas, é de pouco mais de 11 milhões de euros. Julgo que nunca se fez um esforço como agora, sob pena, pelo enquadramento da nova Lei das Finanças Locais e pelo reflexo que essa divida. A manter-se nos parâmetros que estava, iria ter na prestação de contas de cada um dos municípios, muito dos municípios poderiam passar a ter endividamento excessivo, se não houvesse esforço para corrigir esta situação e conformar dentro de parâmetros aceitáveis este endividamento.

- Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (4 reuniões). Neste momento estamos a ultimar a constituição do Pacto para a Coesão e Desenvolvimento. Já se sabe, hoje, em que domínios haverá investimentos ou receitas. Deste pacto tem de existir, pelo menos, 75% dos projetos, já nesta fase, com estimativa orçamental. Serão objeto de negociação perante o programa "Centro 2020", nas tecnologias de informação que tenha a ver com modernização administrativa, acessibilidade a serviços, plataformas eletrónicas, sistemas de informação digital.

Haverá investimentos na área da cultura para património que esteja classificado de interesse nacional. Neste caso, haverá investimentos de 5 milhões de euros na CIM, mas não existirá nenhum investimento no concelho de Tondela. Haverá negociações entre os municípios as suas percentagens em relação à natureza do investimento. Na área do património natural e ambiental, temos forte expetativas, porque temos alguns projetos em carteira. Na área das adaptações climáticas, o município de Tondela é pioneiro para o incremento deste projeto. Na área da economia, quer projetos para criação do próprio emprego, quer das

microempresas, até 10 trabalhadores, cujo investimento não seja superior a 235 mil euros, terão o envolvimento do município no apoio, facilitador a essas plataformas de financiamento.

Até ao dia 20 de maio terá de estar fechado o Pacto.

- Apresentação do núcleo "pais em Rede";

- Diversas reuniões com responsáveis da CIM Viseu Dão Lafões, uma delas no âmbito das ITI's;

- Reunião com o Presidente da União de Freguesias de Caparrosa / Silvares e o presidente da Associação de Souto Bom;

- Com comerciantes que serão reinstalados no Mercado Municipal de Tondela. A obra encontra-se concluída há praticamente dois meses, faltando para a ligação elétrica para se concretizar a mudança;

- Com a Presidente da CCDRC, Drª Ana Abrunhosa.

- Na sessão "Centro 2020" no Auditório Municipal de Tondela

- Com responsáveis de diferentes entidades, nomeadamente: irmãos Almeida Cabral; Caixa Geral de Depósitos; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Viseu; Resipez; Museu do Caramulo; Clube Desportivo de Tondela (3 reuniões); Civibérica; Banco Popular; Arquiled; Estradas de Portugal; Scoprolumba; Sabucar; Orbisource; Campo d´Agua

- Tomada de posse da direção da associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Vale de Besteiros

- Com responsável da ACES Dão Lafões;

- Com presidentes de Junta e Uniões de Freguesia: Barreiro de Besteiros / Tourigo; Parada de Gonta; Campo de Besteiros e Lajeosa do Dão

- Com o pessoal docente do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;

- Apresentação do programa "Capacitar";

- Inauguração da "Joaninha Mais";

- Com pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;

- Com pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo;

- Com pároco da paróquia de Tondela;

- Na ação de esclarecimento promovida pela CCDRC, dirigida a técnicos de urbanismo e gabinetes externos;

- Com o responsável governamental do programa "Aproximar";

- Na tomada de posse da nova direção da AIRV desta entidade;

- Com pais e encarregados de educação dos dois Agrupamentos de Escolas de Tondela;

- Participação no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

- Presença na deslocação do Grupo Coral Polifónico e escola de música da Casa do povo de Tondela à ilha do Faial;

- Visita de trabalho às obras de requalificação da exER230, com responsáveis da empresa Civibérica;

- Com responsáveis do grupo Galilei sobre as soluções questão do encerramento temporário do Hotel do caramulo;

- Com responsáveis da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro;

- Com Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu;

- Com responsáveis das duas Corporações de Bombeiros Voluntários do concelho;

- Com Yuraldi Rodrigues, no âmbito escultura para a circular – 3ª fase;

- Visita à empresa Dahlman – Projeto Piloto / Central de gasificação;

- Conferência de imprensa de apresentação do plano de eventos do Município até ao final de 2015, com especial enfoque para a programação da comemoração dos "500 anos do Foral de Besteiros";

- Visita de trabalho à freguesia de São Miguel do Outeiro e Sabugosa;

- Com proprietários de terrenos da Circular 3ª fase;

- Com responsável da Associação de Andebol de Viseu;

- Com o arquiteto Paulo Almeida, no âmbito da Requalificação do EJC;

- Com novo Comandante do Destacamento territorial da GNR em Santa Comba Dão e com o Comandante do Posto da GNR de Tondela;

- Com pais e encarregados de educação dos alunos do Agrupamento de Escolas de Tondela Cândido de Figueiredo

- Com comandante e subcomandante dos Bombeiros Voluntários de Tondela

- No seminário de apresentação de resultados do POVT;

- Na reunião da ADICES

- Com a ANQEP na CIM Viseu Dão Lafões;

- Na Assembleia Geral da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão;

Senhor presidente,

Gostaria de demonstrar a nossa estratégia, no programa "Espaços Cidadão" - Programa "Aproximar" - Programa de Descentralização de Políticas Públicas.

Os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões fazem parte do projeto piloto que irá implementar o programa Aproximar que prevê a instalação de uma Loja do Cidadão por Município (em modelo próprio, ajustado à realidade local) – no caso será reabilitado o R/C do Palácio da Justiça para instalação da SS e, eventualmente, o IRN.

Neste quadro também promoveremos a criação do Espaço do Cidadão nas Freguesias que dispõem de recursos humanos permanentes, enquadrados pela respetiva Junta, a saber: Guardão, na vila do Caramulo, Campo de Besteiros, Lajeosa do Dão, Canas de Santa Maria e União de Freguesias Tondela / Nandufe, protocolo que ontem foi assinado. Nestas freguesias, os funcionários que lá trabalham, passaram a ter formação. Aí será instalado um balcão e através de plataformas eletrónicas passaram a ter acessibilidade a um conjunto de serviços (Instituto de Registo de Notariado, Segurança Social, ADSE, IMTT).

Este projeto pressupõe lojas do cidadão. Não é uma estritura nova que tenha mais custos para o estado, é rentabilizar espaços que não estejam otimizados. Nos casos dos municípios que tenham espaços disponíveis, o estado em vez de pagar no domínio privado, negociará com os municípios serviços, que em princípio serão de três universos (AT, IRN, Segurança social). No caso do concelho, o único espaço que está disponível, é o Rés-do-chão do Palácio da Justiça, matéria ainda em negociação.

Este programa não prevê o fecho de serviços, mas apenas a sua reorganização, para além de passar a disponibilizar serviços adicionais de atendimento, que até agora são inexistentes, e que respondem ao perfil do Município e das necessidades da sua população. Ao contrário daquilo que estava previsto no memorando de 2011.

- Descentralização de competências no âmbito da educação – debate alargado com os diferentes atores locais

Este processo tem sido dos mais abertos e participados que o concelho teve. Com debate alargado com diferentes atores locais no domínio da educação.

Na última Assembleia Municipal foi apresentada a proposta de descentralização de competências no âmbito da educação que integra um modelo de contrato interadministrativo e uma matriz de responsabilidades, documentos que sempre foram apresentados como instrumentos de trabalho que servem de base à discussão pública, tendo a última Assembleia Municipal entendido que deveria abrir um processo de diálogo e como tal o presidente da câmara tomou como ponto de partida a decisão desta assembleia municipal.

Neste quadro, temos a destacar o conjunto alargado e participado de reuniões que têm vindo a ocorrer com o pessoal docente, não docente e com os pais e encarregados de educação dos dois Agrupamentos de Escolas de Tondela, porventura o maior debate sobre educação que alguma vez ocorreu no concelho de Tondela, envolvendo os reais protagonistas do sistema educativo. Demonstrado abertura para absorver propostas que sejam sensatas.

O Município, tal como se comprometeu o Presidente da Câmara, tem mantido um posicionamento de total abertura às propostas dos agentes educativos locais, nomeadamente na matriz de responsabilidades,

fomentando o diálogo informado, sério e plural, procurando debater de forma intelectualmente honesta esta oportunidade de implementar um modelo educativo de base local e ajustado à realidade do território e os desafios que teremos pela frente.

Tal como dissemos, só prosseguiríamos este caminho se em ambos os conselhos gerais existisse um voto maioritário a favor deste projeto.

Ao ruido que alguns agentes políticos gostariam de ampliar, tenho respondido com elevação. Só merece resposta quem sabe respeitar a diferença e a pluralidade, quem sabe discutir sem ofender – devia ser essa essência da democracia.

Infelizmente, alguns, tendo opinião minoritária, não sabem, porque não tem esses princípios, respeitar quem deseja valorizar a construção de um modelo de maior responsabilidade e de proximidade. Preferem invocar falsidades, como se neste processo estivesse em causa a contratação e controle dos professores da escola; a ingerência e o atropelo à autonomia da Escola.

Os falsos pedagogos, os que tanto tempo têm, que não viverem no nosso concelho, parece querem ressuscitar, como se não houvesse história ou memória do seu passado.

Alguns que não vivem no nosso concelho pareceu que querer ressuscitar ou se não existisse memória do passado. Julgo que existe uma frase que é bem ilustrativa, que não é minha, é porventura desse autor " A ignorância torna as pessoas atrevidas" dizia o autor num documento recente a propósito deste processo e que tinha a chancela do Partido Socialista. Não posso concordar mais com esse principio, julgo mesmo que há espelhos que auto refletem a reflexão desse entendimento.

" A ignorância torna as pessoas atrevidas" não poderia deixar de concordar – Há espelhos que auto refletem na perfeição...

- O sucesso do Clube Desportivo de Tondela – subida à 1ª Liga

A carreira do CDT na Liga de Honra tem sido marcada pelo êxito desportivo, estando eminente a subida do Clube eventual à 1ª Liga. Tal feito já foi alcançado pela equipa júnior, que irá competir na próxima temporada na 1ª divisão do respetivo escalão.

Estes êxitos desportivos devem-se à capacidade competitiva e lutadora da equipa, mas também ao mérito e à visão dos seus dirigentes, que, com a sua entrega, audácia e trabalho persistente, têm ajudado a construir um clube vencedor, que através do desporto marca também a capacidade liderante do nosso concelho.

Neste quadro, o Município tem também tido a capacidade de cumprir os seus compromissos, procurando, no âmbito das suas competências, constituir-se como agente facilitador do sucesso das suas associações e clubes.

A eventual ou provável subida do CDT à 1ª Liga obriga a que o Clube se prepare para fazer face aos requisitos impostos pela Liga Portuguesa de Futebol, nomeadamente ao nível das infraestruturas do Complexo Desportivo João Cardoso.

Assim, num compromisso que, no nosso entender não é só do executivo camarário, mas também da Assembleia Municipal, enquanto órgão de representação do poder local e dos eleitos do concelho, cabe-nos agora a oportunidade de construir um consenso político de base sólida e alargada que acompanhe o esforço financeiro que virá a ocorrer e que terá implicações nas contas e na gestão do Município.

O Estádio João Cardoso para poder jogos na 1ª Liga, além de ter que ter 5 mil lugares, tem que ter por cada múltiplo de cada 1 000 lugares tem de ter um contingente muito elevado de baterias sanitárias, de espaços para intervenção de primeiros socorros, salas de reuniões, diárias para camarotes, de condições para a captação de imagens televisivas, de triplicar a capacidade de iluminação e um plano de contingência de saídas e entradas que implicaram intervenções nas áreas envolventes.

O custo estimado das obras que se poderão impor, obrigatórias, é de cerca de 2 milhões de euros, acrescido de IVA, que sendo um montante assinalável, não deixa também de significar um investimento que vai mais além do próprio estádio, pois a subida do clube à 1ª Liga trará benefícios para a economia local, a acrescer à evidente promoção do concelho e das suas potencialidades a uma escala nacional.

Seremos o expoente máximo de toda a região, mesmo que isso tenha sabor amargo para alguns.

Desde já e ao contrário a algumas vozes, o município não pretende aumentar o IMI para financiar estas obras. Só vejo uma única solução, não pondo em causa investimentos estruturais do município, não pondo em causa o equilíbrio financeiro, não vejo outra solução que não seja o município contrair um empréstimo para esta situação excecional. Como veremos à frente foi incluído no Plano de Atividades esta obra com um valor residual, para o caso de este processo ser bem-sucedido e se esta foi a decisão desta assembleia, iremos despoletar uma assembleia extraordinária para aprovação desse projeto de empréstimo.

Nunca porei em causa a sustentabilidade financeira do município, nem outro tipo de financiamento.

- Reorganização interna (CMT)

No passado dia 10 de março, em reunião de Câmara, foi aprovada a criação das seguintes unidades orgânicas flexíveis, dentro dos limites aprovados por esta Assembleia na sua última reunião:

Divisão de Administração Geral, Planeamento e Urbanismo - liderada por Chefe de Divisão Engº Manuel Andrade;

Divisão de Equipamentos Públicos, Reabilitação Urbana e SIG - liderada por Chefe de Divisão Arq. Ernesto;

Divisão de Economia e Finanças liderada por Chefe de Divisão Drª Joana Chaves;

Divisão de Educação e Intervenção Social - liderada por um Chefe de Divisão Drª Raquel Seabra;

Divisão de Acessibilidades, Mobilidade, Equipamentos e Materiais - liderada por Chefe de Divisão Engº António Silva;

Divisão de Ambiente, Contratação e Gestão de Candidaturas - liderada por um Chefe de Divisão Engª Maria João;

Divisão de Desporto, Serviços e Informática - liderada por um Chefe de Divisão Prof Carlos Alberto.

Nesta mesma reunião de Câmara foi aprovado o Regulamento Orgânico da CMT, bem como o respetivo organigrama e as competências específicas destas unidades orgânicas flexíveis.

- Centro Hospitalar Tondela Viseu – moção apresentada na última Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, e na sequência de contactos já anteriormente realizados, o Presidente do Município solicitou uma reunião ao presidente do conselho de administração do CHTV para esclarecimento da situação que constava da moção aprovada na última Assembleia Municipal e para discussão de matérias que continuam a merecer a nossa constante preocupação e atenção.

Assim, foi explicitado que na avaliação à Unidade de Tondela, o Serviço de Patologia Clínica do CHTV verificou uma inadequação dos recursos humanos e técnicos alocados à laboração desenvolvida no Laboratório de Análises Clínicas. Na Unidade de Tondela eram rececionados, em média 15 a 20 amostras por dia, e dada a já existente incapacidade técnica, cerca de 70% dos exames já eram reencaminhados para a Unidade de Viseu. O apoio prestado às unidades funcionais do Hospital Cândido de Figueiredo, incluindo, o SUB, fecha às 16h e não existe aos fins-de-semana e feriados, pelo que o consumo de "controles e calibradores" não eram rentabilizados, devido ao número insuficiente de exames, que, de igual forma, gerava desperdício de "reagentes", por caducidade de prazos de validade.

O Serviço de Patologia Clínica do CHTV processa às quintas-feiras na Unidade de Tondela cerca de 40 colheitas aos utentes de regime de ambulatório e aos utentes provenientes dos cuidados de saúde primários, tendo ficado, no entanto, o compromisso de alargar este período de forma sustentada, caso se justifique essa necessidade.

Relativamente à consulta semanal de "anticoagulação oral", verifica-se um aumento destas consultas no 1º trimestre de 2015 de 22.37% face ao período homólogo.

O Presidente do Conselho de Administração do CHTV garantiu, na reunião realizada nos Paços do Concelho, que todos os procedimentos cirúrgicos de ortopedia em regime de ambulatório são realizados na Unidade de Tondela.

Quanto às especialidades existentes no Hospital Cândido de Figueiredo, está garantido o acesso a consultas de Medicina Interna (com um aumento de 200%), Ortopedia em ambulatórios, sendo que o equipamento para os procedimentos por artroscopia já está na Unidade de Tondela, e Cardiologia

(neste caso verifica-se a situação de um médico estar de baixa prolongada e uma médica com baixa médica, por gravidez de risco).

Quanto ao serviço do Bloco Operatório, são realizados procedimentos cirúrgicos de Cirurgia Geral e Ortopedia, sendo que se perspetiva, num futuro próximo, a realização de cirurgias plásticas e dermatologia.

O Presidente do Conselho de Administração revelou também que, proximamente, será disponibilizado o acesso a consultas externas de Psiquiatria em ambulatório e a Consulta de Diabetes. Pretende-se também equipar a Unidade de Tondela com área de recobro, melhorando, desta forma, a ocupação das instalações de consulta.

Na reunião referida foi também abordada a questão da imagiologia e radiografia. Nestas situações mantém-se o sistema convencionado, sendo que, pelo equipamento de ecografia estar avariado, o técnico encontra-se neste momento em Viseu.

No entanto, há preocupações que merecem a nossa atenção: a equipa dos SUB, constituída maioritariamente por médicos em regime de contratação, e o caso da especialidade de ortopedia, que na sua equipa tem 20 médicos, sendo que 11 deles têm idade superior a 55 anos, podendo-se antever problemas no serviço de urgências ao nível dos recursos humanos desta especialidade.

- Auto estrada/ IP3

Recentemente têm ressurgido notícias relativamente à necessidade de se requalificar a ligação de Viseu a Coimbra, nomeadamente por parte de uns autarcas, valorizando agora, ao invés da anterior autoestrada, uma via rápida, com 4 faixas, a financiar pelo estado.

O Município de Tondela, durante todo este processo, e desde a 1ª hora, manifestou-se sempre de forma coerente, apelando a uma solução que sabia ser a única que se demonstra ser económica e financeiramente viável e sustentável.

Com a solução que sempre defendemos, a questão da segurança rodoviária e a salvaguarda das vidas humanas estava também assegurada, contrariando qualquer solução que se apesentasse como um

constrangimento à economia local, por arrastar custos insustentáveis para os utilizadores, sendo esta questão fundamental na nossa visão estratégica.

Ora, como no passado recente afirmámos (aquando da apresentação do estudo do Grupo de Trabalho das Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, e posteriormente no PETI3+), entendemos que nos troços onde a nova auto-estrada - a construir com investimento privado - possa coincidir com o atual IP3, por transformação em perfil de autoestrada, não poderão esses mesmos troços ser portajados, por não existir alternativa.

De igual forma, é legítimo que a mesma autoestrada seja portajada nos troços que sejam construídos de raiz.

Não se optando por esta solução, o investimento que se traduziria numa vantagem competitiva será transformado num constrangimento incompreensível e insustentável para o desenvolvimento da região, com custos acrescidos para as famílias e para as empresas.

Apesar de todo o ruído gerado em volta desta questão, não deixaremos de ter pragmatismo. Sabendo que o estado Português não tem dinheiro para um investimento desta natureza...sem um modelo de financiamento que não fosse recorrer às soluções do passado (Mais uma PPP), continuamos a defender que, onde se justifique, que sejam construídos novos troços, não coincidentes com o IP3, ainda que portajados, principalmente a sul de Santa Comba Dão. Nas restantes partes do troço, que se apoiem no IP3, então que o mesmo seja gradualmente reabilitado, sem custos para o utilizador. Faz toda a diferença – a coerência, ou a navegação ao sabor do vento.

- 41 anos da Revolução de Abril

Perpetuar "Abril" é garantir iguais condições não só no país que temos nas nossas mãos, mas assegurar a equidade e a igualdade entre as gerações: entre quem ganhou direitos com o alvorecer de abril, e que espera não espera ter de viver, de novo, na penumbra, na sombra, inquietante, de quem pagará no futuro as benesses de hoje.

Nenhum egoísmo, gerador de crises, pode ser confundido com direitos.

A liberdade é acreditar na capacidade de cada um se afirmar, no respeito pela sociedade e pelos diretos dos demais.

A liberdade é viver valores, a tolerância e a pluralidade. Só espíritos retrógrados, cegos, ou que julgam os outros pela vontade de atuarem da forma que dizem combater, podem não reconhecer que essa máxima é um princípio basilar da liderança desta autarquia.

Ser político é ser audaz, imaginativo, criativo, solidário, jamais acreditar que o seu umbigo é o centro do mundo.

"A esperança é um desejo atávico e imemorial que acompanha os homens desde sempre."

Essa esperança renasce quando acreditamos que está nas nossas mãos construir um mundo que atenue assimetrias, que promova mais justiça e equidade. Que olhe a sustentabilidade, que jamais será um capricho ideológico, como uma condição para garantir um modelo de crescimento capaz de atrair investimento e promover emprego, gerador de mais riqueza, sem a qual não há redistribuição de recursos, nem políticas sociais.

Essa esperança, entre nós, está nas mãos de quem nos elege, mas, igualmente, na coração de quem connosco constrói, coletivamente, um espaço sem fronteiras, por não ter donos, nem patronos.

Somos a solução do presente, mas também o permanente caminho para o futuro.

anexo 13

Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Tondela

A **Louça Preta de Bisalhães**, pequena aldeia do concelho de Vila Real, artesanato que se singulariza pelos processos e técnicas ancestrais usados na sua confeção e cozedura, mantendo-se desde os finais do séc. XVI acaba de ser integrada no inventário nacional de Património Cultural Imaterial e é agora candidata à classificação da UNESCO, em processo apresentado pelo Município de Vila Real sendo a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro uma das entidades parceiras.

A Assembleia da República saudou por unanimidade e aclamação o reconhecimento pelo Estado português do processo de confeção da louça preta de Bisalhães como Património Cultural Imaterial e manifestou o seu apoio à iniciativa da Câmara Municipal de Vila Real de apresentar uma candidatura à UNESCO.

O município de Vila Real pretendeu com este apoio dar novo impulso a todas as ações de reabilitação e promoção deste património imaterial e eliminar o risco da sua extinção e, ao mesmo tempo, lutar também pela dignificação das condições de trabalho dos oleiros atuais e pela rentabilidade desta arte.

No nosso concelho apesar da notória diferenciação qualitativa do nosso barro preto e do aperfeiçoamento técnico e artístico que os nossos jovens oleiros empreendedores imprimem à sua arte não encontrámos evidência de diligências efetuadas pela autarquia neste sentido pelo que apelamos ao município de Tondela na pessoa do seu Presidente que atente nestas ações concertadas desenvolvidas em Vila Real como exemplo a seguir para a preservação deste legado histórico técnico-artístico, que é um dos ex-libris e um dos melhores embaixadores do concelho de Tondela.

Tondela, 30 de abril de 2015

anexo 14

Sr Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Tondela

Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Caros Membros desta Assembleia

Caros Munícipes

Comunicação Social

EDUCAÇÃO-Decreto lei DL30/2015

E Sobre este assunto o PSD entende que teve e tem toda a atualidade e premência, ~~mas tem~~ e o seu próprio timing, as suas próprias etapas de apresentação e debate e os seus próprios interlocutores. Se temos, para nós, que o período que mediou entre novembro e fevereiro, de construção do documento/matriz, não o foi de forma a que agradasse a todos, já após a sua apresentação aos interlocutores primários, á comunidade educativa, decorreu de forma normal. Era um documento com possibilidade de receber de novo, contributos para sua efetivação e para isso veio á Assembleia Municipal, onde houve intervenção, e nessa data, o Sr. Presidente da Camara frisou que aqui voltaria, após as indispensáveis reuniões/debates setoriais que deveriam envolver os interlocutores parceiros da CMT neste projeto. Falamos dos professores, pais, PND, associações, tecido empresarial, enfim, todos os que fazem parte do grupo de interlocutores do Conselho Geral

perfeitamente

Representados nos concelhos gerais que são os órgãos legalmente instituídos para a organização e gestão da vida de uma comunidade educativa. Assim foram acontecendo essas reuniões, com resultados diversos, com contributos significativos e muitos importantes para o debate. Temos de realçar o papel fundamental e liberto do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela que se colocou, desde o início, completamente disponível para um debate franco e aberto esclarecendo todas as questões que se apresentaram.

Sabemos, também, que não foi assim tão franca e aberta a intervenção de vários diversas interlocutores, praticamente ligados a fações neste processo.

O PSD entendeu, desde que apresentado este projeto á comunidade, que o mesmo era de particular interesse para o concelho e para essa mesma comunidade.

nesta abertura

Sem nos alongarmos mais e, com experiência profissional bastante alargada neste campo, queremos, apenas dizer o seguinte:

1-esta matriz é uma matriz dinâmica, motivadora, desafiadora para o empenho de toda a comunidade educativa.

2- Contrariamente ao que se afirmava e encapotadamente se continua a dizer, os professores não terão qualquer alteração nos eus vínculos e continuarão na esfera do ministério da educação.

3- Não há qualquer alteração significativa no domínio da perda de competências pedagógicas, por parte da unidades orgânicas/agrupamentos de escolas.

4- São de realçar as potencialidades do clima de proximidade possível com esta matriz na construção do projeto educativo e noutros documentos orientadores da vida escolar dos agrupamentos de escola que se assumem neste projeto.

5- È de realçar a possibilidade de intervenção na melhoria das instalações, com a afetação de recursos financeiros e sobretudo com a majoração decorrente da possibilidade de ver atribuída se formar parceiros neste projeto.

6- Há também a frisar a motivação que tem de estar patente num projeto desta natureza sobre a possibilidade de maior número de horários e de apoios e da sua real utilização, para o sucesso dos alunos. E da melhoria dos resultados ao nível comparativo nacional.

7- Sabemos que, no domínio do ministério da educação, o nível de eficiência, ao nível dos recursos humanos e muito penalizador para os dois agrupamentos de escola de Tondela.

Falando numa linguagem simples: há nas contas (legais) do ministério da educação colaboradores a mais nestes agrupamentos. Com uma matriz desta natureza, abre-se a possibilidade organizar um quadro de recursos humanos que, para além de estabilizar, pelo menos durante cinco anos esses mesmos recursos, permite que a CMT não tenha de recorrer, todos os anos, a contratos CEI ou POC, para prover necessidades de pessoal nas escolas e jardins de infância, poupando assim meios que podem ser alocados a outras rubricas.

Por isso é nosso entendimento que, tal como foi prometido deve realizar-se uma assembleia extraordinária, para analisarmos o desenvolvimento desta questão, num debate sério, sem procurar desvirtuar o essencial deste projeto que são a melhoria das condições de atuação da comunidade educativa e os sucesso do processo de ensino/aprendizagem dos nossos alunos.

De realçar que nunca houve um tão alargado debate entre os principais interlocutores da comunidade educativa, COMO DEVE SER, sobre este assunto.

Sem radicalismos, e tendo perfeita noção das potencialidades de um projeto desta natureza, por conhecimento pessoal e intrínseco da vida escolar, lanço aqui um alerta:

A educação, na escola, não é um mundo à parte, mas tem nuances que devem ser consideradas como especificas e especial atenção redobrada, porque não tratamos de números ou materiais inertes, mas sim com seres em construção, para com os quais temos uma responsabilidade acrescida de participar na realização e concretização das suas expetativas. Apoiando, orientando e fomentando a aquisição de competências essenciais à sua vida futura e de adulto.

anexo 15

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

DECLARAÇÃO DE VOTO

Regulamento da tarifa social da água, resíduos e saneamento

Ao votar a favor deste Regulamento, não podemos, no entanto, deixar de manifestar o seguinte:

A taxa social da água, ora votada, não resolve o verdadeiro problema do custo deste bem essencial, nem para os consumidores em geral, nem para as famílias mais carenciadas.

No nosso concelho, tal como nos concelhos vizinhos, já pagamos uma das águas mais caras do país, vítimas de um negócio ruinoso para todos os habitantes do nosso e dos outros quatro concelhos vizinhos.

Mesmo com este tarifário social, essas famílias que dele irão beneficiar, continuarão a pagar a água muito mais cara do que seria desejável.

O mesmo se passa com a tarifa de recolha de resíduos.

Os 20% de bónus em relação a estas tarifas não evita que, tal como acontece com a água, os valores a pagar continuam, e em muito, a ser dos mais altos da região! Aliás, nem se compreende que, sendo o tratamento do lixo feito no nosso concelho, tenhamos que pagar mais caro que outros concelhos mais longínquos, que aqui depositam os seus resíduos, o que implica um custo de transporte mais oneroso!

Quando á taxa de saneamento, acontece o mesmo; e não há desculpas da dispersão habitacional, porque o mesmo acontece nos concelhos rurais, e onde é cobrada uma taxa bem mais baixa do que a que é praticada no nosso concelho.

Tondela, 30 de abril de 2015

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista

anexo 16

CDS-PP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL TONDELA – 30 de abril de 2015

DECLARAÇÃO DE VOTO

O grupo parlamentar do CDS/PP vota favoravelmente o Regulamento para a Atribuição da Tarifa Social e Tarifa Familiar (Água, Saneamento e Resíduos) mas acrescenta o seguinte:

1- Defendemos uma redução dos valores da água para todos os munícipes do concelho de Tondela por parte da concessionária visto tratar-se das águas mais caras do país;
2- O valor da sobretaxa deverá ser retirado das faturas de todos os munícipes pois não encontramos fundamentação suficiente para a continuação da sua aplicação;
3- Solicitamos aso senhores presidentes de Junta de Freguesia que apoiem os nossos munícipes mais carenciados ou passíveis de virem a usufruir destas reduções nos processos de candidatura, que nos parecem bastante burocráticos;
4- Alertamos ainda o executivo para a dificuldade do cumprimento do presente regulamento, nomeadamente no que concerne aos prazos.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP